



ESTELAMARIS DE BARROS DIHL

**A TRAJETÓRIA DO RECONHECIMENTO SOCIAL DAS MULHERES
PERTENCENTES AO NÚCLEO FEMININO DA CICS – CANOAS/RS**

CANOAS, 2023

ESTELAMARIS DE BARROS DIHL

**A TRAJETÓRIA DO RECONHECIMENTO SOCIAL DAS MULHERES
PERTENCENTES AO NÚCLEO FEMININO DA CICS – CANOAS/RS**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Bens Culturais da Universidade La Salle, como requisito para obtenção do título de Doutora em Memória Social e Bens Culturais – linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural.

Orientação: Prof. Dr. Moises Waismann

CANOAS, 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D575t Dihl, Estelamaris de Barros.

A trajetória do reconhecimento social das mulheres pertencentes ao núcleo feminino da CICS – Canoas/RS [manuscrito] / Estelamaris de Barros Dihl – 2023.
130 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2023.

“Orientação: Prof. Dr. Moises Waismann”.

1. Mulheres. 2. Sociedade. 3. Reconhecimento. 4. Memória social.

I. Waismann, Moises. II. Título.

CDU: 396:301

Bibliotecário responsável: Michele Padilha Dall Agnol de Oliveira - CRB 10/2350

ESTELAMARIS DE BARROS DIHL

**A TRAJETÓRIA DO RECONHECIMENTO SOCIAL DAS MULHERES
PERTENCENTES AO NÚCLEO FEMININO DA CICS – CANOAS/RS**

Tese de doutorado aprovado como requisição parcial para obtenção do título de Doutora em Memória Social e Bens Culturais – linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural pela Universidade La Salle.

Aprovado pela Banca Examinadora em 19 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Cleide Calgaro
UCS

Prof. Dra. Adriane Ferrarini
UNISINOS

Prof. Dr. Clóvis Trezzi
La Salle

Prof. Dra. Judite Sanson de Bem
La Salle

DEDICATÓRIA

É com grande admiração e gratidão que dedico estas palavras ao Núcleo da Mulher Empreendedora da CICS - Canoas. Quero expressar meu profundo respeito pelo trabalho árduo e pela dedicação incansável em serem agentes de mudança, líderes visionárias e exemplos de lutas por reconhecimento social.

Este núcleo representa a força coletiva das mulheres empreendedoras, unidas em torno de uma visão comum de transformação e empoderamento. Vocês têm dado voz às vozes silenciadas, ampliando a diversidade e a representatividade no mundo dos negócios. Por meio de suas conquistas, vocês estão abrindo portas para as gerações futuras, mostrando que o sucesso e a liderança não têm gênero.

Através deste espaço de memória vocês constroem, preservam e celebram suas conquistas. Vocês estão criando uma narrativa poderosa que desafia os estereótipos e inspira outras mulheres a seguirem seus sonhos, a acreditarem em suas capacidades e a se tornarem protagonistas de suas próprias histórias.

Com sincera admiração.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar à Deus, pelo dom da vida e a luz que ilumina os meus caminhos e fortalece a caminhada.

Aos meus amores, Marcelo, Gabriela, Fernanda e Cecília. Vocês são o pilar que me impulsiona a alcançar meus objetivos, incluindo esta conquista do doutorado. Vocês são minha força, meu refúgio seguro e minha fonte de inspiração. Suas palavras de incentivo, abraços afetuosos e presença constante enchem meu coração de coragem e determinação em momentos de cansaço e incertezas. Ter vocês ao meu lado dão-me a certeza de que cada esforço vale a pena. Marcelo, você é meu parceiro de vida, meu maior apoiador e meu companheiro incondicional. Agradeço por estar ao meu lado, apoiando meus sonhos e celebrando minhas conquistas. Sua presença me traz conforto e segurança, e sou grata por tudo o que compartilhamos.

À minha mãe Glacy e meus irmãos Rosemari, Gilson e Marcio, por acreditarem no meu potencial e apoiarem esta jornada. Suas palavras de encorajamento, apoio e confiança foram verdadeiros pilares que me sustentam ao longo desse desafiador caminho acadêmico.

Às amigas, Adrianna, parceira de longa data, sua amizade tem sido um porto seguro em tempos de tempestade, e poder contar com você em mais uma etapa importante é um verdadeiro privilégio. Ivete, por ser um presente constante em minha vida, sempre presente para ouvir, aconselhar e compartilhar momentos de alegria e superação. Você é fonte de inspiração. Margarete, minha gratidão é imensa por acreditar em meu potencial e incentivar meu ingresso no doutorado. E, mesmo distante, você nunca soltou minha mão, oferecendo seu apoio e conselhos. Michelle, sua confiança, compreensão e alegria tornaram esse percurso mais leve e significativo. Sem o apoio, carinho e, principalmente, a confiança de vocês, eu não teria conquistado mais este sonho.

Aos colegas do doutorado, pela acolhida e apoio constante. Aos professores, pelos ensinamentos e possibilidades de um conhecimento emancipador.

A você, Moises, por sua generosidade, sempre disposto a ouvir minhas dúvidas, oferecer orientações e apoiar as minhas decisões acadêmicas. Sua forma de compartilhar conhecimentos e experiências por meio de diálogos verticalizados nos trouxeram até este momento. Sua generosidade e força serão exemplos em minha vida.

“[...] a vida não vem com *air-bag*, uma freada agora, a esta velocidade, seria fatal. Em frente, então. Mas que cada um saiba criar sua área privada de descanso: um livro no final da noite, um fim de semana na praia, uma caminhada pela manhã, uma meditação básica. Refúgios que permitam continuar seguindo a viagem sem perder a melhor parte, que é nossa reflexão sobre o que acontece lá fora [...].”
Martha Medeiros (2016).

RESUMO

As lideranças femininas nos negócios ainda se configuram num desafio para as mulheres que buscam emancipação social e financeira. A pesquisa de tese, requisito do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, na Universidade La Salle - UniLa Salle, tem como objetivo geral analisar as trajetórias profissionais das associadas no Núcleo da Mulher Empresária da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas (CICS) no Estado do Rio Grande do Sul, através das memórias narradas sobre o processo de reconhecimento social no mercado de trabalho. Os objetivos específicos são: descrever o Núcleo da Mulher Empresária da CICS, Canoas/RS e a sua relação com a promoção de reconhecimento social de suas associadas; construir as expectativas de inserção no mercado de trabalho e de reconhecimento e reconstrução normativa na trajetória profissional das associadas do Núcleo da mulher empresária da CICS, Canoas/RS, através das memórias narradas e analisar as estruturas das relações sociais no processo de reconhecimento social das mulheres nucleadas, a partir das esferas do amor, do direito e da estima social. Adota-se, como proposta metodológica, a pesquisa exploratória descritiva, com abordagem qualitativa e caminho analítico através de pesquisa de campo, com entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Infere-se que as entrevistadas ainda estejam inseridas em situações de conflitos e desrespeito. A oportunidade de se desenvolverem em construções coletivas restaura a justiça e a inclusão social, contribuindo no fortalecimento de seus negócios, documentando uma memória empresarial exercida na prática.

Palavras-chave: memória social; reconhecimento social; mulheres.

ABSTRACT

Female leadership in business still poses a challenge for women seeking social and financial empowerment. The thesis research, a requirement of the Postgraduate Program in Social Memory and Cultural Assets at La Salle University - UniLa Salle, aims to analyze the professional trajectories of members of the Women Entrepreneurs' Center of the Chamber of Industry, Commerce and Services of Canoas (CICS) in the state of Rio Grande do Sul, through narrated memories of the social recognition process in the job market. The specific objectives are: to describe the Women Entrepreneurs' Center of CICS, Canoas/RS and its relationship with the promotion of social recognition for its members; to construct the expectations of insertion into the job market and normative recognition and reconstruction in the professional trajectory of the members of the Women Entrepreneurs' Center of CICS, Canoas/RS, through narrated memories, and analyze the structures of social relations in the process of social recognition of the women who are part of the group, based on the spheres of love, rights, and social esteem. The proposed methodology is exploratory descriptive research with a qualitative approach and an analytical path through field research, using semi-structured interviews and content analysis. It is inferred that the interviewees are still immersed in situations of conflict and dissonance regarding their professional trajectories and social recognition, however, the opportunity to develop in collective constructions restores justice and social inclusion, contributing to the strengthening of their businesses, documenting a corporate memory exercised in practice.

Keywords: social memory; social recognition; gender.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Expectativas em relação ao núcleo	49
Quadro 2 -	Descritivo das participantes entrevistadas	51
Quadro 3 -	Síntese sobre as abordagens de memória	53
Quadro 4 -	Análise das Categorias: Reconhecimento e Redistribuição	65
Quadro 5 -	Síntese das Esferas de Reconhecimento	67
Quadro 6 -	Síntese da Esfera do Amor	68
Quadro 7 -	Síntese da Esfera do Direito	70
Quadro 8 -	Síntese da Esfera da Estima Social	73
Quadro 9 -	Estrutura das Relações Sociais de Reconhecimento (Síntese)	74
Quadro 10 -	Aproximações entre Joel Candau e Axel Honneth	79
Quadro 11 -	Principais abordagens teóricas dos autores	80
Quadro 12 -	Síntese das Unidades de Contexto	83
Quadro 13 -	Narrativa das expectativas e realidades na trajetória profissional	91
Quadro 14 -	Motivação inicial das mulheres donas de seus negócios ..	93
Quadro 15 -	Percepções sobre as situações de desrespeito	95
Quadro 16 -	Narrativas que expressam elementos constitutivos da esfera do amor	98
Quadro 17 -	Narrativas que expressam elementos constitutivos da esfera do direito	100
Quadro 18 -	Narrativas que expressam elementos constitutivos da esfera da estima social	105
Quadro 19 -	O Núcleo Feminino da CICS - espaço de memória coletiva	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil das mulheres ocupadas no mercado de trabalho por escolaridade	28
Gráfico 2 - Mulheres ocupadas com ou sem contribuição previdenciária	29
Gráfico 3 - Mulheres ocupadas por segmento	30
Gráfico 4 - Proporção de mulheres ocupadas como conta própria no trabalho principal no RS e distribuídas em empreendimento registrado e não registrado no CNPJ nos anos de 2012 a 2019	31
Gráfico 5 - Mulheres donas de seus negócios (em milhões e %)	86
Gráfico 6 - Mulheres: conta própria e empregadoras, por raça/cor e quantidade de empregados.....	87
Gráfico 7 - Mulheres: mapeamento dos negócios abertos	88
Gráfico 8 - Mulheres Donas de Negócios: situação cadastral e contribuição previdenciária.....	89
Gráfico 9 - Rendimento médio	90

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Registros dos encontros Núcleo Feminino CICS – 2020	112
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPJ -	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CICS -	Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas
CDL -	Câmara do Dirigente Lojista
CRAS -	Centro de Referência da Assistência Social
GEM -	Global Entrepreneurship Monitor
IBQP -	Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEI -	Microempreendedores Individuais
MN -	Mulheres Nucleadas
NME -	Núcleo da Mulher Empresária
PNADC -	Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua
PIB -	Produto Interno Bruto
RMPA -	Região Metropolitana de Porto Alegre
SEBRAE -	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UNILASALLE -	Universidade La Salle

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Memorial da pesquisadora	18
1.2	As mulheres donas de seus negócios: contexto, desafios e possibilidades	22
1.2.1	<i>Transformar para resistir</i>	26
2	CONSTRUINDO A PESQUISA	34
2.1	Ponto de partida: justificativa e construção da problemática de pesquisa	34
2.2	Objetivo geral	38
2.3	Objetivos específicos	38
2.4	Percurso metodológico	38
2.5	Etapas da pesquisa	40
2.6	Universo da pesquisa: as mulheres do núcleo feminino da CICS/Canoas	45
2.7	Perfil das participantes da pesquisa	50
3	ENTRELAÇAMENTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS	52
3.1	Memória e Identidade: contribuições da Joel Candau	52
3.2	A Teoria Honnethiana: lutas por reconhecimento social	60
3.3	Aproximações entre o Reconhecimento Social (HONNETH) e Memória e Identidade (CANDAU)	78
4	NARRATIVAS MEMORIAIS: AS MULHERES DONAS DE SEUS NEGÓCIOS	82
4.1	Trajetória profissional: expectativas e realidades	84
4.2	Narrativas de desrespeito na trajetória profissional	94
4.3	Percepções das associadas sobre a dimensão do amor	97
4.4	Percepções das associadas sobre a dimensão do direito	99
4.5	Percepções das associadas sobre a dimensão da estima social	104
4.6	As narrativas das mulheres empresárias: núcleo, um espaço de memória?	108
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	124
	APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista	130

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata de um estudo sobre a trajetória profissional de um grupo de mulheres que, com o apoio institucional da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), no município de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, garantiram um espaço, o qual lhes permitiu o fortalecimento das relações sociais, a busca de seus direitos e da estima social no processo de reconhecimento social. Foi avaliando algumas narrativas memoriais que esta tese se preocupou em analisar um desses espaços de associações em que as mulheres, através dos seus negócios, demonstram para a sociedade o exemplo de que os dispositivos de inserção e permanência no mercado de trabalho são, também, ferramentas de reconhecimento social.

Durante anos as mulheres lutaram para conquistar seu espaço na sociedade e no mercado de trabalho. Passaram por grandes obstáculos e hoje possuem direitos, como a inserção no mercado de trabalho, o direito ao voto e ao divórcio, entre outros. Entretanto, muitos avanços ainda são necessários, como por exemplo, a equiparação salarial quando desenvolvem a mesma função que os homens. Para que estas mudanças ocorram, é necessário que as mulheres sigam lutando. Essa luta existe desde os tempos remotos, como afirma Pinto (2007), pois sempre houve mulheres, em diferentes tempos históricos, que não aceitaram sua condição imposta pelos padrões morais de cada século e, dentro destes espaços condicionantes, construíram estratégias de resistências. Lutavam por liberdade, sem mesmo entender a dimensão das represálias que iriam sofrer e os movimentos de novos enfrentamentos que seriam gerados.

No momento em que as mulheres deixaram suas casas em busca de trabalho externo à rotina doméstica, novas relações trabalhistas alinhavaram-se pautadas pela perspectiva de desenvolvimento de uma dupla jornada de trabalho e a sociedade foi se abrindo para essa mudança, que ganhou espaço. Ressalta-se que os primeiros contatos das mulheres com o mercado de trabalho foram discriminatórios, apenas com o intuito de obter lucro, sendo vistas como melhor custo-benefício para o empregador por ofertarem salários baixos e incompatíveis com as atividades exercidas.

Com a expansão da sociedade industrial e os movimentos de emancipação política e profissional, não apenas reafirmou-se o processo de inserção feminina no

mercado de trabalho, mas também se acentuou a divisão social e sexual do trabalho, atuando diretamente na estrutura do emprego, conforme Pinto (2007). Essas grandes transformações econômicas da sociedade industrial foram progressivamente modificando um cenário socialmente construído, em que o homem era tido como único provedor da família, abrindo-se, assim, espaço para a participação feminina no mercado de trabalho. Ost (2009) coloca que:

[...] as mulheres se deparam com as velhas e novas formas de discriminação. Além das diferenças salariais, há os obstáculos ao seu acesso aos cargos mais elevados e qualificados do ponto de vista da valorização do trabalho e/ou cargos de chefia, onde estão presentes a concentração do poder e os melhores salários. Muitas vezes, quando as mulheres ocupam esses cargos, o posto de trabalho tende a ser menos valorizado.

Bruschini (2007) e Amaral (2012) defendem que o aumento da inserção feminina no mercado de trabalho foi possível, inclusive, pelo ingresso nas universidades e pela expansão da escolaridade das mulheres, uma vez que elas estão liderando os índices em relação aos homens,

[...] ainda que essas mulheres estejam ocupando novos e promissores espaços de trabalho, nos quais sua inserção tem características bastante similares às dos homens, elas permanecem submetidas a uma desigualdade de gênero presente em todos os escalões do mercado de trabalho: ganham menos do que seus colegas de profissão. (BRUSCHINI; PRUPPIN, 2004, p. 109).

Esse é apenas um cenário de toda a problemática que envolve as mulheres e os desafios na carreira feminina. Isso porque ainda é preciso lidar com o preconceito interno, o de não acreditar ser capaz de conseguir um cargo maior, um salário compatível ou de ser reconhecida pelo que faz. Porém, apesar de muitos desafios pela frente, a luta feminista já conquistou muitos direitos para as mulheres, não só no mercado de trabalho, mas também nas políticas sociais.

Pesquisas realizadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2019a) e pela Global Entrepreneurship Monitor - GEM (2019) evidenciam que os processos de discriminação são sentidos de forma direta e indireta, como o estabelecimento de critérios para contratação, quando, muitas vezes, cargos de lideranças eliminam mulheres por serem mães e/ou chefes de suas famílias, bem como pela dificuldade de acesso a créditos, salários e/ou rendimentos inferiores aos dos homens, entre outros fatores. Neste contexto, ainda é comum o assédio sexual

e/ou moral no ambiente de trabalho, sendo também explicitados nas pesquisas os desafios em conciliar o trabalho com as responsabilidades com a família, consequência da demarcação pela divisão sexual no mundo do trabalho. Divisão que é marcada e intensificada na inserção das mulheres nos espaços públicos, motivadas desde as lutas e conquistas do movimento feminista e sufragista ocorridos no Brasil, no final do século XIX.

Neste sentido, fortalece-se a ideia de inclusão como um sentimento maior, de fazer parte, de estar incluída social e produtivamente numa nova alternativa de modo de vida. Assim, para transitar da esfera privada para a pública é necessário a construção de estratégias de pertencimento, como uma associação de classe, a qual oportunize espaços democráticos e dialógicos a fim de socializar situações corporativas de desigualdades, bem como pensar coletivamente o crescimento econômico e o desenvolvimento pessoal. As lutas de classes permitem ampliar a consciência coletiva da relação capital *versus* trabalho *versus* gênero, de acordo com Faria e Nobre,

[...] as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no 'gênero' é introduzida pela emergência das classes. [...] Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. [...] Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa, limitando-as ao exercício de atividades que reproduzem a ideia do "cuidar, como serviço doméstico, professoras, enfermeiras, assistentes sociais". (FARIA; NOBRE, 1997, p. 22).

Neste cenário, as mulheres transformaram suas dificuldades em resistência; usam suas habilidades e as transformam em negócio, o que o capitalismo chama de empreendedorismo, mas optamos, nesta tese, em chamá-las mulheres donas de seus negócios. A participação das mulheres nas esferas econômicas, sobretudo à frente de um negócio próprio, é um fenômeno que cresce em nossa sociedade. Porém, como coloca Beauvoir (1970), este crescimento não ocorre a partir de um ideário de independência, mas sim devido à precária situação econômica e à necessidade de complementação da renda familiar.

Desta forma, a aparente transformação de mulheres em donas de seus negócios implica na ampliação substantiva da polivalência das mesmas, que passam a ser, ao mesmo tempo, gestoras e cuidadoras da sua família, ratificando que "o indivíduo moderno, a que se qualificava como sujeito de direitos, transmuda-se, assim, num

indivíduo-microempresa” (COSTA, 2009, p. 177), favorável à manutenção da ordem do capital.

Assim posto e diante desse contexto, a presente tese de doutoramento tem como pressuposto algumas chaves teóricas à luz da “Teoria do Reconhecimento Social” de Axel Honneth (2003), que tem sua origem a partir dos estudos de Mead (1934 apud HONNETH, 2003, p.24), acerca da formação da identidade e das pesquisas de Hegel (apud HONNETH, 2003, p.24) sobre o reconhecimento social. Essa teoria central discutiu a identidade dos sujeitos a partir de um processo intersubjetivo mediado pelo mecanismo do reconhecimento. A falha ou a ausência do reconhecimento intersubjetivo, no que diz respeito à autoconfiança, ao autorrespeito e à autoestima, segundo Honneth (2003), seria o fator gerador dos conflitos sociais. Esses, então, atuariam como vetores de movimentos e mudanças sociais e, conseqüentemente, da sociedade.

Os conflitos sociais são disparados por diferentes interesses e necessidades, que, num primeiro momento, ocorrem de forma individual, porém, por estes sujeitos estarem inseridos em um contexto social, estas necessidades e interesses compartilhados transformam-se em movimentos de lutas e mudanças sociais, conquistas e ampliação de direitos civis, políticos e sociais, assim alterando o ritmo da sociedade, conforme Honneth (2003). A alternância no ritmo da sociedade, segundo o autor, seria promovida pelas novas normativas que se estabelecem a partir destas lutas, o que mobiliza e desperta novas expectativas e necessidades, assim imprimindo um fluxo em constante movimento, afinal, estes conflitos ocorrem em diferentes contextos históricos, sociais, políticos e econômicos, no tocante às dimensões de Honneth (2003).

Para compreensão da problemática de pesquisa e para alcançar objetivos analíticos e reflexivos, essa tese está organizada em capítulos. No primeiro capítulo estabeleceu-se, então, algumas questões contextuais às quais serão respondidas no curso deste trabalho, desde o memorial descritivo da trajetória acadêmica e profissional da autora, seguido pelas contribuições reflexivas: *As mulheres donas de seus negócios: contexto, desafios e possibilidades* e *Transformar para resistir*, que oferecem alguns conceitos centrados no reconhecimento intersubjetivo.

As seções seguintes, postas no capítulo dois, são focadas no percurso investigativo do detalhamento do problema e os objetivos, além da descrição da tese. E o Percurso Metodológico oferece as articulações desenvolvidas e a busca das

narrativas memoriais que descrevem as estratégias e decisões tomadas nesta pesquisa de campo no contexto de pandemia por Covid-19.

No capítulo três tecemos, de forma mais aprofundada, os entrelaçamentos teóricos que sustentam a tese ora apresentada, inclusive com quadros e comparativos entre as teorias de Honneth e Candau. A discussão dos achados e evidências desta pesquisa é apresentada no capítulo quatro. Por fim, as considerações finais e contribuições ao debate do campo da memória e do reconhecimento social. Acompanha, também, as referências utilizadas e os anexos que ilustram os elementos detalhados neste trabalho de doutoramento.

1.1 Memorial da pesquisadora

Relembrar a minha história de vida na descrição deste projeto de tese é uma oportunidade de (re)memorar este caminho, levando em consideração as experiências vivenciadas no cotidiano pessoal e acadêmico, assim como na trajetória profissional. É a partir desta relação, entre passado e presente, com vistas ao futuro, que apresento esta tese junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

Quanto ao memorial da minha vida acadêmica, início destacando a formação em Serviço Social, base teórica sólida e aliada a uma prática comprometida com a transformação social. Aprendi a analisar criticamente as políticas sociais, a compreender os mecanismos de exclusão e a desenvolver estratégias que busquem pela transformação social, a promoção da justiça social e a defesa dos direitos humanos, com ênfase nos direitos das mulheres, motivos que acompanham minhas escolhas acadêmicas.

Neste percurso, busquei formações que agregassem ao meu projeto profissional, em ser uma referência na busca da defesa dos direitos das mulheres, junto ao mercado de trabalho, na família e princípios éticos, na identidade enquanto mulher que busca sua emancipação. A primeira especialização foi a Pós no Atendimento Integral à Família e Especialização em Terapia de Família, seguida da Docência do Ensino Superior, pois pertencer à academia faz parte deste projeto. Cursei o Mestrado em Ciências Sociais na Unisinos, concluído em 2015 e, naquele momento, participei, por um ano, do Grupo de Pesquisa de Economia Solidária e Inclusão Produtiva, com foco nas mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família,

na mesma Universidade. Destas reflexões, foram desenvolvidas produções como o artigo publicado na Revista IHU da referida universidade, cujo título foi *Inclusão Produtiva no Programa Bolsa Família em Canoas: desafios políticos, éticos e metodológicos*; *O desafio da inclusão produtiva de famílias pobres em contexto de desigualdade socioeconômica e políticas públicas fragmentadas*, publicado no Colóquio Internacional IHU, e *A Economia Solidária como estratégia de inclusão produtiva no Programa Bolsa Família*, apresentados em congressos nacionais e internacionais. Além da dissertação: *O Programa Bolsa Família como dispositivo para a inclusão produtiva: possibilidades e limites*.

No primeiro semestre de 2019, ocorreu o ingresso no doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais na Uni La Salle. No decorrer das disciplinas, procurei ser reflexiva, nutrida de clareza sobre a finalidade do que explorar, numa constante busca por conhecimento a fim de ter subsídios teóricos e práticos no campo social e acadêmico, para a construção de pesquisas futuras na discussão de gênero, trabalho e reconhecimento social.

Neste processo de quatro anos de estudos e pesquisas participei de seminários, colóquios, sendo alguns trabalhos selecionados como capítulos de livros. Os conteúdos abordados traziam como objetivos aprofundar os estudos sobre mulheres, inclusão e reconhecimento social. Em destaque, *Inclusão Produtiva: a construção social do acesso a bens culturais*; *As percepções sobre o Programa Bolsa Família acerca do acesso aos direitos e bens culturais*; *Diálogos possíveis entre gestão cultural e gestão social*; *O reconhecimento social das mulheres pertencentes ao núcleo feminino da CICS-CANOAS/RS*; *Memória social, empresarial e história: aproximações e reflexões com as mulheres associadas da CICS*; *As mulheres no mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre: uma caracterização a partir dos dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)*; *A trajetória do reconhecimento social das mulheres: uma possibilidade de articular constitucionalismo, direitos humanos e socioambientalismo*; *Núcleos Femininos, Memória Social e Reconhecimento Social: breve discussão sobre os procedimentos metodológicos*; *A mulher empresária e os núcleos femininos: espaços de desenvolvimento pessoal e crescimento econômico*.

No decorrer da formação acadêmica tive a possibilidade de fazer estágio no Programa Família Cidadã, um projeto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, atuando com mulheres pertencentes a comunidades urbanas em situação de

vulnerabilidade social e econômica no município de Canoas. A realização deste estágio, permitiu maior aproximação com a discussão de gênero, com foco no cotidiano de vida das mulheres, o processo da participação social e o fortalecimento da autonomia, segmento que se tornou prioritário em minhas pesquisas. Outro estágio foi no Poder Judiciário, em Sapucaia do Sul, com a intenção de compreender quais situações levam as mulheres delegarem ao Estado a tomada de decisão sobre os conflitos em suas vidas. Essa experiência amplia as discussões sobre gênero, participação e resolução de conflitos, experiências, que passam a motivar novas buscas teóricas e de realizar um apanhado mais aprofundado das questões relativas do reconhecimento social e que atendam estas reflexões críticas da contemporaneidade.

A caminhada é contínua na busca por novos conhecimentos científicos, instrumentos e técnicas, visando fortalecer a capacidade de análise reflexiva e crítica no exercício da vida profissional e acadêmica. O interesse na linha de pesquisa de memória justificou-se pela crescente discussão entre a memória social construída, articulada à participação em núcleos femininos, os quais fortalecem os processos de reconhecimento social no que diz respeito à esfera do amor, do direito e da estima social da mulher, que busca sua inserção no mercado de trabalho abrindo seu próprio negócio. Neste sentido, Brose (2000, p. 10), nos afirma a seguinte questão:

A vivência de processos participativos permite compreender que participação não é harmonia. Nossa sociedade está baseada no conflito pelo poder, desde a esfera micro de nosso cotidiano até os destinos dos rumos da nação. A essência da democracia está no conflito entre os diferentes interesses e os mecanismos de participação devem possibilitar a redução dos mecanismos de exclusão. Os instrumentos participativos têm como função principal ajudar a estruturar as disputas sobre poder entre atores sociais, torná-las mais transparente e, desta forma, contribuir para uma distribuição mais equitativa de poder.

A partir deste ideal, a minha inserção no mercado de trabalho ocorreu na contratação para compor a equipe técnica no primeiro Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), equipamento da Política Nacional de Assistência Social, do município de Canoas, no bairro Guajuviras, atuando de 2005 até 2008. É importante destacar que, atuei no fortalecimento das mulheres quanto ao sentimento de pertencer ao mundo público, desenvolvendo projetos de inclusão produtiva com as mulheres beneficiárias da Política de Assistência Social.

Ainda em 2004 fui convidada a compor a equipe técnica da Prefeitura Municipal de Esteio no Programa Integrado de Inclusão Social, permanecendo até 2015. As atividades neste projeto correspondiam à parceria entre a Prefeitura Municipal e as Organizações não Governamentais e empresas (públicas e privadas), na perspectiva de articulação em rede, mediante ações direcionadas a mulheres em situação de pobreza e extrema pobreza, participantes do Programa Bolsa Família, o qual trazia, em suas diretrizes, ações direcionadas para a inclusão social e geração de trabalho e renda.

Paralelo às atividades na Prefeitura de Esteio, desenvolvi atividades de capacitação nas prefeituras da Região Metropolitana de Porto Alegre para trabalhadores da Política de Assistência Social, sempre direcionando as intervenções às mulheres em situação de vulnerabilidade social e/ou risco, em especial no que diz respeito à geração de renda e ao pertencimento social. Estas atividades municipais eram vinculadas à Cooperativa de Serviços (COOSERV), localizada em Esteio, cujo vínculo perdurou de 2009 até 2015, e à DOMUS/SUAS, situada em Porto Alegre, vínculo desde 2010 e ainda vigente.

Rememorando esta caminhada, fico emocionada e orgulhosa frente aos desafios e oportunidades que foram conquistadas. Cabe salientar, que minha primeira formação foi de professora, e atuar na docência superior sempre foi um sonho, que após a graduação e pós-graduações, passou ser um projeto possível. Acredito que a oportunidade de trabalho em 2011, no Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, como docente do curso de Graduação em Serviço Social, foi um marco na construção de meu conhecimento científico.

Em maio de 2017, desenvolvi atividades como perita social, atuando junto ao Judiciário na Vara da Infância e Juventude do Fórum Central de Porto Alegre, RS, cujo objetivo era dar voz às famílias e assim garantir seus direitos nos conflitos familiares que se tornaram objetos de discussões na justiça. Nesse aprendizado, como técnica do judiciário, as questões de gênero são explícitas e tomam uma dimensão que requer do profissional uma escuta qualificada das situações em litígio e uma apurada compreensão dos modelos vigentes em nossa sociedade patriarcal, assim como a busca, dentro da legislação, de subsídios para a defesa dos direitos das crianças, dos adolescentes e das mulheres.

Em agosto de 2017, fui selecionada para compor o quadro funcional do Curso de Serviço Social da Faculdade FADERGS, exercendo a função de professora

presencial no Curso de Graduação. E, no início de semestre de 2018/1 recebo o convite para assumir a Coordenação do Curso de Serviço Social Presencial e EAD. Experiência incrível e de muito aprendizado. Mas, no final do semestre, a instituição solicitou ampliação da carga horária, situação que demandaria a saída dos demais espaços de trabalho.

Naquele momento optei por sair da Faculdade FADERGS para ser professora do programa de capacitação continuada do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), no Estado de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. A capacitação foi com os trabalhadores da Política de Assistência Social para qualificar as ações direcionadas à Vigilância Socioassistencial e no Provimento dos Serviços Socioassistenciais, no que diz respeito à Proteção Social Básica, Especial e no Controle Social, conforme as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social.

No mesmo ano, em 2018, recebi o convite para participar da seleção de professora organizadora do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade La Salle, em Canoas/RS, o qual fui aprovada, atuando até o momento. Acredito, assim, que essa vivência poderá somar-se, efetivamente, à valiosa experiência que se encontra consubstanciada na linha de pesquisa de Memória e Gestão Cultural. Como encerramento dessa sessão, busco as palavras de Gondar (2005, p. 24) “[...] em relação à memória social, é importante [...] nos engajamos nessa espera? [...] Recordar, [...], não é somente interpretar, no presente, o já vivido; a escolha sobre o que vale ou não ser recordado funciona como um penhor e, como todo penhor, diz respeito ao futuro”.

1.2 As mulheres donas de seus negócios: contexto, desafios e possibilidades

O trabalho das mulheres nos diferentes ambientes, público e privado, ainda é um desafio, sobretudo quando falamos de posições de liderança e meios de possuírem os seus próprios negócios. No ano de 2021 foi veiculado, por uma grande marca de automóveis, um comercial que, em linhas gerais, apresentava uma mulher, com roupa de executiva, chegando em casa após um dia de trabalho e presenteando o marido com um carro. Surpreendia o público que o homem era o responsável pela preparação da refeição e pelo cuidado com as filhas. Essa situação apresentada pelo comercial não faria sentido décadas atrás. Contudo, essa discussão carece de reflexões, para

além de um olhar simplista, exigindo que a sociedade amplie as discussões de gênero e os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Ao refletir sobre a mulher e sua inserção no mercado de trabalho, é necessário destacar os movimentos de luta por direitos sociais e civis a partir do fortalecimento da consciência coletiva por igualdade social. Luta contínua e necessária, pois os discursos sobre a inserção das mulheres no espaço privado da sociedade são aceitáveis, desde que essas assumam posturas e/ou comportamentos ditos masculinos. Este paradigma culturalmente construído impacta no cotidiano de trabalho das mulheres, pois quando uma trabalhadora apresenta traços culturalmente definidos, como feministas, são vistas como não apropriadas para as instituições, em especial, para assumirem cargos de chefia. Padrão válido, também, para mulheres femininas, por serem frágeis e incapazes de tomada de decisões firmes. Mas, se agirem conforme os modelos impostos pelo mercado de trabalho, ou seja, padrões masculinos, são criticadas por não serem femininas e rotuladas com termos pejorativos. (ROCHA-COUTINHO; ROCHA-COUTINHO, 2011).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (2018), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, as mulheres estão buscando serem donas de seu próprio negócio, somando, estas, 9,3 milhões no Brasil, já representando 34% do total de negócios, com 48% dos Microempreendedores Individuais (MEIs). Acredita-se que este movimento é resultado da não inserção na esfera corporativa, marcada por práticas desiguais e atravessamentos por diferentes eixos de opressão, o que as levam a buscar novos espaços para abrirem seus negócios e gerar renda.

As mulheres, fortalecidas pelos movimentos de luta e os discursos contra hegemônicos, buscam novas estratégias para enfrentar os desafios e identificar as oportunidades. Nesta seção pretende-se, a partir dos dados da PNADC, elaborada e disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caracterizar, de forma intersetorial, as mulheres no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

A mulher em sua trajetória profissional desde o século XVII, no início do movimento feminista, já buscava por espaços, respeito e legitimidade no mundo do trabalho. A partir de Revolução Industrial, as mulheres pobres passaram a ocupar os espaços nas fábricas, mas com jornadas de trabalho de 10h até 15h por dia e por salários inferiores aos dos homens. E as de classe média, no decorrer das I e II

Guerras Mundiais (1914 – 1918 e 1939 – 1945, respectivamente), passaram a assumir os negócios da família, deixados pelos homens que iam para as frentes de batalha. Para Ribeiro,

[...] foram anos de luta até a conquista de um lugar no mercado de trabalho. É bem verdade que a história já registrava a participação feminina em vários setores da economia, mas foi a partir da Segunda Guerra Mundial que elas se firmaram como uma importante força de trabalho. Afinal, com a Europa praticamente rendida às forças alemãs e com grande parte do contingente masculino lutando fora de seus países, coube às mulheres tomar o lugar dos homens nas fábricas e estaleiros. Como a indústria bélica não podia parar, em muitos países foram elas que construíram peças para tanques, armas e aviões. (RIBEIRO, 2018).

No momento em que as mulheres deixaram suas casas em busca de trabalho na esfera pública, aos poucos a sociedade tradicional foi abrindo espaços. Neste contexto, os primeiros contatos com o mercado de trabalho foram discriminatórios, apenas com o intuito de obter lucro, sendo as mulheres vistas como melhor custo-benefício para o empregador por ofertar salários baixos e incompatíveis com as atividades exercidas.

Em 1908, impulsionadas por reivindicações que ocorreram na França, cerca 15 mil mulheres, em Nova York, organizaram uma marcha por melhores salários e o direito ao voto, o que resultou na determinação do Dia Nacional da Mulher nos EUA, no ano seguinte. No mesmo sentido, em 1910, na Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, foi aprovado o estabelecimento do Dia Internacional da Mulher, a ser celebrado no dia 19 de março.

Em 1911, por pressão política das mulheres russas que reivindicaram o Dia Internacional da Mulher no dia 8 de março na Rússia, bem como, em outras regiões, como Áustria, Dinamarca e Alemanha, a data foi alterada e perdura mundialmente até hoje, sendo reconhecida como um dia de conscientização da luta das mulheres por seus direitos. Mesmo assim, apesar de todos esses movimentos, os direitos das mulheres só ganharam força no cenário internacional, na segunda metade do século XX, após as intensas guerras travadas na Europa.

No Brasil, a primeira greve geral da história do Brasil ocorreu em 1917, em São Paulo (SP), e as mulheres estavam na linha de frente. Elas eram a maioria da classe trabalhadora e reivindicavam melhores condições de trabalho, aumento salarial, fim do trabalho infantil e redução das cargas horárias exaustivas. Era uma espécie de “motim contra a fome”, ainda sem pautas específicas das trabalhadoras na lista de

reivindicações do comando de greve - o Comitê de Defesa Proletária. Apesar de não estarem na liderança dos sindicatos, pouco a pouco as mulheres passaram a estabelecer, como pautas prioritárias do movimento de greve, direitos como licença maternidade, auxílio-creche e igualdade salarial. (CAETANO, 2019).

Conforme destacam Querino et al (2013), com a expansão da economia, a urbanização crescente e a industrialização em ritmo acelerado, mais precisamente na década de 1970, houve maior favorecimento da entrada e do aumento de trabalhadoras no mercado de trabalho. Schlickmann e Pizarro (2003) acrescentam ainda que, além do trabalho já realizado no setor industrial, as mulheres começaram a fazer diferença como empregadoras e/ou como profissionais autônomas.

A expansão da sociedade industrial e os movimentos de emancipação política e profissional não apenas reafirmaram o processo de inserção feminina no mercado de trabalho, mas também acentuaram a divisão social e sexual do trabalho, atuando diretamente na estrutura do emprego. (PINTO, 2007). Essas grandes transformações econômicas da sociedade industrial foram progressivamente modificando um cenário socialmente construído, em que o homem era tido como único provedor da família, abrindo espaço para a participação feminina no mercado, ainda que, inicialmente, complementar.

Conforme a legislação vigente no Brasil, os direitos são iguais, independente do gênero, mas, na prática, existe discriminação às mulheres, principalmente refletidas em salários e cargos. Ost (2009) destacou que:

[...] as mulheres se deparam com as velhas e novas formas de discriminação. Além das diferenças salariais, há os obstáculos ao seu acesso aos cargos mais elevados e qualificados do ponto de vista da valorização do trabalho e/ou cargos de chefia, onde estão presentes a concentração do poder e os melhores salários. Muitas vezes, quando as mulheres ocupam esses cargos, o posto de trabalho tende a ser menos valorizado.

Bruschini (2007) e Amaral (2012) defendem que o aumento da inserção feminina no mercado de trabalho foi possível, inclusive, pelo ingresso nas universidades e pela expansão da escolaridade das mulheres, uma vez que elas estão liderando os índices de escolaridade em relação aos homens. De acordo com Bruschini e Pruppin (2004), com o aumento do grau de instrução das mulheres, além de continuar marcando presença em espaços tradicionais de ocupação feminina, como o magistério e a enfermagem, elas têm adentrado também áreas profissionais de prestígio, como o

direito e as engenharias, tradicionais redutos masculinos. Contudo, segundo os autores,

[...] ainda que essas mulheres estejam ocupando novos e promissores espaços de trabalho, nos quais sua inserção tem características bastante similares às dos homens, elas permanecem submetidas a uma desigualdade de gênero presente em todos os escalões do mercado de trabalho: ganham menos do que seus colegas de profissão. (BRUSCHINI; PRUPPIN, 2004, p. 109).

As mulheres, além de ganharem menos, tem a carga dos afazeres domésticos, dos cuidados com a família e com os filhos, os quais geram uma carga de trabalho extenuante, muito além das 8 horas de trabalho que teriam se fossem homens. Em 2003, a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2008) lançou seu primeiro relatório sobre discriminação no trabalho visando subsidiar políticas públicas nacionais e internacionais voltadas para o combate à discriminação contra grupos minoritários, principalmente contra mulheres dentro das organizações, no que se refere às posições hierárquicas, remuneração, segurança e demissão. Percebe-se que a mulher não apenas continua sendo excluída do mercado de trabalho e da economia formal, mas que também sofre discriminações quando consegue se inserir neste mercado.

Esse é apenas um cenário de toda a problemática que envolve as mulheres e os desafios na carreira feminina. Isso porque ainda é preciso lidar com o preconceito interno, o de não acreditar que é capaz de conseguir um cargo maior, um salário compatível ou ser reconhecida pelo que faz. Porém, apesar de muitos desafios pela frente, a luta feminista já conquistou muitos direitos para as mulheres, não só no mercado de trabalho, mas na política e no social.

1.2.1 Transformar para resistir

A decisão de trabalhar está vinculada ao fator tempo e a necessidade de obter recursos para sua sobrevivência, dispondo escolhas entre horas de trabalho remunerado e lazer. Ou seja, os indivíduos maximizam uma função sujeita a uma restrição orçamentária (o montante gasto com bens e serviços deve ser pelo menos igual ao que ele recebe no mercado de trabalho em forma de salário e das outras

fontes de receita), para decidir como alocar o seu tempo disponível entre trabalho e lazer (não-trabalho).

Assim, ao decidir quantas horas dedicar ao trabalho, o indivíduo está decidindo sobre o número de horas diárias de lazer está disposto a renunciar. Neste contexto, a principal razão que leva o indivíduo a trabalhar é a necessidade de obter uma renda que permita a aquisição dos bens e serviços para suprir suas necessidades, e outros produtos que necessita ou deseja, onde cada unidade de renda obtida representa, ao mesmo tempo, um sacrifício de conseguir algum período de lazer e a possibilidade de aumentar essa satisfação através da aquisição dos bens e serviços.

Observa-se, então, que o processo de feminização e masculinização das tarefas varia, conforme o espaço e o tempo, e esse processo coexiste com a reprodução da divisão sexual do trabalho que se mantém. Assim, as mulheres ocupam e continuam a ocupar postos de trabalho periféricos e secundários, enquanto os homens continuam a efetuar as tarefas de maior prestígio e remuneração nas pesquisas voltadas para este estudo pelo SEBRAE (2019a) e GEM (2018).

Neste sentido, fortalece-se a ideia de inclusão como um sentimento maior, de fazer parte, de estar incluído social e produtivamente, numa nova alternativa de modo de vida, de economia, de pensar a emancipação social, onde as políticas públicas e sociais passam a ser articuladas e complementares entre si, assumindo o papel de mediador, fomentador e incentivador deste ideário. (SOUZA, 2004). Pensar nesses modelos de inclusão produtiva é ir muito além da distribuição de renda; é oferecer aos sujeitos oportunidade de formar um novo *ethos* social, um novo modo de vida, fortalecendo e desenvolvendo capacidades individuais e coletivas, a partir de novas formas de sociabilidade, novas formas de organização social, desconstruindo modelos cristalizados de relações de produção e construindo novas culturas, novos valores. (SEN, 2000).

Filion (2010), apontou que a abertura do próprio negócio é uma opção interessante de geração de trabalho e renda para as mulheres, uma vez que as corporações teriam falhado em lhes oferecer oportunidades de trabalho que garantissem estabilidade e flexibilidade. Por esta razão, o negócio se tornaria uma alternativa para que pudessem ter controle sobre o seu tempo, seu futuro e destino profissional.

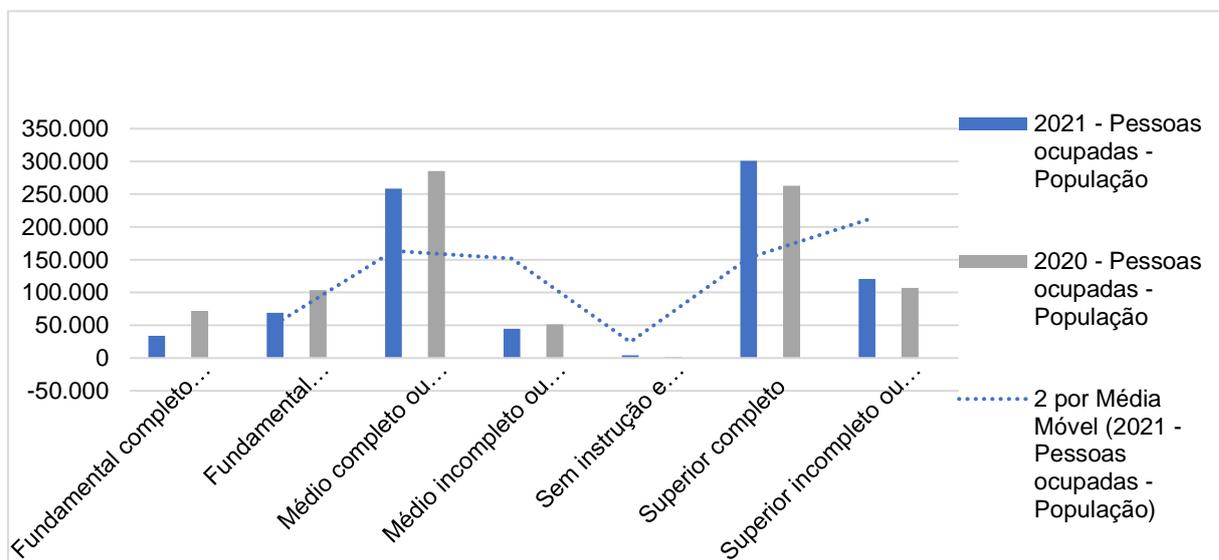
Tonelli e Betiol (2009) acrescentam que o negócio próprio constitui uma solução para os dilemas e conflitos relativos ao acúmulo de tarefas dentro e fora do trabalho.

As autoras veem como uma ajuda à família e à permanência da mulher no lar os incentivos e subsídios à criação de pequenas empresas. Acrescentam, ainda, que o trabalho fora de casa, apesar de associado à nova concepção de realização da mulher, desencadeia em angústias para as trabalhadoras, uma vez que implica em certo abandono das tarefas do lar.

A diferença é que, no capitalismo contemporâneo, a nova versão liberal - o neoliberalismo - trata de suavizar a tônica do seu discurso, fazendo uso de outros elementos discursivos mais compatíveis, como o discurso do empreendedorismo feminino. A funcionalidade do empreendedorismo feminino na contemporaneidade está, portanto, na sua capacidade de produzir um apagamento dos conflitos entre capital e trabalho, e das contradições do sistema capitalista de produção, da cultura patriarcal no que se refere ao desemprego, enquanto condição estrutural deste modo de produção, no que diz respeito a Tonelli e Betiol (2009).

Assim, a aparente transformação de mulheres em empreendedoras ratifica a sua polivalência em decorrência deste enfoque, afirmou Costa (2009, p. 177), “favorável à manutenção da ordem do capital.”

Gráfico 1 – Perfil das mulheres ocupadas no mercado de trabalho por escolaridade



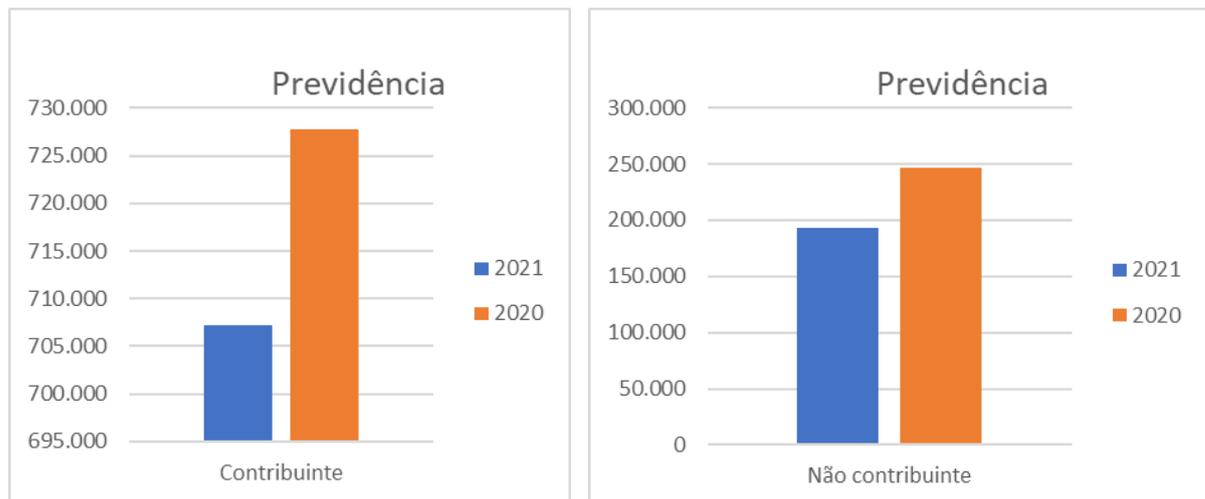
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE, 2021.

Os dados demonstram, no primeiro momento, a redução das mulheres ocupadas do primeiro trimestre de 2020 para 2021, refletidos entre as mulheres com ensino fundamental completo, com índices negativos de 58,43%, e no ensino fundamental

incompleto, com redução de 18,31%. Após explicitar os índices negativos que impactaram na vida de 46.690 mulheres que perderam seus espaços de trabalhos, destacamos que houve crescimento de ocupação das mulheres com ensino superior completo no primeiro trimestre de 2021, com índices de 18,31%.

Os dados das figuras, permitem identificar que a população de mulheres ocupadas, que contribuem com a previdência, em 2020, somava 687.125; já em 2021, o número de mulheres ocupadas contribuintes da previdência reduziu para 662.960, percentual de 3,52%. As mulheres que estão ocupadas nos diferentes segmentos e não contribuem com a previdência, a redução de 2020 para 2021 foi de 21,44%.

Gráfico 2 – Mulheres ocupadas com ou sem contribuição previdenciária



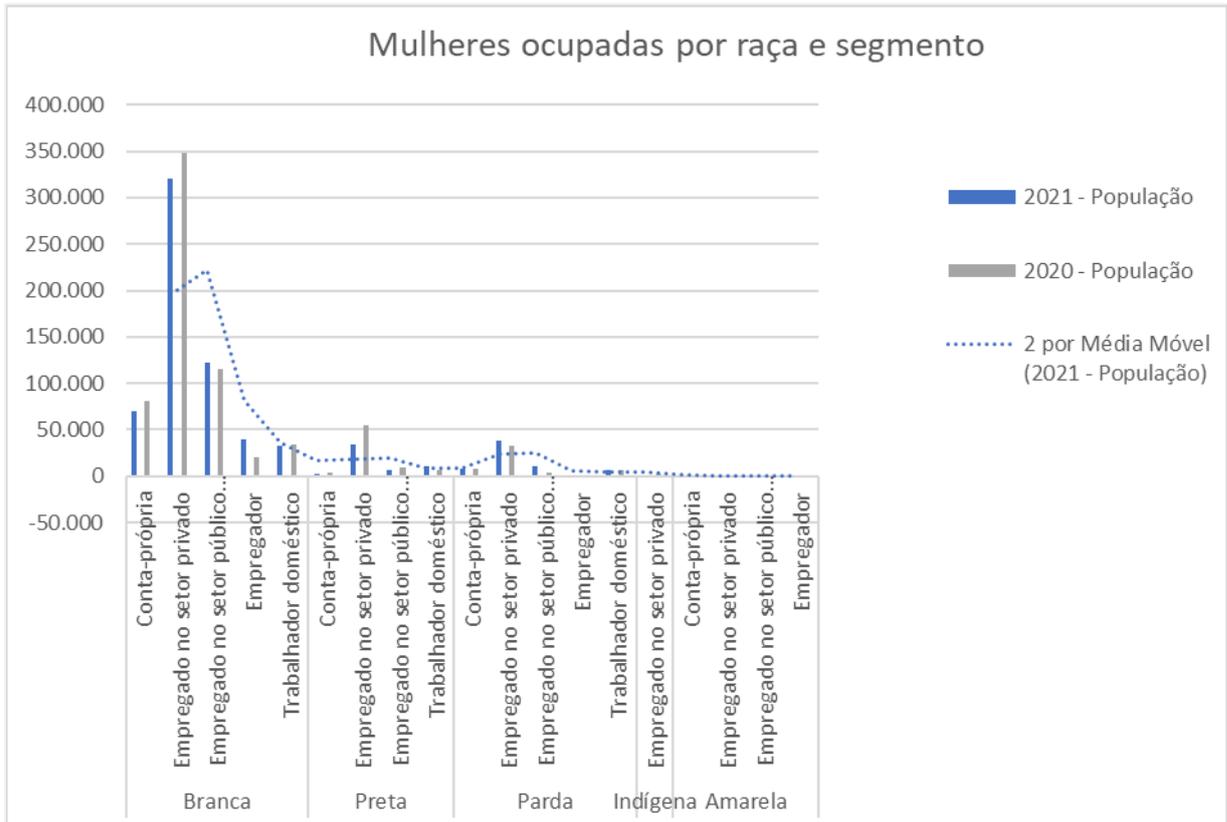
Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE, 2021.

Ao observar os dados da PNADC, no primeiro trimestre de 2020 e 2021, das mulheres ocupadas da Região Metropolitana de Porto Alegre, cuja soma totaliza 1.716.492, é importante pontuar que houve redução de 5,91% no número de contribuintes ou não da previdência, em diferentes segmentos. Entre as 717.209 mulheres brancas ocupadas no ano de 2020, há redução de 6,10% para o ano de 2021. O maior impacto aparece nos segmentos de mulheres que estavam ocupadas por conta própria, com 24,28%, e trabalhadoras domésticas, com redução de 21,53%. Contudo, é importante ressaltar que houve um aumento de 73,95% no segmento de mulheres empregadoras.

A pesquisa nos mostrou que, entre as 93.988 mulheres negras ocupadas em 2020, esse número passou para 72.361, em 2021, com redução de 22,18%. Os

segmentos destacados é o da conta própria, com redução de 31,10%, e o setor privado, com redução de 36,50%. Outro dado importante foi o segmento de trabalhadoras domésticas, com um aumento significativo de 62,61% em 2021.

Gráfico 3 – Mulheres ocupadas por segmento



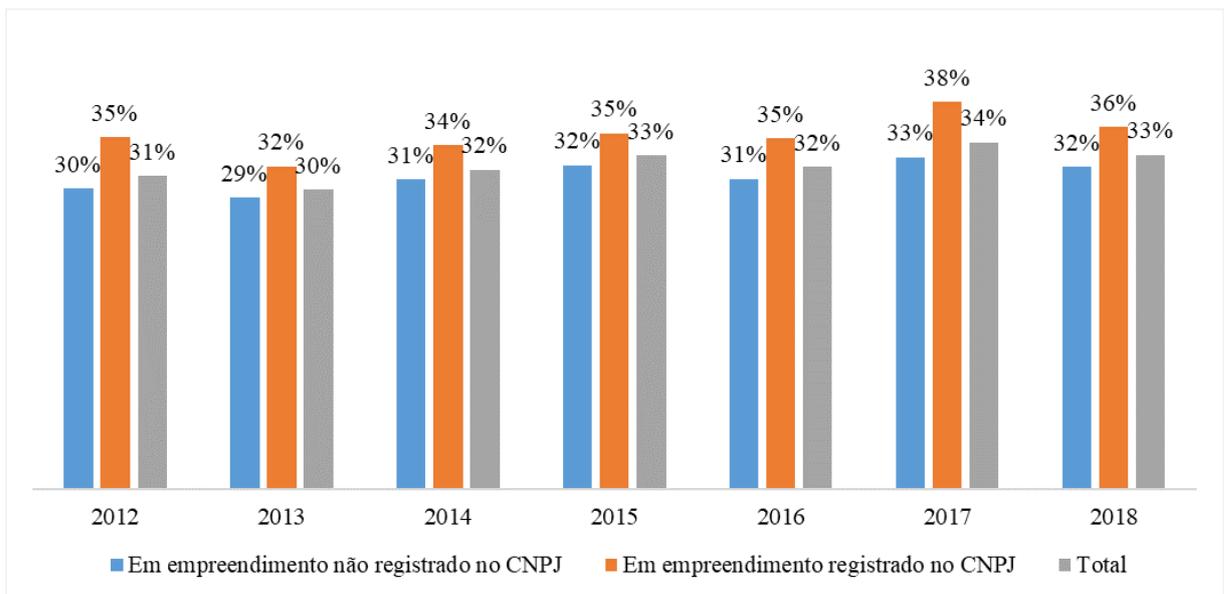
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE, 2021.

Entre as pardas, o destaque foi o índice de 418,18% no número de mulheres que passaram a ser empregadoras, ou seja, de 334 mulheres em 2020; esse número soma 1.730 em 2021. As mulheres indígenas concentraram suas ocupações no segmento privado, com redução significativa de 74,11% de 2020 para 2021, dado preocupante entre essa população.

As condições adversas que as mulheres vivenciam estão marcadas pelas diferenças definidas, como direito da mulher branca, da mulher negra e indígena, aguçadas pelas diferentes realidades sociais, culturais e econômicas, apontando as estruturas de poder, as formas de dominação e discriminação que ocorrem de forma implícita ou explícita nas interações humanas no cotidiano das sociedades. Sem esquecer, ainda, do sexismo, do machismo e do racismo, presentes, ainda hoje, nas diferentes sociedades. Davis (2016) postula que o lugar da opressão possibilita à

mulher negra, parda e indígena, pensar fortemente sobre as mudanças urgentes que precisam ser realizadas, mas não sem muita luta e coragem. Entre os seus principais desafios nessa luta, está a percepção de que se trata de histórias e universos diferentes: homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra, homem indígena, mulher indígena. Inseridas no mesmo tecido social, as mulheres buscam, através de suas lutas e resistências, romper os silêncios para que seus sons, palavras e ações cheguem nas diversas camadas da sociedade e penetrarem no cotidiano de outras diferentes histórias de mulheres. Trata-se de uma realidade no plural com seus muitos desdobramentos e especificidades que, ainda na atualidade, precisa ser compreendida, descreve Davis (2016).

Gráfico 4 – Proporção de mulheres ocupadas como conta própria no trabalho principal no RS e distribuídas em empreendimento registrado e não registrado no CNPJ nos anos de 2012 a 2019



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE, 2021.

Os dados na figura reforçam a regularidade de negócios aberto de 2012 até 2018, assim como a situação dos negócios quanto à formalidade e informalidade. Os dados do IBGE, quanto à informalidade, podem ser justificados e associados aos dados do GEM (2018) e SEBRAE (2019a), já apresentados. Em ambas as pesquisas, as mulheres alegaram que seu negócio está no início, realizam suas atividades em casa e não possuem recursos para investir na regularização.

Outra variável importante implicada na informalidade é a dificuldade do acesso ao crédito. Dados do SEBRAE (2019a) destacam que as mulheres que buscam créditos e/ou financiamentos enfrentam novos processo de discriminação, pois o crédito, quando aprovado, são 40% menores que os dos homens, e suas taxas de juros são maiores, chegando a 34,6% ao ano, mesmo possuindo a menor taxa de inadimplência, em torno de 3,7%. Este contínuo modelo burguês mantém nos estratos sociais as mesmas estruturas de poder e acaba por acomodar o mesmo perfil de pessoas, ou seja, mantém a sociedade hegemônica de dominação e, por consequência, fortalece o substrato social. (ANTUNES, 2005).

Os principais motivos que levam uma mulher a abrir seu negócio é a necessidade de uma renda, de conciliar o trabalho com os cuidados da família e sua inserção e reconhecimento no mercado de trabalho. Este dilema entre sonho e necessidade gera sentimentos de valorização e desrespeito, pois é comum entre as mulheres o desejo de ter seu negócio regularizado e, assim, ter maior acesso às oportunidades, como créditos e participação em programas e projetos de Instituições privadas e públicas (SEBRAE, 2019a). Estar na informalidade condiciona e reforça a cultura de que os negócios informais são gestados por mulheres que não possuem instrução; o que não é verdade, pois segundo dados do GEM (2018) e SEBRAE (2019a), a escolaridade entre as mulheres é 16% maior que a dos homens, com 47% possuindo o ensino médio completo e 25%, o curso superior.

Outra reflexão importante a ser considerada ao falarmos sobre informalidade, são as novas formas de organização produtiva, ou seja, a migração dos ramos formais para as atividades desregulamentadas; o aumento da população vinculada a atividades terceirizadas, em subcontratação; o aumento significativo da inserção da mulher no mercado do trabalho e, neste assunto, é necessário distinguir os estudos de Antunes (2015). Com as transformações regidas pelo modelo capitalista nas relações de produção, na contemporaneidade ocorrem mudanças relevantes na dinâmica do trabalho humano. Esta passa a assumir uma dupla dimensão na vida dos sujeitos, pois a mesma atividade “[...] cria e subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, oferece autonomia, mas gera sujeição, libera e escraviza”. (ANTUNES, 2015, p. 4).

Com base neste recorte sobre a transição que o mercado de trabalho vem passando, é necessário ampliar os incentivos através das políticas públicas e os programas e projetos ofertados pela iniciativa privada a fim de apoiar os pequenos

negócios, ainda na informalidade, assim agregando seu sentido, buscando ir além da concepção mercantilista de exploração. (ANTUNES, 2015). Após essas ponderações, o intuito é concentrar os contornos dessa esfera de estudos, apresentando e discutindo as questões da linha de investigação e construções metodológicas que desenham essa tese de doutorado.

2 CONSTRUINDO A PESQUISA

A presente tese de doutoramento trata de um estudo sobre a trajetória de um grupo de mulheres, que com apoio institucional da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), no município de Canoas, garantiram, mesmo com condições adversas, a busca de seus direitos e da estima social na trajetória de reconhecimento social. Foi, portanto, analisando trajetórias memoriais de mulheres, que esta pesquisa se preocupou em tecer considerações sobre um desses espaços de associativismo em que, através dos seus negócios, elas demonstram socialmente a relevância da inserção e permanência no mercado de trabalho são, também, ferramentas de reconhecimento social. Para compreensão do processo de pesquisa e análise das narrativas memoriais, a presente seção apresenta a justificativa, problemática e objetivos, assim como apresenta os pressupostos metodológicos e o universo de pesquisa.

2.1 Ponto de partida: justificativa e construção da problemática de pesquisa

As mulheres, por terem dificuldades de encontrar espaços na esfera corporativa, marcada por práticas desiguais e atravessamentos por diferentes eixos de opressão, buscam novos espaços para abrir e fortalecer seus negócios, conforme apresentado anteriormente. E, mesmo fortalecidas pelos discursos contra hegemônicos, precisam pensar coletivamente estratégias para enfrentar os desafios postos na sociedade e identificar as oportunidades no mercado de trabalho.

A participação da mulher em associações de classe, enquanto “dona” de seus próprios negócios, tem sido uma constante, desde as lutas feministas, as quais abriram espaços de reflexões e portas no mundo dos negócios, até então liderados pelos homens. Buscar por reconhecimento social nas diferentes esferas da sociedade ampliou a transição das mulheres do mundo privado ao mundo público. Cabe salientar, que foi a partir da Constituição Federal de 1988 que as mulheres passaram a ter direitos igualitários, conforme o art.5º,

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição, [...]. (BRASIL, 1988).

Ao refletir sobre os direitos civis, políticos e sociais das mulheres frente às conquistas de igualdade de gênero no constitucionalismo democrático no decorrer da sociedade brasileira, é preciso compreender que esta luta. Consciente da pluralidade de raças, de cultura e dos movimentos coletivos que fortalecem a participação das mulheres nos diferentes espaços da sociedade, ou seja, no mercado de trabalho, na política, nos movimentos sociais e sindicais, entre outros, a ampliação e acesso à produção, fruição e institucionalização dessas políticas e direitos busca-se refletir sobre o reconhecimento, emancipação e justiça através da teoria de Axel Honneth enquanto tema principal em debate dessa tese.

Essa discussão está justificada na contradição dos direitos conquistados frente ao modelo vigente de dominação na esfera pública pelo poder masculino, pois, na prática, a condição de ser mulher ainda sofre diferentes processos de exclusão; entre eles os assédios, morais e sexuais, lidar com a misoginia, enfrentar a dupla jornada de trabalho, ter seus rendimentos inferiores, as taxas de juros mais elevadas, entre outros. Mas, em contrapartida, é significativo o aumento de mulheres que buscam seu espaço no mercado de trabalho abrindo seu próprio negócio. Os dados do IBGE (2018), através da pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua, descrevem que as mulheres que são donas de seu próprio negócio somam 9,3 milhões no Brasil e já representam 34% do total de negócios, sendo 48% dos Microempreendedores Individuais (MEI's).

A liderança feminina nos negócios, leva o Brasil a ocupar o sétimo lugar no ranking mundial de negócios liderados por mulheres. O estudo do *McKinsey Global Institute* trazido a público pela Revista Exame (2019) projetou que a participação plena das mulheres poderá levar o Produto Interno Bruto (PIB) mundial a US\$ 28 trilhões até 2025, segundo Caleiro (2015). Ao observar as discussões no universo acadêmico, político e empresarial, alguns paradigmas permanecem presentes, no que diz respeito às pesquisas com foco nas mulheres beneficiárias das políticas sociais, de economia solidária e/ou criativa. Assim, abordar os desafios e conquistas das mulheres, que são donas de seus próprios negócios, é dar voz a elas, é oportunizar um espaço de socialização. Fortalecidas pelas lutas diárias e conquistas no movimento feminista, a mulher foi em busca de novas formas de emancipação, dentre

estas, a econômica. A inserção feminina no mercado de trabalho é crescente no Brasil, conforme o Instituto Ethos (2004, p. 17),

[...] o ingresso feminino no mercado de trabalho deu-se um pouco mais tarde, na década de 1970, quando, então sua participação passou a crescer em ritmo acelerado. Até a virada do milênio, praticamente dobrou, saltando de 21% para mais de 40% da população economicamente ativa.

Para a mulher transitar da esfera privada para a pública é necessária a construção de estratégias de pertencimento, como uma associação de classe, a qual oportunize espaços democráticos e dialógicos a fim de socializar situações corporativas de desigualdades, bem como, pensar coletivamente o crescimento econômico e o desenvolvimento pessoal. Pensar em associações de classe é ir muito além da discussão de renda, é oferecer as associadas a oportunidade de formar um novo *ethos* social, um novo modo de vida, fortalecendo e desenvolvendo capacidades individuais e coletivas (SEN, 2000). As lutas de classes permitem ampliar a consciência coletiva da relação capital *versus* trabalho *versus* gênero, de acordo com Faria e Nobre,

[...] as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno engendrado. Por sua vez, uma série de transformações no 'gênero' é introduzida pela emergência das classes. [...] Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. [...] Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa, limitando-as ao exercício de atividades que reproduzem a ideia do "cuidar". "como serviço doméstico, professoras, enfermeiras, assistentes sociais". (FARIA; NOBRE, 1997, p. 22).

A relevância deste estudo é compreender as motivações da inserção das mulheres em núcleos femininos e, a partir deste, identificar o perfil e conhecer as motivações que as levaram a serem donas de seus próprios negócios e identificar os processos de reconhecimento social, considerando as esferas do amor, dos direitos e da estima social, segundo Axel Honneth (2003).

Assim, ao refletir sobre a minha trajetória, enquanto mulher e os estudos de campo da inserção dessas mulheres em núcleos femininos, se descortina o problema de pesquisa, que complexamente impregna a presente pesquisadora. O recorte temporal dessa pesquisa envolve os anos de janeiro de 2020 a março de 2023, e buscou narrativas, cujos saberes, produzem poder, destinados à manutenção de um grupo, onde à memória pensada é um ingrediente ativo de transformação social e

principalmente de produção de um futuro. Essas memórias sociais vividas nas trajetórias construídas das mulheres empresárias, e rememoradas transdisciplinarmente sobre os últimos dez anos, é o resultado da inserção e participação no núcleo feminino na Câmara de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), no município de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, proponho o seguinte questionamento inicial que emergem como problema de pesquisa: Como as memórias narradas sobre o processo de reconhecimento social no mercado de trabalho reconstroem a normativa da justiça social e descrevem as trajetórias profissionais das associadas no Núcleo da Mulher Empresária (NME) da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas (CICS), no Estado do Rio Grande do Sul?

A partir do problema anunciado assume-se como tese de pesquisa que a mulher, por ocupar um papel social imposto pela sociedade tradicional, o qual a segrega no âmbito privado, acaba por limitar suas oportunidades na vida pública, através da inserção no mercado de trabalho. A sua reconstrução normativa depende da existência de amparo legal e de um grupo de referência, tendo em vista que as esferas do direito e da estima social retomam relações sociais, e não simplesmente ideias ou sentimentos isolados. Os seja, são as bases das relações de reconhecimento no mundo da vida.

Acredita-se que, a partir da teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003), as conflitualidades, que são ações depredatórias ou reivindicatórias, sinalizam a busca de reconhecimento subjetivo e social. Busca-se problematizar, a partir da escuta dessas narrativas, estas conflitualidades e limitações que geram relações desiguais, de desrespeito e violações, os quais estarão implicados nas esferas dos direitos e da estima social nas trajetórias de reconhecimento social e que o fortalecimento dos negócios em rede de relacionamentos na esfera da prática, como se apresenta no núcleo da CICS, oferecem um compromisso com a sociedade, caracterizando um campo de intervenção, que colabora com as lutas sociais e conquistas de gênero que se instalam. Entende-se que esse critério da rememoração e reconstrução dessas práticas nas instituições podem contar como irrenunciáveis para a reprodução social, conforme Honneth (2011). Assim anunciam-se os objetivos da pesquisa no próximo item.

2.2 Objetivo geral

Compreender as trajetórias profissionais das associadas no Núcleo da Mulher Empresária da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas (CICS) no Estado do Rio Grande do Sul, através das memórias narradas sobre o processo de reconhecimento social e sua reconstrução normativa no mercado de trabalho.

2.3 Objetivos específicos

1. Descrever o Núcleo da Mulher Empresária da CICS, Canoas/RS e a sua relação com a promoção de reconhecimento social de suas associadas;
2. Construir as expectativas de inserção no mercado de trabalho e de reconhecimento e reconstrução normativa na trajetória profissional das associadas do Núcleo da mulher empresária da CICS, Canoas/RS, através das memórias narradas;
3. Analisar as estruturas das relações sociais no processo de reconhecimento social das mulheres nucleadas, a partir das esferas do amor, do direito e da estima social.

Segue, na próxima seção, o percurso de investigação.

2.4 Percurso metodológico

O método científico é uma abordagem de conhecimento apta a permitir uma informação válida e fidedigna sobre os fenômenos investigados. Ao abordarmos as narrativas de memória como meio de compreender os aspectos subjetivos das mulheres, é possível conhecer ou reconhecer o vivido. Neste sentido, “[...] o trabalho com as narrativas se tornou, por excelência, um dos principais instrumentos para se estudar a história do século XX, [...], cujas memórias não se encontram ainda registradas em documentos escritos. (BENJAMIN,1994, p.40).

A presente pesquisa de tese é de natureza qualitativa, pois consiste na análise dos fenômenos em sua profundidade e em suas qualidades. Para Bauer e Gaskell (2000, p.68), a pesquisa qualitativa é “[...] explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”. Nesta abordagem será

possível interagir com os fenômenos vivenciados e evidenciados no campo de pesquisa, assim como a coleta dos dados primários, produzidos pela pesquisadora através da observação, das entrevistas e dos conteúdos documentais trazidos pelas participantes.

A referida pesquisa também permitiu identificar dados secundários que, segundo Guazzelli e Pinto (2008), são dados já existentes, procedentes de fontes diversas, como obras teóricas, reportagens, arquivos (como, por exemplo, os relatórios sobre a CICS e do Núcleo em foco) e sobre dados existentes sobre mulheres que são donas de seus próprios negócios. Nas pesquisas qualitativas não há visão isolada de partes do fato investigado, pois elas estão relacionadas, conforme Triviños (1987). É também uma pesquisa descritiva, pois seu objetivo é captar, não só a aparência do fenômeno, mas também sua essência, buscando causas da mesma e explicações para sua origem, indicando possíveis consequências para a vida humana.

Utiliza-se a totalidade das mulheres do núcleo como universo da pesquisa, tendo sido considerado, como amostra não probabilística, aquelas que participaram ativamente da coleta de dados e da resposta ao instrumento de pesquisa. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), uma amostra não probabilística consiste em “não fazer uso de formas aleatórias de seleção”. Nesse sentido, fica claro que não foram aplicadas fórmulas estatísticas para o cálculo das participantes compreendidas pela amostra. O tipo de amostra não probabilística utilizada foi intencional, que segundo Gil (2002, p. 145) é uma amostra em que os “indivíduos são selecionados com base em certas características, tidas como relevantes pelos pesquisadores. Esse tipo de amostra apresenta-se como a mais adequada para a obtenção de dados de natureza qualitativa”.

A análise de dados teve, como um dos referenciais, a análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011), consiste em identificar os núcleos de sentido, ou seja, as unidades de análise, através da frequência que estas se apresentam no contexto social. As etapas descritas na sequência consistem nas estratégias empregadas pela pesquisadora para análise das narrativas memoriais necessárias para discussão da tese ora apresentada. A análise de dados teve ainda o referencial baseado na análise das determinações fundamentais de método da reconstrução normativa, que é um esboço de uma tipologia de forma crítica, ou seja, conforme Caux (2015, p. 84):

Honneth reconhece a pertinência da crítica: "de fato, não é totalmente. [...] claro até que ponto a concepção de reconhecimento esboçada até então deve poder possibilitar uma forma 'reconstrutiva' de crítica que se apoie no conteúdo universalista das normas implícitas de uma sociedade" (HONNETH, 2003a, p. 335). Mas, as revisões levadas a cabo, até então, visavam lidar exatamente com esse tipo de problema.

Cabe indicar que a proposta desse novo método de Honneth foi elaborada para o entendimento da "base das relações de reconhecimento no mundo da vida" (HONNETH, 2003, p. 336) e orientam as práticas que nele tem lugar, dando conteúdo para as relações de reconhecimento. A reconstrução normativa tem quatro premissas de método:

1) A primeira das premissas para a introdução da reconstrução normativa é a ideia de que "a reprodução das sociedades se liga até o presente à condição de uma orientação comum a ideais e valores de sustentação" (HONNETH, 2011a, p. 18). 2) Se deve recorrer como "ponto de referência moral de uma teoria da justiça apenas àqueles valores ou ideais que, na qualidade de pretensões normativas, constituem, ao mesmo tempo, as condições de reprodução de uma dada sociedade" (HONNETH, 2011a, p. 20). 3) O critério da reconstrução (as práticas e instituições sociais que podem contar como irrenunciáveis para a reprodução social) retoma aquela confiança hegeliana na racionalidade imanente às relações sociais, ou, mais especificamente, no grau de universalidade e na capacidade de universalização de todas as normas e valores que alcançaram estabilidade e se converteram em âncoras da integração social. 4) É marcante que a reconstrução normativa precise comprar o risco de oferecer uma abordagem conservadora do social, que toma apenas os critérios normativos já presentes, institucionalizados e funcionais para a reprodução social para crítica das práticas sociais. (CAUX, 2015, p. 88-94).

A reconstrução normativa, conforme descrita por Honneth, é uma forma de apresentação ou de exposição, no sentido de desvelar os pontos de vista normativos, ou seja, aqueles pontos de autocompreensão "normativa das esferas reconstruídas" que aparecem na linguagem.

2.5 Etapas da pesquisa

Para compreender todo o processo - seleção, definição e delimitação do problema a ser investigado - se destacam as etapas desenvolvidas nesta pesquisa de tese.

A etapa 1 trata da preparação da pesquisa. Nessa etapa de aproximação efetuou-se a pesquisa bibliográfica em diferentes fontes, como livros, artigos, sites e outros instrumentos, a fim de contribuir para a construção dos elementos de pesquisa.

Essa etapa foi refeita em diferentes momentos entre os anos de 2020/2021, visto às vicissitudes que essa pesquisadora passou, mudando o objeto de análise e embasamento teórico devido às incertezas ocorridas com a mudança de profissionais orientadores no Programa de Pós-Graduação da instituição. A pesquisa partiu do desejo de compreender os processos empreendedores liderados por mulheres nas incubadoras existentes nos campos universitários da região metropolitana, cujo foco seria refletir sobre esse processo, seus limites e possibilidades de inclusão no mundo do trabalho. Porém, devido ao contexto de pandemia por Covid 19, muitas universidades fecharam estes espaços que tinham incubadoras, e alguns empreendimentos pré-mapeados também paralisaram seus negócios.

Dentre o novo cenário mundial, pensando em estratégias a fim de dar continuidade à gênese da proposta, buscava-se compreender como as mulheres estavam construindo alternativas de inclusão no mundo do trabalho a fim de ampliar a sua inserção neste universo masculino. A opção de trabalhar com as mulheres empreendedoras, donas de seus negócios, oportunizou um agendamento junto à CICS, em Canoas/RS. Esta promoveu a fundação, em 2013, de um núcleo feminino, ou seja, só de mulheres. A aproximação junto a esse núcleo gerou um ofício-convite explicando a proposta de estudo e pesquisa da tese, convidando-as para participarem. A resposta foi que 10 representantes aceitaram o convite, porém 8 mulheres participaram ativamente.

No primeiro momento, ainda em contexto pandêmico, foi realizado um primeiro contato com as interessadas, via plataforma digital, explicando a pesquisa, tornando-se um importante momento de aproximação. No segundo momento, foram realizadas agendas de entrevistas com um instrumento de coleta de dados semiestruturado e uma visita presencial à sede do núcleo visando levantar a parte documental da instituição.

Já na etapa 2, a definição, execução e observação foi realizada no desenvolvimento da pesquisa, pois os quadros e lugares de memórias estão nas narrativas. São poucos os espaços de acervo na sede institucional, mas cabe ressaltar que a memória social constitui elementos de manutenção da vida social, podendo as narrativas das mulheres serem formas de preservação, futuros registros, pois antes da escrita, as ideias eram transmitidas pelos mitos e rituais que constituíam o acervo da memória de um grupo social. (TOUTAIN, 2012).

O acervo memorial dessas mulheres do núcleo são a matéria-prima para pensar a construção de metodologias inovadoras de núcleos de classe emancipatórios. Os acervos documentais são arquivos de memória que requerem um olhar atento para desvelar dados preciosos, que se conservam em cada material, identificando a singularidade que os torna únicos, valiosos e insubstituíveis.

Segundo Derrida (2001), para ser arquivo/acervo não basta estar depositado em um lugar, sobre um suporte, à disposição de uma autoridade. Para ser arquivo/acervo é preciso o poder arcôntico de unificação, identificação e classificação. O acervo, portanto, volta à vida, saindo do seu estado de latência quando é observado, analisado, pesquisado.

Durante visita à CICS e nos demais contatos com a secretária, obteve-se acesso aos documentos que relatavam dados desde sua fundação, planos de ação e planejamento estratégico do núcleo no processo de empoderamento destas mulheres. Desta forma, foi possível observar como eram construídas as ações, capacitações, fortalecimento dos vínculos, entre outras estratégias que poderiam fortalecê-las. Num primeiro momento com um espaço coletivo de trocas e, num segundo momento, fortalecendo seus negócios.

Para registrar as informações coletadas através da observação participante e das entrevistas, foi feita a utilização do instrumento de diário de campo, onde os dados relevantes foram sistematizados para posterior análise. Neste contexto, a observação participante está presente no decorrer de toda a pesquisa, desde o primeiro contato com a CICS e nos agendamentos para dar boas-vindas à pesquisa, contatos esses que já permitiram traçar um breve perfil das mulheres, como as motivações que as levaram a serem donas de seu próprio negócio.

A aplicação da pesquisa e a coleta das narrativas pressupôs a inserção da pesquisadora no campo. Ou seja, foi a fase de conhecer e apreender a realidade dos fenômenos a serem investigados. A técnica específica de coleta de dados deste estudo foi o roteiro de entrevista semiestruturada, conforme comentado anteriormente e documentado no apêndice A.

O roteiro de entrevista foi organizado por meio de tópicos temáticos, e, como resultado efetivo, as entrevistadas puderam narrar suas memórias, seu entendimento sobre as motivações de ser dona de seu próprio negócio, assim como desvelar os processos de reconhecimento social na esfera do direito e da estima social, entre outros temas. A entrevista semiestruturada foi escolhida e os tópicos permitiram

elaboradas questões sobre o tema com flexibilidade, sem ficar engessada na pergunta previamente formulada. (MINAYO, 1999). Possibilitou, ainda, uma compreensão com maior profundidade e, ao mesmo tempo, maior aproximação da realidade vivenciada pelas participantes da pesquisa, permitindo à pesquisadora uma coleta de dados com qualidade e rica em elementos a serem analisados e desvelados para a compreensão do fenômeno estudado.

As entrevistas foram realizadas em dois períodos, primeiramente em maio e junho de 2021, via plataforma online em decorrência das limitações impostas pela Pandemia de Covid-19. A duração em média das entrevistas foi de 90 minutos, todas gravadas e transcritas na íntegra com apoio de transcritor eletrônico, totalizando uma média de 12 horas de conteúdo. No segundo período, nos meses de março e abril de 2023, foram realizadas novas entrevistas presenciais, nos espaços de trabalho das nucleadas. Os conteúdos foram sistematizados em unidades de contexto, ou seja, unidades de registro para análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2011).

Ao fim, tem-se a etapa 3: processamento, análise e interpretação dos dados, que conta com a análise pela perspectiva de Honneth (2003) e de Bardin (2011), para interpretação de achados de pesquisa qualitativa. Antes, porém, merece destaque a seleção dos dados coletados, a redução dos dados provenientes das observações de campo e a codificação que caracteriza as categorias previamente definidas, atribuindo um significado a elas. Focar as análises em duas fontes de dados, ou seja, nas mensagens obtidas através das narrativas memoriais das entrevistas semiestruturadas e na observação participante, permitiu à pesquisadora conhecer o que estava por trás das motivações e da identificação dos fenômenos para construir indicadores que pudessem responder ao problema e aos objetivos da pesquisa.

A análise de conteúdo e a reconstrução normativa permitiu ultrapassar a mera descrição e olhar através das motivações, atitudes, valores, crenças e tendências que influenciam e interferem nos princípios e diretrizes do grupo amostral. O ponto de partida é a mensagem, o que foi escrito, falado, desenhado, metaforicamente, considerando o contexto social, a cultura, a economia dos sujeitos da pesquisa para identificar o conteúdo manifestado. Ou seja, Bardin (2011) definiu análise de conteúdo como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de

conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas), destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 42).

Essa análise, com ênfase nos aspectos subjetivos dos participantes, possibilitou uma compreensão aprofundada e com maior singularidade da realidade, pois esta foi constituída pelos sentidos que as pessoas atribuíram aos acontecimentos nas interações sociais. Cabe destacar que a pesquisa qualitativa não exclui nenhum método, técnica e/ou teoria; apenas norteia as ações para melhor conduzir o pesquisador na busca de respostas ao problema proposto. Este método é composto por três etapas: a pré-análise; a exploração do material e a inferência e compreensão. A pré-análise trata-se da fase de organização, a sistematização dos primeiros achados, contemplando desde a definição do tema à construção do *corpus* do projeto de pesquisa. A exploração do material constitui no período mais longo da pesquisa, momento em que o pesquisador codifica, categoriza e a quantifica o conteúdo pesquisado. Para codificação foram escolhidas unidades de registro, ou seja, palavras-chave que apareceram com frequência nas narrativas memoriais.

A categorização trata do agrupamento, a condensação das palavras-chave. Estas são agrupadas por temas, verbos e sinônimos que tenham o mesmo sentido. As categorias devem ter um único princípio de classificação, pois cada palavra-chave deve fazer parte de apenas de uma categoria, não devendo se repetir. A palavra-chave deve ser pertinente ao quadro teórico. Também deve ser organizada objetivamente, com fidelidade e profundidade para dar uma representação simplificada aos dados coletados.

A fase de análise dos dados assume um caráter mais teórico, a qual precisará identificar, entre os conteúdos, as palavras e as frases mais significativas, as quais se apresentam com maior frequência nas entrevistas e outros indicadores que surgirem destas análises. O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação objetivam tornar os dados válidos e significativos. As informações novas serão confrontadas com outras pré-existentes, assim estabelecendo procedimentos estatísticos que possibilitam a análise, mensurando e qualificando os dados, os quais condensam e põem em relevo as informações coletadas na análise, segundo Gil (2000). Nesse sentido, a interpretação deve seguir coordenadas que, segundo Bardin (2011), conclui,

[...] o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas. (BARDIN, 2011, p. 101).

A inferência e a interpretação dos resultados coletados são consideradas a fase essencial, pois os mesmos devem ser confrontados com os objetivos descritos no *corpus* do projeto a fim de construir conhecimento científico sobre o objeto pesquisado. A compreensão dos fenômenos com base nos conteúdos empíricos e teóricos devem responder às questões que foram investigadas e identificar possíveis indicadores de processos de transformação social.

2.6 Universo da pesquisa: as mulheres do núcleo feminino da CICS/Canoas

Pesquisar a memória social, os acervos e o reconhecimento social que transitam nos núcleos femininos é desafiador por serem campos de estudo amplo, perpassados por uma complexidade conceitual, o que dificulta abordar apenas uma linha teórica, por isto a escolha multidisciplinar dos autores aqui brevemente discutidos. Partimos da compreensão de que as narrativas da memória social das mulheres pertencentes ao núcleo feminino e os estudos dos acervos e planos de ação podem nos levar a uma maior aproximação dos processos de reconhecimento social vivenciados nas esferas do direito, como a inclusão ao mundo do trabalho, e na esfera da estima social, nas representações de um contínuo processo de construção e desconstrução vivenciadas pelos indivíduos na dinâmica da vida em sociedade.

A pesquisa visa compreender e analisar as trajetórias profissionais das associadas no núcleo da mulher empresária da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas (CICS), no município de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul; espaço social que será o campo empírico desta pesquisa, assim identificando, através das memórias narradas, os processos de reconhecimento social nas esferas e dimensões que envolvem o afeto, o direito e a estima social.

A CICS é uma entidade fundamental para o desenvolvimento econômico de Canoas. Esta, que tem na sua gestão uma maioria de representação masculina, também abrigou espaços para as mulheres empreendedoras. Essa entidade, que iniciou em 2010, teve a primeira mulher a assumir a presidência da instituição em 2010 e, na continuidade desta gestão, em 2013, oportunizou a criação o Núcleo da Mulher

Empreendedora (NME). Entre os objetivos do NME está a sobrevivência das empresas, através da discussão de problemas em comum, com atenção voltada para aquelas conduzidas por mulheres pioneiras à frente de instituições/segmentos antes representados por homens.

O NME passou a ser um dos espaços principais de protagonismo efetivo de ações da CICS, através da promoção de eventos com o intuito de informar, refletir e incentivar o desempenho do público feminino frente ao empreendedorismo canoense. Movimento esperado pela CICS, por ser uma entidade com o compromisso histórico de “[...] reconstituir a mudança e a continuidade, as correções de rumo, as construções identitárias, as intencionalidades e as visões dos distintos atores da CICS”, baseado em Graebin et al (2019, p. 198).

Atualmente, o NME conta com 36 empresas que atuam em diversos segmentos e se utilizam da diversidade de experiências, personalidades e necessidades para enriquecer seus projetos ao longo do ano, obtendo resultados muito mais criativos e inovadores. O Núcleo da Mulher Empreendedora é referência em excelência nas suas ações e, com isso, trouxe um movimento diferenciado para a entidade. O NME foi definido como campo empírico, o qual dará base para a tese desta pesquisadora.

Em Canoas, conforme Graebin et al (2019), existem outros espaços de apoio e incentivo ao empreendedorismo feminino, como a Câmara do Dirigente Lojista (CDL) que, em 2010, instituiu o Núcleo Mulher Empreendedora, visando promover o empreendedorismo feminino através de seu *networking*. Sempre com conteúdo e novidades de mercado, as empresas divulgam sua marca para um público específico. A CDL/Canoas, na totalidade, possui mais de 550 empresas associadas.

Outro espaço é a Confraria das TOP's, a qual reúne em torno de 210 empresas em diferentes fases do empreendedorismo. O objetivo é ser uma rede colaborativa de relacionamento, novos negócios e compartilhamento de conhecimento, de empresárias com um pilar de empreendedorismo, economia colaborativa e ampliação de seu *networking*. Estes incentivos e oportunidades existentes em Canoas vem sendo potencializados pelo programa Cidade Empreendedora do SEBRAE, ao qual o município aderiu em outubro de 2019. Com isso, passou a ser a primeira cidade do Rio Grande do Sul a aderir ao programa do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) visando transformar a realidade econômica através da implementação de políticas públicas de desenvolvimento. Por conta disto, Canoas receberá aproximadamente 60 iniciativas, entre cursos, *workshops*, seminários e

oficinas, que vão desde a educação financeira nas escolas, passando pela qualificação de servidores públicos para melhorias nos processos internos da Prefeitura, até a formação de novos empreendedores na cidade.

Para melhor compreensão do contexto do campo pesquisado, o município de Canoas, cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre, capital gaúcha, é o segundo mais populoso da região e o quarto mais populoso do Estado do Rio Grande do Sul, contando com uma população de 348.208 pessoas em 2020. (IBGE, 2018). Sua área é de 130,73 km² e seu índice de desenvolvimento humano é alto - 0,750. Em 2018, o salário médio mensal era de 3,2 salários-mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 28,1%.

Com relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o município apresentava um dos maiores do Rio Grande do Sul e, reunido com outros municípios, como a capital, Caxias do Sul e Gravataí, totalizava R\$ 19.177,6 milhões em 2018. Já o PIB *per capita* está em R\$ 55.594,00 e o faturamento médio do Empreendedor Individual, em 2020, foi de R\$ 20.827,00, segundo a Data Sebrae (2019b). Canoas configura entre os 100 maiores PIB's do país, cujos indicadores evidenciam o potencial para empreender.

Quanto aos investimentos em ações empreendedoras, Canoas conta com a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) atuando há 80 anos no desenvolvimento da cidade, na concretização de iniciativas favoráveis à geração de negócios e capacitações para as empresas, bem como no enfrentamento das demandas dos segmentos que representa, visto que a mesma “foi criada para congregar pessoas e firmas que exercessem atividades comerciais no município e representá-las perante os poderes públicos municipais, estaduais e federais, conforme rege o Estatuto aprovado em 1940”, segundo Graebin et al (2019, p. 24). Desde então, “a entidade é o referencial representativo dos empreendedores diante do Poder Público”, *status* conquistado em decorrência de sua representatividade proativa, segundo Gildo Viegas Tavares - Presidente CICS 2018/2019, demonstrado pelo referido autor. (GRAEBIN et al, 2019, p. 6).

A CICS, através de seu núcleo aqui definido NME, comporta o recorte empírico amostral desta pesquisa, que permitiu a busca das narrativas de memória das mulheres nucleadas como meio de compreender os aspectos intersubjetivos previamente categorizados nessa pesquisa. No decorrer desta, percebeu-se que muitos dos espaços do núcleo estão presentes nas narrativas de memórias das empreendedoras. São poucos os espaços de acervos presenciais na entidade, porém,

cabe ressaltar que a memória social constitui elementos de manutenção da vida social, logo as narrativas dessas mulheres podem ser as formas de preservação, de futuros registros. (TOUTAIN, 2012).

O acervo memorial das componentes do núcleo são a matéria-prima para pensar a construção de metodologias inovadoras de núcleos de classe emancipatórios, pois os registros de fotos e planejamento estratégico disponíveis são do ano de 2023. Os acervos documentais, de carácter pessoal ou público, também são fontes de informações. Esses lugares de memória requerem um olhar atento para desvelar dados preciosos que se conservam em cada material, identificando a singularidade que os torna únicos, valiosos e insubstituíveis. Assim, a pesquisa percorreu, no seu estudo junto ao núcleo de mulheres, dois caminhos: um, através das narrativas memoriais por meio de entrevistas semiestruturadas, e outro, com a busca, por meio da pesquisa, nos acervos/documentos produzidos pelo núcleo desde 2013, data de sua fundação.

Preliminarmente, foi possível analisar a participação em núcleos de classe que garantiu espaços democráticos e dialéticos para socializar suas fragilidades e, coletivamente, para construir estratégias de superação. Este movimento de solidariedade fortalece os movimentos de lutas, mesmo de forma gradativa, para assim buscar seu reconhecimento social em ambas as esferas: privada e pública. (HONNETH, 2003).

O núcleo feminino permitiu que seus membros reafirmassem o processo de reconhecimento social. Segundo Honneth (2003), as relações sociais e afetivas construídas no núcleo, a partir da resolução dos conflitos, fortalecem a confiança e o autorrespeito, sendo mediados pelos códigos morais e éticos construídos coletivamente na associação, conforme seus interesses. Para o autor, as associações de classe oportunizam relações consideradas solidárias "[...] porque elas não despertam apenas a tolerância para com a particularidade individual de outra pessoa, mas o interesse afetivo por essa particularidade [...]". (HONNETH, 2003; 2011).

O quadro evidenciou o desejo que as mulheres empresárias sempre buscaram em fazer parte da história empresarial da CICS. Em seus relatos trouxeram o orgulho e o sentimento de pertencimento em compartilhar de suas experiências nessa instituição. Relataram, em suas memórias, a trajetória percorrida até chegarem na CICS, e foram comuns relatos de participação nos eventos promovidos pela mesma, na espera ansiosa da inscrição, até de fato fazerem parte dessa instituição.

Reconheceram essa entidade institucional como importante espaço de crescimento social, cultural e econômico no município. E que fazer parte da CICS é ter reconhecimento social e econômico em seu negócio e na sociedade, pois, no núcleo feminino, há narrativas pertinentes quanto à participação das mulheres na liderança da instituição. É necessário refletir que somente uma mulher, nos 80 anos de trajetória da instituição, ocupou um cargo de liderança enquanto diretora geral. Isso evidenciou uma cultura patriarcal e uma frágil fronteira de inclusão, ressaltando que no núcleo existe, nesse momento da coleta de dados, apenas uma mulher negra.

Quadro 1 - Expectativas em relação ao núcleo

PARTICIPANTES	VISIBILIDADE E CRESCIMENTO	PERCEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO PESSOAL
MN1*	Visibilidade e conexão com outras empresas.	Reconhecimento frente às outras colegas e empresas; troca de conhecimentos e fortalecimento da rede.
MN2	É impulsionadora do desenvolvimento econômico.	Busca uma projeção externa, mas antes de tudo a projeção interna; autoconhecimento.
MN3	Foco para o crescimento econômico.	O núcleo traz acolhimento, conhecimento e conexões.
MN4	Novos relacionamentos, crescimento da marca, as empresas lá são referência.	Tive desenvolvimento pessoal. Aprendi a liderar mulheres que já são líderes. Às vezes a gente tem o dom, mas é tão normal tu não enxergar o que tu fazes, não te reconhecer.
MN5	Promove relacionamentos, oportunidades e crescimento econômico.	A CICS era elitizada, foi perdendo adesão. [...] na gestão da Simone, primeira e única mulher na presidência, percebeu este movimento e quis trazer a força da mulher. [...] o núcleo mulher garantiu um espaço para trocas de experiências e ocupar mais espaços.
MN6	Diversificação da clientela - indicações - agregou na esfera econômica.	[...] existem outras carências, além da econômica. A sociedade nós vemos como privilegiadas, não sabem que foi árduo [...] nós também temos dificuldades. No núcleo temos apoio.
MN7	Crescimento da rede de relacionamentos. [...] maior visibilidade do negócio.	[...] o grupo procura se auxiliar, se ajudar, escutar as dores de cada uma, trazer <i>insights</i> e compartilhar. [...] as mulheres que despontam, precisam assumir papel de durona no seu dia a dia para serem respeitadas, o que não devia acontecer.
MN8	Diversifiquei a clientela – vi o crescimento econômico.	Lá saí do quadradinho. Me sinto realizada, meu negócio evoluiu e eu também, há muitas trocas, e não importa o tamanho da empresa, a conta bancária, somos mulheres, uma dá a mão para outra.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

* Mulheres Nucleadas

Ao acionar as memórias pelo grupo de mulheres empresárias, as lembranças coletivas tornam-se significativas, vivas, como se fossem lembranças individuais. (HALBWACHS, 1990). As mulheres empresárias do núcleo feminino da CICS reforçam a identidade nucleada desse espaço, que foi conquistado para novos diálogos e construções coletivas que atendam às demandas atuais.

2.7 Perfil das participantes da pesquisa

A amostra de pesquisa foi composta por oito mulheres, empresárias e associadas da CICS - Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas, instituição que atua, há 80 anos, na concretização de iniciativas favoráveis à geração de negócios e capacitações para as empresas. As mulheres participantes são membros do Núcleo da Mulher Empresária, primeiro núcleo de trabalho criado dentro da CICS, desde 2013. As participantes deste estudo têm a média de idade de 51 anos, possuem até 2 filhos, 87,5% são casadas e todas possuem nível superior completo, conforme descrito no quadro 2.

Quadro 2 - Descritivo das participantes entrevistadas

PARTICIPANTES	IDADE	ESTADO CIVIL	FILHO(S)	FORMAÇÃO
MN1	29	Casada	Gestante	Relações Públicas
MN2	51	Casada	Não	Direito
MN3	50	Casada	01 filha	Administração
MN4	48	União Estável	Não	Nutrição
MN5	63	Viúva	01 filho	Direito
MN6	49	Casada	02 filhos	Biologia
MN7	56	Casada	02 filhos	Publicidade e Propaganda
MN8	62	Casada	2 filhos	Letras

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

O referido quadro evidencia que o perfil das mulheres, donas de seus negócios, está conforme o relatório do SEBRAE, o qual revela que a faixa etária que busca um novo negócio está entre os 18 até 64 anos. (SEBRAE, 2019a). Quanto à escolaridade,

as pesquisas GEM (2019) e SEBRAE (2019a), demonstram que a escolaridade entre o público feminino é 16% maior que a do masculino, sendo que nesta pesquisa 100% possuem formação no ensino superior. Outro dado importante nesta pesquisa, é que a maioria das mulheres possui filhos, justificando a necessidade por maior flexibilização do tempo.

A mulher, através de sua participação ativa com seu negócio no mercado de trabalho, está fomentando e tencionando novas estruturas de trabalho e sociabilidade, buscando ir além de uma lógica mercadológica de produção e lucro, agregando e fortalecendo um discurso contra hegemônico que inclua todas as formas de trabalho, isto é, lutando por reconhecimento social.

Frente aos dados apresentados, o capítulo Entrelaçamentos Teóricos Conceituais trabalhará com as teorias basilares para o entendimento desta tese.

3 ENTRELAÇAMENTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS

Os teóricos aqui apresentados e discutidos irão fornecer um arcabouço conceitual e metodológico que irá auxiliar na compreensão dos fenômenos estudados, na análise crítica e na geração de conhecimento significativo. Axel Honneth e Joel Candau são dois autores conceituados cujas contribuições teóricas têm impactado significativamente suas respectivas áreas de estudo. Axel Honneth é um filósofo social alemão que se destaca na Escola Social Crítica com a Teoria do Reconhecimento Social. Joel Candau é um pesquisador importante no campo da memória social; suas contribuições teóricas enriquecem os estudos nessa área, promovendo uma compreensão mais profunda da relação entre memória, identidade e sociedade. Ao integrarmos as teorias de Honneth e Candau em uma pesquisa, temos a oportunidade de enriquecer nossa compreensão através das aproximações possíveis entre as categorias: memória coletiva, reconhecimento e identidade.

3.1 Memória e Identidade: contribuições da Joel Candau

Discutir a memória social é desafiador por ser um campo de estudo amplo e perpassado por uma complexidade conceitual, dificultando em uma pesquisa abordar apenas uma linha teórica. Dentro deste contexto, foi definido abordar a memória e identidade em Joel Candau. Antropólogo e professor na Universidade de Nice-Sophia, localizada na França, coordenava o Laboratório de Antropologia e Sociologia, Memória, Identidade e Cognição Social - LASMIC -, desenvolvendo estudos sobre antropologia sensorial e cognitiva, cooperação e abordagens naturalistas nas ciências sociais.

Em seu trabalho *Memória e Identidade*, o autor retoma diferentes contribuições teóricas sobre como fortalecer a relação entre suas principais categorias de análises: memória e identidade. Na obra faz-se referência a Maurice Halbwachs, destacando que o livro *A Memória Coletiva* de Halbwachs, e *Lugares de Memória* de Pierre Nora, que ocupam a centralidade em seus estudos, partem da compreensão de que a memória e identidade são representações de um contínuo processo de construções e desconstruções vivenciadas pelos indivíduos na dinâmica da vida em sociedade e se interpenetram.

Este referencial teórico irá permitir compreender as narrativas dos sujeitos participantes desta pesquisa, pois estes assumem a função de trazer o passado para o presente e, assim, rememorar, possibilitando a (re)construção da identidade social, ou seja, a identidade das mulheres que participam do núcleo feminino. A memória coletiva gera motivações nos grupos sociais e, a partir destas motivações, ampliam a compreensão das lutas e dos direitos, elevando a memória como um fenômeno cultural no que diz respeito à relação do indivíduo com o meio social, passando por todas as interações humanas. Faz-se importante na construção e reconstrução das identidades dos grupos sociais um entendimento da formação da cultura e sua perpetuação.

Quadro 3 - Síntese sobre as abordagens de memória

AUTOR	MEMÓRIA	MEMÓRIA SOCIAL	MEMÓRIA COLETIVA
HALBWACHS (1990)	A memória é um processo coletivo, não individual. [...] A memória é social por natureza, mesmo quando parece ser individual.	A memória social é uma construção da memória coletiva de um grupo social, que se refere às lembranças compartilhadas por seus membros.	A memória coletiva é uma representação compartilhada do passado por um grupo social, construída a partir das experiências e lembranças compartilhadas pelos membros desse grupo.
CANDAU (2011)	A memória não é um registro do passado, mas uma construção permanente que combina lembranças do passado e presente. Decompõe o conceito de memória em três níveis: protomemória, memória de evocação e metamemória.	Memória social incorporada, tal como se expressa, por exemplo, nos gestos, nas práticas e na linguagem, cujo exercício é realizado quase automaticamente, sem um julgamento prévio, quase sem tomada de consciência.	A memória coletiva é o resultado da interação entre as memórias individuais e coletivas, que são constantemente reconstruídas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Podemos iniciar as discussões compreendendo as percepções da autora sobre memória, ampliando as reflexões com essa breve introdução de Halbwachs e Candau, importantes teóricos do estudo da memória. Halbwachs nos traz que a memória é uma construção social e coletiva, moldada pelas relações sociais e pelos grupos aos quais pertencemos. A memória não é apenas uma lembrança de acontecimentos passados, mas também a representação de que um grupo social faz de seu próprio passado.

(2006, p. 25). Halbwachs também destaca a importância da memória coletiva na construção da identidade dos grupos sociais.

Halbwachs (1990), analisou a distinção entre a memória individual e a memória dos grupos, isto é, a memória coletiva, demonstrando que toda memória individual é um fenômeno coletivo. Para o autor, a memória individual é,

[...] como uma parte e como um aspecto da memória do grupo, já que toda impressão e todo fato, mesmo o que lhe concerne o mais exclusivamente, guarda apenas uma lembrança durável na medida em que se a ligou aos pensamentos que nos veem do meio social. (HALBWACHS, 1990, p. 29).

Halbwachs (1990) desenvolveu suas pesquisas com enfoque nas reconstruções do passado a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças, mesmo as individuais, são constituídas a partir de um grupo. O autor, influenciado por Durkheim, nos traz em seus estudos que a memória garante uma coesão social, formando vínculos e sentimento de pertencimento junto aos grupos que convive, e são, nestes espaços, que eles se pautam ao recorrerem às suas lembranças. Assim, toda a construção da memória de cada indivíduo ocorre a partir das referências e lembranças das relações construídas e vividas no grupo. Neste sentido, a memória deixa de ter um caráter individual, uma vez que não pertence apenas a um indivíduo, mas a um grupo social.

Enquanto a memória coletiva tende a apoiar-se sobre o ‘passado vivido’, bem como sobre a continuidade temporal, a memória histórica toma outro caminho, que “separado do que o precede ou o segue por um intervalo, em que se pode até acreditar que nada aconteceu” (HALBWACHS, 2013, p. 109), se definindo como desconstruída e se apoiando em um passado que é construído, enquanto objeto da ciência. A memória coletiva, não se apoiaria em fórmulas ou leis históricas, mas em determinados quadros que se formam por via da experiência do passado. Para o autor, “[...] os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, eles representam correntes do pensamento e de experiência em que reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo” (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Segundo Halbwachs (1990), o indivíduo que lembra faz parte de uma sociedade, na qual sempre pertenceu a um ou mais grupos de referência, ou seja, a memória é então construída na relação/interação com o outro, ou com o grupo. A partir das

vivências que cada sujeito elabora e/ou constrói memórias, a partir do seu ponto de vista sobre a memória coletiva, sobre o seu trabalho no processo de rememoração do sujeito é que “[...] as lembranças permanecem coletivas e não são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós”. (HALBWACHS, 1990, p. 30).

Dessa maneira, a lembrança é resultado de um processo coletivo, estando inserida em um contexto social específico. As lembranças permanecem coletivas, sendo lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente o sujeito se encontre envolvido. Isso acontece devido ao indivíduo estar sempre inserido em um grupo social.

Para Halbwachs (1990), o fundamento da lembrança está baseado em um estado de consciência puramente individual ao qual denominaria como “intuição sensível”. Esse era um estado de consciência puramente individual, que se distingue das percepções onde entram elementos do pensamento social. Halbwachs (1990) retirou a memória do plano do espírito e a colocou no plano das relações sociais, motivando o debate entre a produção social e as categorias do pensamento humano. O autor dá continuidade à ideia de Bergson, o qual entende a memória como uma representação, uma imagem. Porém, Halbwachs (1990) passa compreender esta ideia como representações coletivas, ou seja, “[...] ideia e imagem não se referem à dois elementos, um social e outro individual, [...] senão a dois pontos de vista do que a sociedade pode considerar, ao mesmo tempo, os mesmos objetos”. (HALBWACHS, 1990, p. 327).

Para o referido autor, existe uma ligação entre o espaço e a memória que, na medida em que um grupo social se encontra inserido em um espaço específico, passa, então, a moldá-lo à sua imagem, e se adapta à sua materialidade de lugar que resiste à sua influência, que, segundo o autor “[...] cada detalhe desse lugar tem um sentido, que só é sensível aos membros daquele grupo”. (HALBWACHS, 1990, p. 42). O autor não desconsidera a atuação do sujeito, pois para ele a memória individual pode ser pensada como a memória ressignificada, ou seja, o processo de rememoração é afetado pela interferência da subjetividade do indivíduo. Para Halbwachs, “não existe memória possível fora dos quadros dos quais os homens que vivem em sociedade se servem para fixar e reencontrar suas lembranças”. (HALBWACHS 1994, p. 79).

Ainda citando Halbwachs, a memória individual é construída das lembranças partilhadas no meio social, pois "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupa e esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes". (HALBWACHS, 1950/2006, p. 69). Em nossas memórias há lugares os quais fazem conexões com nossas lembranças, sendo estas individuais ou coletivas, mas que podem perder a referência exata do tempo cronológico. Da mesma forma, Candau (2008) afirma que:

[...] não pode haver identidade sem memória (assim como lembrança e esquecimento) porque somente esta permite a autoconsciência da duração. [...] Por outro lado, não pode haver memória sem identidade, pois o estabelecimento de relações entre estados sucessivos do sujeito é impossível se este não tem *a priori* um conhecimento de que esta cadeia de sequências temporais pode ter significado para ele. (CANDAU, 2008, p. 138).

Abordar conceitos entre memória (faculdade) e identidade (estado) é um desafio, pois ambos podem ter múltiplos sentidos, visto que o autor traz que há uma inter-relação entre memória e identidade, ou seja, não há identidade sem memória. Então, como podemos esquecer se não houver lembranças guardadas, as quais foram vividas no cotidiano, construídas e transmitidas? Candau (2011) abordou as manifestações da memória, as quais passam a ser entendidas como um processo de construção das identidades coletivas:

A memória nos trabalha e nós, por nossa parte, a modelamos. Isso resume, perfeitamente a dialética da memória e da identidade, que se abraçam uma à outra, se fecundam mutuamente, se fundem e se refundem para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, um relato. [...] Insistem sobre os laços consubstanciais entre a memória e a identidade e sobre o fato de que a memória, faculdade primeira, nutre a identidade. (CANDAU, 2011, p. 14).

Em sua obra, Candau (2011) constrói uma linha de raciocínio que permeia diferentes obras sobre a temática memória e identidade, ressaltando que esses conceitos são fundamentais nas ciências sociais e humanas. Outro ponto relevante de sua obra é a discussão de que a identidade é uma construção social, em contínua construção e reconstrução a partir das relações sociais, ou seja, da interação com o outro.

O autor discute memória e identidade a partir de uma dimensão cultural e coletiva, pois seus conceitos apresentam semelhanças e pertencimentos. Ele analisou o conceito de memória a partir de três níveis: protomemória, memória de alto nível e metamemória, diferenciando-as entre memórias fortes e fracas. A protomemória, ou de baixo nível, é o próprio senso prático, relacionando-se com o *habitus*, segundo o qual o passado não chega sequer a ser representado, porque já agiria no corpo. Ela é a memória social incorporada, é uma memória ‘imperceptível’, que ocorre sem tomada de consciência. É a forma de memória que trabalha o corpo sem relaxar, esculpindo-o para fazer dele um corpo *mimesis* e que é a alienação fundadora da identidade.

A memória de alto nível é a memória propriamente dita. É uma recordação, um reconhecimento ou uma evocação voluntária, é feita igualmente de esquecimento e, pode se beneficiar de extensões artificiais, que derivam do fenômeno geral da expansão da memória, conforme Candau (2011).

Finalmente, a metamemória é a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória e se constitui na forma de memória reivindicada, ostensiva, contribuindo para a construção identitária. Sendo assim, a metamemória é a representação das próprias lembranças e o conhecimento que temos delas, sendo “[...] a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, a construção explícita da identidade, mas que necessita do reconhecimento de outros para se afirmar”. (CANDAU, 2011, p. 23).

O autor nos traz que a relação entre identidade e memória ocorre quando a identidade se manifesta por meio de um relato, um discurso repleto de significados, curiosidades e recordações (*anamneses*), fundamentados através da natureza do acontecimento recordado, do acontecimento agora, simultâneo ao acontecimento rememorado. Esses momentos, compartilhados coletivamente, visam consolidar sentimentos de pertencimento, ou seja, a historicidade dos sujeitos, assim garantindo a manutenção das memórias fortes. Por outro lado, esses mesmos momentos geram, também, memória fracas, com tendências a se fragmentarem, a se diluírem no processo de construção da nova identidade, ali coletivamente reconstruída mediante novos fatos e acontecimentos em sua história.

Esses conceitos de memória forte e memória fraca, em Candau, são relacionados diretamente com o tempo, ou seja, a partir da origem do acontecimento, articulada à multiplicidade de tempos sociais que os fenômenos sociais estão imersos,

e é nesse contexto de temporalidade que a memória precisa ser compreendida, considerando e relacionando o tempo do acontecimento, o tempo da apreensão deste novo acontecimento e a representação que será construída, formando a memória larga.

O autor demonstra uma preocupação com o favorecimento e valorização do arcaico, da exaltação do passado e a representação estereotipada do pertencimento, a reificação das diferenças, entre outras formas de nostalgias e paixões identitárias. Em sua obra, reforça a importância do reconhecimento da memória individual e coletiva em processo contínuo de construção e reconstrução e que memórias irão desaparecer para que novas sejam elaboradas, repletas de significados e sentidos, e que a fantasia da homogeneidade de memória e identidade sejam refutadas.

Para Candau (2011), a formação da identidade coletiva é perpassada por jogos sociais, os quais transmitem, recebem e constroem conhecimentos, crenças e comportamentos de forma contínua entre gerações. Logo, esses jogos garantem a “[...] transmissão de um capital de lembranças e esquecimentos [...]”. (CANDAU, 2011, p. 125). Os sujeitos também buscam suas raízes por medo do esquecimento, do estranhamento consigo e com o meio, efeito do descrédito com as autoridades, da fragilidade das memórias construídas coletivas com supervalorização do indivíduo isolado, desintegrado do tecido social. Memória e identidade se concentram em lugares, a fim de desafiar o tempo e, assim, detê-los, logo impedindo o esquecimento. Ao impedir o esquecimento, os fatos passam a ocupar um lugar, o seu lugar. “Um lugar de memória é um lugar onde a memória trabalha. [...] é, ao mesmo tempo, baliza identitária”. (CANDAU, 2014, p. 156 -157).

O autor nos chama a atenção que não existimos sem memória, mas que não “somos nus”, ou seja, a memória é a base para o pensamento social, o qual ocorre no fenômeno da transmissão, fortalecendo a identidade. Lembramos que somos seres sociais e, com isso, precisamos e somos constituídos de conhecimentos através de nossas crenças, do fato de viver o cotidiano da vida e de nossas experiências. Algumas podem nos marcar e outras podem, devido aos seus traumas e/ou insignificâncias, serem esquecidas.

Observamos que a transmissão é uma ferramenta fundamental para compor o jogo da identidade por permitir que um objeto, uma pintura, ou uma imagem possa ser socializada, possibilitando-nos, desta forma, conhecermos o passado a partir dos objetos e imagens, construindo ou reconstruindo as histórias de nossos ancestrais e

por ela transitando a fim de compreender o hoje e pensarmos o amanhã.

Para Candau (2011) há três modalidades de se manter o tradicionalismo: manutenção fiel aos valores; uma memória/tradição que passa a ser remodelada a partir de mudanças; e a utilização de modelos existentes, compondo o tradicionalismo formal, sem crítica e inovações.

Podemos dizer que Candau (2011, p. 27) fala a respeito das construções identitárias do indivíduo; essas identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de “traços culturais” – vinculações primordiais – mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações sócio situacionais – situações, contexto, circunstâncias – de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de “visões de mundo” identitárias ou étnicas. Poder ser compreendida como um lugar que o povo se vê, o qual passa a ter valor, um objeto que passa a imprimir a identidade de um povo, nação. A patrimonialização assume a função de expressar a narrativa coletiva do passado de um grupo compartilhado.

A memória coletiva, segundo Candau, poderá funcionar como uma regulação da lembrança individual, pois

Nisso toda a memória é social, mas não necessariamente coletiva – e, em alguns casos e apenas sob certas condições, se produzem 'interferências coletivas' que permitem a abertura recíproca, a inter-relação, a interpenetração e a concordância mais ou menos profunda de memórias individuais. Quando os caminhos tomados por estas se cruzam e se confundem, esse encontro confere alguma pertinência à noção de memória coletiva que, nesse momento, dá conta de uma relativa permeabilidade de consciências, em certos casos excepcionais e provisórias, de sua 'fusão' e da convergência perfeita entre as representações do passado elaboradas por cada indivíduo. Quanto maior essa convergência, maior será aquela das representações identitárias e mais pertinente será a retórica holista. Ao final, a memória coletiva segue as leis das memórias individuais que, permanentemente, mais ou menos influenciada pelos marcos de pensamento e experiência da sociedade global, se reúnem e se dividem, se encontram e se perdem, se separam e se confundem, se aproximam e se distanciam, múltiplas combinações que formam, assim, configurações memoriais mais ou menos estáveis, duráveis e homogêneas. (CANDAU, 2011, p. 49).

Esse entrelaçamento de encontros, perdas e separações das experiências da sociedade global, implica nas mudanças sociais e culturais dos sujeitos sociais. Uma dessas mudanças seria o desaparecimento do passado e do futuro na vida dos sujeitos do presente. A mudança na temporalidade é essencial para o entendimento do deslocamento para uma sociedade-histórica, reflexão também nos estudos de Nora (1993).

A sociedade contemporânea, marcada pelos impulsos tecnológicos e velocidade avassaladora das informações, forja um movimento de aceleração temporal, ou seja, a história passa a ser mais dinâmica, culminando em uma hipertrofia do presente; do passado e as tradições são destituídos de sua primordialidade. (CANDAU, 2011). Conforme o autor, a memória coletiva gera motivações nos grupos sociais e, a partir destas motivações, ampliam a compreensão das lutas, dos direitos, o que, elevando a memória como um fenômeno cultural no que diz respeito à relação do indivíduo com o meio social, passando por todas as interações humanas.

3.2 A Teoria Honnethiana: lutas por reconhecimento social

O campo empírico desta pesquisa faz parte de uma sociedade contemporânea, marcada por conflitos e lutas sociais em busca de reconhecimento social. A teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003) é essencial para esta pesquisa por trazer questões pertinentes acerca da realidade atual, na qual se evidenciam diferentes situações de desrespeito e violação de direitos que os sujeitos vivenciam em seu cotidiano.

Apresentaremos a teoria do reconhecimento de Axel Honneth com a intenção de demonstrar o seu potencial explicativo para compreender contextos de desigualdade social e injustiça moral em sociedades democráticas, as quais deveriam, segundo suas leis e constituições, garantir os direitos sociais e políticos dos sujeitos. Porém, a relevância desta teoria é vislumbrar, neste cenário social desigual, elementos no substrato motivacional dos sujeitos que ensejam resistência e lutas por reconhecimento.

Para Honneth (2003), o reconhecimento é uma condição para a justiça social. Ele argumenta que as lutas sociais por reconhecimento são tão importantes quanto as lutas por direitos e distribuição de recursos. Em suas palavras: "a luta por reconhecimento tem uma importância tão grande quanto a luta por justiça distributiva. Ambas as lutas são necessárias para alcançar uma sociedade mais justa". (HONNETH, 2010, p. 40).

A escolha deste referencial justifica-se por considerar o reconhecimento mútuo como uma condição para a integridade psicológica e social, bem como enfatiza a importância das lutas sociais por reconhecimento como uma dimensão fundamental da luta pela justiça social. "O *reconhecimento* se tornou uma palavra-chave ao nosso

tempo”. É assim que o filósofo Axel Honneth introduz seu texto junto à filósofa Nancy Fraser, na obra “*Redistribuição ou Reconhecimento?*”. (FRASER; HONNETH, 2003). Sua produção teórica e análise sofisticada do papel que o reconhecimento desempenha na interação social humana teve um impacto significativo na teoria política e social contemporânea.

Para iniciarmos essa discussão, é importante apresentar, de forma sucinta, a trajetória acadêmica de Axel Honneth, a qual é marcada por uma intensa dedicação ao ensino e à pesquisa, o que lhe permitiu consolidar sua posição como um dos principais filósofos e sociólogos da atualidade. Nascido em Essen, na Alemanha, em 1949, Axel Honneth iniciou seus estudos em Filosofia, Sociologia e Literatura Alemã na Rheinische Friedrich-Wilhelms-Universität Bonn e na Ruhr-Universität Bochum de 1969 a 1974, obtendo seu Mestrado em Filosofia, em 1974.

Em entrevista à Inara Marin, em 2009, Honneth conta que, desde sua juventude, já se mostrava fascinado pela autocompreensão e demais temas sobre a *psique* humana. Nos primeiros semestres da graduação, quando também cursava psicologia, reconhece grande influência que os escritos de Freud tiveram em sua formação pessoal e profissional, valorizando a visão do autor por “estimular interpretações mais radicais, não somente de nossa própria *psique*, mas também de acontecimentos em nosso mundo cotidiano e no mundo que nos rodeia”. (HONNETH, 2017, p. 375).

Sua dissertação de doutorado foi defendida na Freie Universität Berlin em 1982, e teve como título “*Kritik der Macht. Foucault und die Kritische Theorie*” (Crítica do Poder: Estágios de reflexão de uma teoria social crítica). Assim como a teoria psicanalítica e as ideias hegelianas, os pressupostos que atravessaram a trajetória acadêmica de Honneth, sobretudo nos anos 70 e 80, quando realizou seus estudos de pós-graduação, irão resguardar a fundamentação da sua tese de doutorado, intitulada *Kampf um Anerkennung* (Luta pelo Reconhecimento). Porém, a tese que se tornaria um dos seus escritos mais importantes (KIELING, 2022, p. 11), foi a de pós-doutorado, defendida em 1990 no Departamento de Filosofia da Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main.

Nos anos 80, estudou sob a supervisão do Prof. Dr. Jürgen Habermas, um dos principais teóricos da II Geração da Escola de Frankfurt. Iniciando no Max-Planck-Institute for Social Sciences, e depois na Goethe-Universität, como estudante de pós-graduação, Honneth trabalhou como assistente de Habermas (1983-1989), colaborando em projetos como a publicação de obras de Max Horkheimer e Theodor

Adorno. Neste contexto, Honneth participou ativamente das discussões no *Institut für Sozialforschung*, o Instituto de Pesquisa Social, ao lado de outros filósofos, sociólogos e psicólogos também integrantes desta Escola, onde teve a oportunidade de se familiarizar com as principais tendências em Teoria Crítica da época.

Desde então, Axel Honneth faz a transição para a III Geração da Escola de Frankfurt, tendo se destacado como um dos principais pensadores da teoria crítica e lecionando em importantes universidades ao redor do mundo. Em 1991 e 1992, Honneth foi professor de filosofia na Universidade de Konstanz, na Alemanha. Posteriormente, ele passou a lecionar filosofia política na Freie Universität Berlin, entre 1992 e 1996. A partir de 1996, Honneth assumiu o cargo de professor de filosofia social na Goethe-Universität Frankfurt am Main, onde também é diretor do Instituto de Pesquisa Social desde 2001. Além disso, Honneth também é professor de humanidades no Departamento de Filosofia da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Esse cargo internacional reforça ainda mais sua reputação como um dos principais pensadores contemporâneos.

Em seus escritos sobre Marx, Honneth concorda com a abordagem histórica do autor, que vê a história como um processo de luta por reconhecimento e mudança social. Porém, criticou a abordagem marxista da luta de classes, afirmando que ela não leva em conta outras formas de luta por reconhecimento, ou seja, "a teoria do reconhecimento não é uma alternativa à teoria marxista da luta de classes, mas sim uma abordagem complementar que ajuda a entender melhor as lutas sociais contemporâneas". (HONNETH, 2003, p. 197).

Honneth (2003) argumenta que a teoria do reconhecimento pode ajudar a explicar as lutas sociais por reconhecimento que não se enquadram na abordagem marxista da luta de classes, como as lutas pelo reconhecimento de minorias étnicas, sexuais e culturais. Reflete que a abordagem marxista da luta de classes não considera outras formas de luta por reconhecimento, como a luta por reconhecimento político e cultural. Ele afirma que a abordagem marxista da luta de classes é muito limitada e não consegue explicar completamente as lutas.

Como seguidor das bases da Teoria Crítica, Honneth assumiu a via analítica da antropologia filosófica que baseava Habermas e outros filósofos do mesmo contexto, e visou verificar, nas análises mais antigas de seu orientador, onde processos de aprendizagem moral trariam inscritos em si processos de socialização. Sua reinterpretação crítica da teoria marxista indagava "como relações sociais capitalistas

poderiam ser interpretadas a partir de uma perspectiva moral que levaria em consideração a subjetividade dos indivíduos”. (KIELING, 2022, p. 11). Essas e outras análises, além da sua avaliação sobre a própria escola à qual é vinculado, permitiram com que o autor desenvolvesse novos caminhos de pensamento ao longo da sua trajetória. Mesmo que a sua produção mantivesse, ao longo do tempo, as bases fundamentais da Teoria Crítica de Horkheimer, Adorno, Marcuse e Habermas, seus contemporâneos (CESCO, 2015, p. 14), o que Honneth apresenta é uma atualização da própria Teoria Crítica.

A Teoria do Reconhecimento Social, de Axel Honneth (2003) tem sua origem a partir dos estudos de Mead (1934 apud HONNETH, 2003, p. 24), acerca da formação da identidade e das pesquisas de Hegel (HONNETH, 2003, p. 24) sobre o reconhecimento social. A aproximação de Axel Honneth à obra de Mead é evidente em sua Teoria do Reconhecimento Social, que se baseia na ideia de que o desenvolvimento da autoconsciência é possível apenas através do diálogo e da comunicação com os outros. Honneth (2003), enfatiza a importância do papel da linguagem na criação de relações interpessoais e na formação de identidades sociais.

Honneth (2003) reconhece a influência de Hegel em sua teoria do reconhecimento, particularmente em sua ênfase na importância da luta pelo reconhecimento. Honneth argumenta que as lutas sociais pelo reconhecimento têm um papel fundamental na transformação das sociedades, ao invés de simplesmente manter o *status quo*, pois a luta pelo reconhecimento não é uma forma de conflito que mantém as sociedades em um estado constante de tensão, mas, sim uma força motriz para mudança social e progresso. (HONNETH, 2003).

Em sua tese, Honneth discutiu a identidade dos sujeitos a partir de processos intersubjetivos mediados pelo mecanismo do reconhecimento. A falha ou ausência do reconhecimento intersubjetivo, no que diz respeito à autoconfiança, ao autorrespeito e à autoestima, segundo Honneth (2003), seria o fator gerador dos conflitos sociais. Esses, então, atuam como vetores de movimentos e mudanças sociais e, conseqüentemente, da sociedade.

Axel Honneth, em sua trajetória teórica, construiu diversas parcerias, mas destacamos a realizada com Nancy Fraser, pois ambos são importantes teóricos da filosofia política contemporânea que concentram a preocupação com a justiça social e a igualdade. Possuem uma abordagem crítica das sociedades capitalistas contemporâneas e buscam formas de superação das desigualdades e injustiças. Seus

trabalhos em conjunto abordavam o reconhecimento mútuo e a crítica ao liberalismo, com ênfase no capitalismo, visto que

[...] o capitalismo, tal como ele existe hoje, deve ser compreendido como um sistema social que diferencia uma ordem econômica, que não é diretamente regulada por padrões institucionalizados de valores culturais, de ordens que o são? Ou deve a ordem econômica capitalista ser entendida, ao contrário, como uma consequência de um modo de valoração cultural que está atrelada, desde o início, a formas assimétricas de reconhecimento? Em seu nível mais profundo, este livro tenta colocar essa questão teoricamente e desenvolver um quadro comum que consiga acessar nossas respostas divergentes. (FRASER; HONNETH, 2003, p. 5).

Honneth, na defesa que o reconhecimento é um requisito para a autonomia individual e para a realização de uma vida plena, e Fraser, discutindo que a luta pela justiça social requer o reconhecimento e a redistribuição; ambos interdependentes e fundamentais para a superação das injustiças.

Conforme as informações do quadro 4, ambos os autores destacam a importância, tanto do reconhecimento quanto da redistribuição na busca pela justiça social. Enfatizam a importância da igualdade de participação política e cultural e do respeito pela diversidade. Ambos concordam que a redistribuição justa é necessária para a realização da justiça social. Suas divergências estão centradas nas categorias reconhecimento e redistribuição. Eles diferem em sua compreensão do que cada conceito abrange e como eles se relacionam entre si. Fraser argumenta que o reconhecimento cultural e a redistribuição econômica são interdependentes e inseparáveis, pois, “equiparar a política do reconhecimento com a política da identidade encoraja tanto a reificação das identidades de grupo quanto o deslocamento de redistribuição”. (FRASER, 2000, p.110). A autora aponta alguns riscos no modelo neoliberal vigente, o qual poderá neutralizar as lutas por redistribuição e direcionar as reivindicações, apenas, por lutas de reconhecimento,

Para neutralizar este risco, proporemos uma análise da justiça social.

[...] o risco da atual centralidade da política cultural [...]. Para que este risco seja neutralizado, proponho uma concepção não-identitária do reconhecimento adequada à globalização [...] o risco de a globalização estar a subverter as capacidades do Estado para reparar os tipos de injustiça. A fim de neutralizar este risco, proporei uma concepção múltipla de soberania que descentre o enquadramento nacional. Em cada um dos casos, as concepções propostas assentam em potencialidades emancipatórias que estão a despontar na atual constelação. (FRASER, 2002, p. 10).

Quadro 4 - Análise das Categorias: Reconhecimento e Redistribuição

AUTORES	RECONHECIMENTO	REDISTRIBUIÇÃO	RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO
NANCY FRASER	"O reconhecimento refere-se a um tipo diferente de dano - aquele que é infligido pelo desrespeito, pela subestimação, pela indignidade e pela desonra. [...] O reconhecimento tem a ver com a visibilidade cultural, com a compreensão de uma presença social igualitária e com o respeito pelas diferenças culturais." (FRASER, 2003, p. 103)	"Redistribuição tem a ver com a igualdade material, com a preocupação da pobreza e com a justiça econômica. Primeiro, deve haver uma distribuição de recursos materiais que garanta a independência e 'voz' dos participantes. [...] a segunda condição requer que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem igual respeito por todos os participantes e garantam iguais oportunidades para alcançar a consideração social." (FRASER, 2002, p. 13).	Fraser argumenta que a luta por reconhecimento e redistribuição são igualmente importantes e estão entrelaçadas. Ela afirma que, "a falta de reconhecimento não se converte diretamente em má distribuição, embora ela também certamente contribua para a última. Como resultado, não se pode entender essa sociedade atentando exclusivamente para uma única dimensão da vida social. Não se pode ler a dimensão econômica diretamente da subordinação cultural, nem a cultural diretamente da econômica." (FRASER, 2001, p. 53-54).
AXEL HONNETH	O reconhecimento não significa que o outro seja aceito simplesmente como ele é, mas sim que ele é tomado a sério como sujeito com uma autoimagem e uma identidade social, e que é tratado de acordo com isso. "Capaz de adquirir um saber seguro sobre suas próprias capacidades e pretensões ao vê-las refletidas, assim dizendo, na atitude dos demais indivíduos de interação." (HONNETH, 2003, p. 240).	A redistribuição refere-se às condições materiais básicas de vida, à qual todos os indivíduos devem ter acesso em uma sociedade livre e justa. "[...] A igualdade social só pode ser alcançada por meio da regulação da distribuição dos bens e da proteção legal contra formas de exploração econômica." (HONNETH, 2003, p. 76).	Honneth argumenta que a falta de reconhecimento leva à opressão e à marginalização, e que a redistribuição é uma condição necessária para o reconhecimento. Ele afirma que "os direitos sociais e a distribuição justa de recursos são pré-requisitos para o desenvolvimento da autoestima, e que a redistribuição é fundamental para o reconhecimento". (HONNETH, 2003, p. 84).

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Para Fraser (2002) a luta pela justiça social é uma luta simultânea pelo reconhecimento e redistribuição, uma vez que as duas dimensões são interdependentes e igualmente necessárias para superar as injustiças. Por outro lado,

Honneth enfatiza a relação de reciprocidade nas relações sociais como um meio para alcançar o reconhecimento e a redistribuição como uma condição necessária para alcançar o reconhecimento.

Os conflitos sociais são disparados por diferentes interesses e necessidades que, num primeiro momento, ocorrem de forma individual. Por estes sujeitos estarem inseridos em um contexto social, estas necessidades e interesses compartilhados transformam-se em movimentos de lutas e mudanças sociais, conquistas e ampliação de direitos civis, políticos e sociais, assim alterando o ritmo da sociedade, conforme Honneth (2003).

A alternância no ritmo da sociedade, segundo o autor, seria promovida pelas novas normativas que se estabelecem a partir destas lutas, o que mobiliza e desperta novas expectativas e necessidades, assim imprimindo um fluxo em constante movimento, afinal, estes conflitos ocorrem em diferentes contextos históricos, sociais, políticos e econômicos. (HONNETH, 2003).

As transformações sociais e as diferentes normativas cívicas também alteram os valores éticos, pois “[...] as obrigações éticas passam a ser vistas como resultados de processos decisórios intramundanos, a compreensão cotidiana do caráter da ordem social se altera tanto quanto a condição de validade do direito”. (HONNETH, 2003, p. 3).

O advento da modernidade e o reconhecimento jurídico ampliam as conquistas no âmbito dos direitos civis e sociais, e a partir da existência pública e da legitimidade social, os sujeitos constituem o seu *status quo*. Dentro dos padrões normativos da sociedade moderna, a luta por reconhecimento se justifica na perspectiva do ideal de igualdade social, de gênero, entre outras, que impõem a exigência de conteúdos e habilidades para os sujeitos sentirem-se pertencentes a esta sociedade. Estes padrões ecoam na dimensão simbólica dos sujeitos, com mensagens que fragilizam, marginalizam e excluem por padrões morais pré-estabelecidos por uma sociedade conservadora e uma elite dominante.

A Teoria do Reconhecimento busca, então, enfatizar os conflitos sociais para compreender as lutas sociais no século XXI, segundo as três esferas centrais para a autorrealização, defendidas pelo autor. Honneth utiliza a noção de esferas do reconhecimento para descrever as diferentes dimensões nas quais os indivíduos buscam o reconhecimento social, levando em consideração as dimensões afetivas, jurídicas e solidárias.

Quadro 5 - Síntese das Esferas de Reconhecimento

ESFERAS DE RECONHECIMENTO	DESCRIÇÃO	ANÁLISE TEÓRICA
AMOR	Reconhecimento afetivo mútuo entre pessoas íntimas, que implica na aceitação incondicional do outro.	Relações amorosas devem ser entendidas aqui como todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo um padrão relações eróticas entre dois parceiros, de amizades e de relações pais/filhos. (HONNETH, p. 159, 2003).
DIREITO	Reconhecimento jurídico, onde os indivíduos são reconhecidos como iguais perante a lei, garantindo seus direitos e liberdades fundamentais	[...] podemos conceber como “direitos”, a grosso modo, aquelas pretensões individuais com cuja satisfação social uma pessoa pode contar de maneira legítima, já que ela, como membro de igual valor em uma coletividade, participa em pé de igualdade de sua ordem institucional [...]. (HONNETH, 2003, p. 216).
SOLIDARIEDADE	Reconhecimento que emerge da participação em práticas sociais coletivas, como trabalho, esportes ou atividades religiosas, onde os indivíduos são reconhecidos por sua contribuição para o bem comum.	Seu alcance social e a medida de sua simetria dependem, então, do grau de pluralização do horizonte de valores socialmente definido, tanto quanto do caráter de ideias de personalidade aí destacados. (HONNETH, 2003, p. 200).

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A primeira dimensão do reconhecimento social ocorre na esfera da família, meio social das primeiras relações e interações de afetividade e vínculos, a partir da categoria da dependência absoluta para dependência relativa de Winnicott. (HONNETH, 2003). Identificada pelo autor como *esfera do amor*, por esta permitir a vinculação e a independência do sujeito e que, com o passar do tempo, procuramos um *outro* para fundirmos novamente, assim retornando ao “[...] balanço entre a autonomia e a simbiose [...]”. (HONNETH, 2003, p. 140).

A *esfera do amor* é fundamental para a construção da autoestima e da identidade pessoal, além de ser importante para o desenvolvimento psicológico e emocional dos indivíduos. No entanto, algumas críticas apontam que a esfera amorosa pode ser

considerada como uma forma de relação hierárquica, onde um dos parceiros pode ter mais poder e controle sobre o outro, o que não é um reconhecimento oficial igualitário. A esfera amorosa é fundamental para o desenvolvimento humano, pois permite a expressão de emoções e a construção da identidade pessoal. É na esfera do amor que se estabelecem relações de confiança e segurança emocional”. (HONNETH, 2003).

Quadro 6 - Síntese da Esfera do Amor

CARACTERÍSTICA	O amor é a esfera que envolve as relações íntimas e afetivas que são marcadas pela adesão incondicional.
RELAÇÃO	A esfera do amor está relacionada com a autorrealização e a integridade pessoal.
ANÁLISE	O amor é uma esfera que pode proporcionar uma autoconfiança individual e um senso de valor próprio, além de permitir que as pessoas se conheçam melhor através do diálogo e da empatia. Valorização das emoções e afetos como meio de expressão e conexão interpessoal, pois, segundo Honneth, as relações amorosas devem ser entendidas aqui como todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo um padrão relações eróticas entre dois parceiros, de amizades e de relações pais/filhos. (HONNETH, 2003, p. 159).
CRÍTICA	A esfera amorosa pode ser vista como uma relação de poder, na qual um dos parceiros pode ter mais controle e influência do que o outro. Isso pode levar a uma situação de desigualdade e falta de reconhecimento mútuo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A segunda dimensão, conhecida como *esfera do direito*, ultrapassa a instituição familiar, ampliando as relações e interações sociais para o todo da sociedade. São as normativas de convivência - as leis, as quais possibilitam olhar para si como uma pessoa jurídica, ou seja, reconhecer-se como sujeitos em igualdade de condições para aderir às normas morais, assim sentindo-se membro da comunidade, adquirindo o autorrespeito. A *esfera do direito* é uma das três esferas da Teoria do Reconhecimento Social de Axel Honneth, juntamente com as *esferas do amor* e da *solidariedade*.

Esta esfera refere-se ao reconhecimento jurídico da autonomia e liberdade dos indivíduos em uma sociedade democrática. De acordo com Honneth (2003), a *esfera do direito* está baseada em três tipos de reconhecimento: o reconhecimento de igualdade perante a lei, o reconhecimento do direito de autodeterminação dos

indivíduos e o reconhecimento do direito à participação política. O reconhecimento da igualdade perante a lei é fundamental para garantir a justiça e a igualdade social, enquanto o reconhecimento do direito de autodeterminação é necessário para a autonomia individual e o reconhecimento do direito à participação política é essencial para a democracia.

[...] só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva de um 'outro generalizado', que já ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões. (HONNETH, 2003, p. 179).

Além disso, Honneth (2003) enfatiza que a *esfera do direito* é essencial para garantir a proteção dos direitos humanos, pois é através do reconhecimento jurídico que os indivíduos têm garantias legais de seus direitos fundamentais, ampliando para as outras esferas dos direitos sociais. O autor argumenta que o direito deve ser visto como um meio para alcançar a justiça social e não apenas como um fim em si mesmo.

No entanto, Honneth (2003) também faz críticas à *esfera do direito*, argumentando que, muitas vezes, a lei é usada para perpetuar injustiças sociais e discriminações. Ele enfatiza que, apesar da importância da *esfera do direito*, ela não deve ser vista como a solução final para todas as injustiças sociais, mas uma importante esfera para o processo de reconhecimento individual e coletivo, pois,

[...] no reconhecimento jurídico, [...] se expressa que todo ser humano deve ser considerado, sem distinção, um "fim em si", ao passo que o "respeito social" salienta o "valor" de um indivíduo, na medida em que esse se mede intersubjetivamente pelos critérios de relevância social. (HONNETH, 2003, p. 184).

Os sujeitos, ao sentirem-se sujeitos de direitos, buscam garantir suas demandas e necessidades individuais em um espaço partilhado coletivamente e, a partir destas experiências positivas, ingressam em novas lutas por cidadania, participação social, igualdade de gênero e inclusão no mundo do trabalho. Reconhecer-se mutuamente como pessoa de direito significa hoje, nesse aspecto, mais do que podia significar no começo do desenvolvimento do direito moderno: entretantes, um sujeito é respeitado se encontra reconhecimento jurídico não só na capacidade abstrata de poder orientar-

se por normais morais, mas também na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso. (HONNETH, 2003, p. 193).

Quadro 7 - Síntese da Esfera do Direito

CARACTERÍSTICA	A esfera do direito é fundamental para garantir a igualdade de reconhecimento e respeito entre os indivíduos. Envolve a instituição de leis e normas jurídicas que protegem os direitos fundamentais dos indivíduos e promovem a justiça social.
RELAÇÃO	A esfera do direito está intrinsecamente ligada às outras esferas da justiça. Envolve a institucionalização e aplicação de normas jurídicas.
ANÁLISE	A esfera do direito é um mecanismo social que visa garantir a igualdade de direitos e a proteção dos indivíduos contra a opressão e a violência. [...] podemos conceber como “direitos”, a grosso modo, aquelas pretensões individuais com cuja satisfação social uma pessoa pode contar de maneira legítima, já que ela, como membro de igual valor em uma coletividade, participa em pé de igualdade de sua ordem institucional [...]. (HONNETH, 2003, p. 216).
CRÍTICA	É a de que a lei e as normas jurídicas nem sempre garantem igualdade e justiça para todos os indivíduos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Inseridos na esfera do mundo do trabalho, o reconhecimento se dará pela valorização social do trabalho e da produtividade, que se tornam as principais fontes de reconhecimento social. Entre esses, o reconhecimento social do valor econômico de cada indivíduo, ampliado à qualidade de se bem viver. (HONNETH, 2003). Cabe salientar que as necessidades, por exemplo, das mulheres em estar inseridas na vida pública, precisam ser socialmente aceitas, ou seja, um desejo coletivo, pois a compreensão de direitos perpassa pelo reconhecimento do direito do outro.

O mundo do direito é o universo dos indivíduos que se reconhecem mutuamente como iguais e livres, independente de gênero, classe social, raça e etnia, mas com a capacidade de acordar entre si sobre o que conta como comportamento juridicamente vinculativo. “O autorrespeito é, para a relação jurídica, o que a autoconfiança era para a relação amorosa; é o que sugere pela logicidade com que os direitos se deixam converter como signos anonimizados de um respeito social [...]” (HONNETH, 2003, p. 194). Nesse sentido, a *esfera do direito* é responsável por regular o reconhecimento jurídico de direitos e deveres, estabelecendo as bases para a construção de uma sociedade mais coletiva, justa e igualitária.

A *esfera do direito* é, pois, constituída por uma variedade de instituições jurídicas, incluindo tribunais, procedimentos legais e órgãos administrativos, com a função de garantir que os direitos legais dos indivíduos sejam respeitados. (HONNETH, 2003).

A terceira esfera proposta por Honneth (2003) é a *esfera da estima social*, sem a qual o sujeito não teria completado o processo da autorrealização no meio social. Nesta esfera, “[...] diferentemente do reconhecimento jurídico em sua forma moderna, a estima social se aplica às propriedades particulares que caracterizam os seres humanos em suas diferenças pessoais [...]”. (HONNETH, 2003, p. 199).

O autor primou pelo reconhecimento a partir da valorização das habilidades e das competências do sujeito pelo todo social, “[...] sob a condição de partilharem a orientação dos valores e objetivos que lhes sinalizam reciprocamente o significado ou contribuição de suas propriedades pessoais para a vida do respectivo outro”. (HONNETH, 2003, p. 198-199). Este processo de valorização social enseja lutas coletivas por um bem comum, promove e fortalece a identidade de um grupo, assim reconhecendo o outro enquanto um ser valioso.

A *esfera da estima social* traduz, na contemporaneidade, o conceito de honra como prestígio e reputação, onde Honneth (2003) refere-se ao grau de estima que os sujeitos recebem na sociedade por suas realizações e habilidades. Para o autor, além das experiências positivas do amor e do direito, é na esfera da estima social que os sujeitos experienciam um sentimento do próprio valor nos espaços da vida social de forma mais complexa e plural, assim ampliando a participação ativa dos sujeitos, seja na vida privada, na comunidade, no mundo do trabalho ou na sociedade.

Honneth (2003) aponta a estima como a esfera central nas lutas por reconhecimento ao possibilitar aos sujeitos espaços de visibilidade, de valoração de suas habilidades e competências, projetando-os na coletividade, com representatividade para mobilização social, questionando padrões sociais e morais pré-estabelecidos e, com sua inserção na divisão social do trabalho, ampliando efetivamente as lutas por reconhecimento social.

[...] se a estima social é determinada por concepções de objetivos éticos que predominam numa sociedade, as formas que ela pode assumir são uma grandeza não menos variável historicamente do que as do reconhecimento jurídico. Seu alcance social e a medida de sua simetria dependem, então, do grau de pluralização do horizonte de valores socialmente definido, tanto quanto do caráter de ideias de personalidade aí destacados. Quanto mais as concepções de objetivos éticos se abrem a diversos valores e quanto mais a ordenação hierárquica cede a uma concorrência horizontal, tanto mais a

estima social assumirá um traço individualizante e criará relações simétricas. (HONNETH, 2003, p. 200).

Esta esfera é importante para o indivíduo porque é através dela que ele se sente valorizado e respeitado pela sociedade. O reconhecimento nesta esfera é baseado na valorização das características pessoais que são consideradas importantes em uma determinada sociedade. Honneth (2003) argumenta que o reconhecimento na esfera da estima social é fundamental para a formação da autoestima.

Quando um indivíduo não é reconhecido ou é desrespeitado socialmente, ele pode sofrer danos psicológicos que experimentaram sua autoestima e sua identidade. Em contrapartida, quando um indivíduo é reconhecido socialmente, ele se sente valorizado e respeitado, o que pode contribuir para sua autoestima e sua identidade positiva. Além disso, a *esfera da estima social* é responsável por garantir o reconhecimento das diferenças culturais e subjetivas, promovendo a diversidade e a pluralidade social. Isso significa que a *esfera da estima social* é importante para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde as diferenças são valorizadas e respeitadas.

De acordo com Honneth (2003), a *esfera da estima social* é baseada na valorização das habilidades, competências e inteligências pessoais. Ele argumenta que a valorização dessas características pessoais é importante porque elas são vistas como expressões da individualidade e da subjetividade dos indivíduos. Quando essas habilidades são reconhecidas e valorizadas, o indivíduo se sente respeitado e valorizado socialmente.

O autor, em sua tese de luta por reconhecimento na sociedade contemporânea, amplia a compreensão da sociedade para além das contradições da relação capital x trabalho defendida pela teoria crítica, contemplando elementos para compreender as implicações das questões de gênero, da diversidade cultural, sexual e religiosa, entre outras, a fim de refletir e discutir novas formas de lutas por reconhecimento em uma dimensão mais subjetiva. A teoria do reconhecimento está vinculada à situação de injustiça moral. Este movimento negativo tem duas funções, conforme Souza e Mattos (2007, p. 108),

[...] (1) para cada esfera de relação de reconhecimento deve surgir um equivalente negativo, com a qual a experiência de desrespeito possa ser esclarecida, seguindo a estrutura da forma de reconhecimento; (2) a experiência de desrespeito deve ser ancorada de tal forma em aspectos

afetivos do ser humano que a sua capacidade motivacional de desencadeamento de uma luta por reconhecimento venha à tona.

Observa-se que, para Honneth (2003), a existência de uma sociedade justa deveria garantir a todos os sujeitos sociais o reconhecimento recíproco, nas diferentes esferas, as quais também estão entrelaçadas, podendo ou não ocorrer sentimentos de desrespeito e vergonha social ao mesmo tempo. Quando os sujeitos sofrem alguma forma de desrespeito que fere suas expectativas, suas percepções subjetivas podem levá-los a paralisar, até mesmo em grupo, evidenciando a dependência e a necessidade do reconhecimento social, pois não vivemos de forma isolada. Muito pelo contrário, estamos inseridos em uma sociedade complexa e interligados por uma rede de relações intersubjetivas, a qual exige, também, para manter-se, o reconhecimento do outro.

Quadro 8 - Síntese da Esfera da Estima Social

CARACTERÍSTICA	A esfera da solidariedade envolve a cooperação social e a reciprocidade entre os indivíduos. Nessa esfera são formados vínculos sociais baseados na confiança mútua, na colaboração e no compartilhamento de interesses comuns.
RELAÇÃO	A esfera da solidariedade abrange a cooperação social mais ampla, a formação de grupos sociais e a construção de comunidades solidárias.
ANÁLISE	Base fundamental para a construção de uma sociedade justa e igualitária, a estima social é determinada por concepções de objetivos éticos que predominam numa sociedade; as formas que ela pode assumir são uma grandeza não menos varável historicamente do que as do reconhecimento jurídico Ele argumenta que a solidariedade é crucial para superar a fragmentação social e promover a cooperação e a igualdade entre os indivíduos.
CRÍTICA	Nem sempre é possível alcançar a solidariedade plena em uma sociedade marcada por desigualdades e conflitos de interesse. Além disso, alguns argumentam que a ênfase na solidariedade pode negligenciar as demandas de justiça distributiva e a necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade de recursos e oportunidades.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No quadro 9, Axel Honneth sintetiza as estruturas das relações sociais de reconhecimento.

Quadro 9 - Estrutura das Relações Sociais de Reconhecimento (Síntese)

MODOS DE RECONHECIMENTO	DEDICAÇÃO EMOTIVA	RESPEITO COGNITIVO	ESTIMA SOCIAL
Dimensões da personalidade	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades
Formas de reconhecimento	Relações primárias (amor e amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)
Potencial evolutivo		Generalização, materialização	Individualização, igualização
Autorrelação prática	Autoconfiança	Autorrespeito	Autoestima
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçadores da personalidade	Integridade física	Integridade social	“Honra”, dignidade

Fonte: HONNETH (2003, p. 211).

Neste contexto, Honneth (2003) afirma que os sujeitos estão sempre inseridos em uma dinâmica social de lutas, repouso e tensão provocados pela pretensão subjetiva, pelo constrangimento e pelo meio social. As lutas correspondem aos sonhos e aos objetivos de vida. Já o constrangimento reflete as dificuldades, as necessidades que impedem que as pretensões subjetivas se concretizem - as situações de desrespeito. O meio social refere-se às situações de conflitos os quais oportunizam mobilização, resistências, partilha de valores como democracia e liberdade. As novas pretensões da subjetividade desenvolvem-se a partir das situações de desrespeito e de vergonha social, que incitam construções coletivas de novos modelos normativos, novos sonhos para restaurar a justiça e a inclusão social.

[...] através da via indireta da demonstração dos desvios negativos eu queria fundamentar, uma vez mais, a tese que estava no centro de minha exposição: o eu busca os nós da vida comum em grupo porque, mesmo depois de amadurecido, ele ainda depende de formas de reconhecimento social que possuam o denso caráter da motivação direta e da confirmação. Ele não pode manter nem o autorrespeito e nem a autoestima sem a experiência de apoio que ele faz através da prática de valores compartilhados no grupo. (HONNETH, 2003, p. 39).

Os sentimentos de menos-valia, identificados e/ou desvelados nos grupos de convivência e na comunidade ao longo de sua trajetória de vida, são os elementos

fundamentais para acionar ensejos de lutas por reconhecimento social, de resistência às diferentes expressões da questão social. Mesmo para Honneth (2003, p. 224), estes sentimentos de menos-valia, compartilhados ou não, podem acionar o substrato motivacional dos sujeitos por meio de novas normativas de justiça e de lutas por valores comuns, por cidadania, desde que

[...] o potencial cognitivo, inerente aos sentimentos da vergonha social e da vexação, se torne uma convicção política e moral dependendo, sobretudo, de como está constituído o entorno político e cultural dos sujeitos atingidos – somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política. (HONNETH, 2003, p. 224).

A teoria do reconhecimento permite-nos pensar em categorias para compreender a sociedade contemporânea, partindo do entendimento de que não basta a redistribuição econômica na lógica das relações de produção, ou mesmo a distribuição de bens para enfrentar a desigualdade social, mas sim, estratégias políticas, culturais e sociais para valorar a dignidade e o respeito humano, valores que compreendem a justiça social. (HONNETH, 2003).

Neste sentido, pensar a justiça social na sociedade contemporânea, em especial no Brasil, é estar em tensão permanente na busca por novas formas de participação social e de inclusão no mercado de trabalho. Para o autor, as políticas sociais e os incentivos privados ofertam ações que possibilitam espaços sociais de participação, através do acesso a diferentes serviços, projetos e programas sociais, além de trocas de experiências e cursos de capacitação para inserção futura no mercado de trabalho. (HONNETH, 2003).

A participação em associações e/ou grupos de apoio para abertura e fortalecimento de um negócio gestado por mulheres implica no acesso à esfera do direito, os quais promovem partilhas de experiências de vida que fortalecem as empreendedoras a fim de reconhecerem o outro como igual e, principalmente, a se reconhecerem como sujeitos de direitos em uma lógica cívica, inserindo valores como democracia e igualdade, assim emergindo o sentimento de estima social. Segundo Honneth (2003), quando o reconhecimento é recíproco entre os sujeitos, este fomenta a ideia de vontade comunitária, em uma lógica jurídica e solidária,

[...] pois, para poder pôr em prática as exigências que afluem do íntimo, é preciso, em princípio, o assentimento de todos os membros da sociedade,

visto que a vontade comum controla a própria ação, até mesmo como norma interiorizada. É a existência do “Me” que força o sujeito a engajar-se no interesse de seu “EU” por novas formas de reconhecimento social. (HONNETH, 2003, p. 141).

Mesmo com as dificuldades da contemporaneidade, para atingir a totalidade das pretensões subjetivas, dos valores e da justiça social desejada por elas, a teoria do reconhecimento permite, nas diferentes formas de luta coletiva, compreender este processo lento, porém constante. Porém, a mesma sociedade que possibilita reflexões e mobilizações coletivas por lutas de reconhecimento, mantém uma estrutura conservadora e elitizada e, inserida neste contexto de contradição e de correlação de forças, é que os sujeitos impulsionam o desenvolvimento social.

A teoria do reconhecimento é um estudo necessário quando se torna claro que os conflitos sociais são resultados destas contradições e da reprodução das relações de desrespeito que perpassam as diferentes gerações da família, da comunidade e da sociedade, assim naturalizando as diferentes formas de violência, de exclusão e limitando as expectativas de se bem viver. Este debate é importante porque desafia as concepções tradicionais de justiça, que se baseiam em uma distribuição igualitária de recursos. Ao colocar o reconhecimento social como um elemento central da justiça, a teoria de Honneth permite uma compreensão mais ampla dos direitos humanos e da dignidade humana, valorizando as diferenças e a diversidade.

Em um país desigual, a teoria do reconhecimento permite estabelecer relações de afeto, no sentido do reconhecimento do outro, refletindo e questionando os paradigmas dominantes na perspectiva de que não existem saberes inferiores e/ou superiores, mas sim, diferentes, e que estes, compartilhados, podem ser emancipatórios. Neste processo de construção e reconstrução de diferentes normativas de justiça social e a partir do entendimento da inter-relação dos diferentes saberes existentes no cotidiano - senso comum -, é possível observar que, mesmo em um processo de transição de paradigmas, há muitas lacunas entre estes diferentes conhecimentos, ou seja, o saber dominante fica restrito a um grupo elitizado, não interagindo e reconhecendo o todo do tecido social. (SANTOS, 2004).

Para pensar o reconhecimento social na contemporaneidade, consoante com Honneth (2003), é preciso compreender as heranças que a modernidade deixou sob a hegemonia de um saber dominante, o qual é detentor de poderes num modelo capitalista, com discursos de liberdade e igualdade, onde a responsabilidade de

sucesso e/ou sobrevivência é de incumbência única dos indivíduos, provocando diversas situações de desrespeito e vergonha social. Nesse sentido, a ideia de que a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso é atribuída unicamente aos indivíduos pode levar a situações de exclusão e marginalização, uma vez que nem todos têm acesso às mesmas oportunidades e recursos. Além disso, o discurso de liberdade e igualdade muitas vezes oculta desigualdades estruturais que perpetuam relações de poder e dominação. Essas heranças da modernidade são reforçadas por um saber dominante que legitima tais relações e impede a transformação social.

Com a individualização social, houve uma transição para a importância da inter-relação pessoal e da universalização jurídica da honra e da dignidade, ou seja, a dignidade humana tornou-se um valor central. No entanto, a luta pela valorização social ainda é uma realidade, com os grupos buscando prestígio e reconhecimento em suas capacidades. O reconhecimento recíproco é fundamental nesse processo e a falta dele pode levar a emoções negativas como a vergonha, que pode motivar uma luta pelo reconhecimento. O desrespeito e a ofensa são formas de reconhecimento negado que podem levar a uma perda de identidade e autoestima. Por isso, é importante que as atividades dos grupos sejam reconhecidas exteriormente para que eles possam obter estima social. (HONNETH, 2003).

Outra herança da modernidade que impacta na questão do reconhecimento social é a ideia de individualismo, que se tornou um valor central da sociedade contemporânea. Segundo Honneth (2003), o individualismo foi uma das principais consequências da racionalidade instrumental, que transformou as relações sociais em relações contratuais, baseadas no interesse e na busca da maximização do lucro. Nesse contexto, a competição se tornou uma das principais formas de relação entre as pessoas, e a ideia de que cada indivíduo é responsável pelo seu próprio sucesso e fracasso se consolidou como uma verdade inquestionável.

A realidade social demonstra um contexto desigual, onde poucos têm acesso ao conhecimento, ao mercado de trabalho e, porque não dizer, à participação na sociedade em sua totalidade. Fortalecem-se nas periferias as eternas lutas por sobrevivência e resistência. A Teoria do Reconhecimento Social possibilita compartilhar os diferentes saberes e as diferentes formas de sobrevivência e, assim, pensar a reorganização das relações de produção a partir de ações e modelos de economias alternativas, experimentando princípios de democracia na perspectiva da equidade e da solidariedade. (HONNETH, 2003).

Assim, a participação em diferentes meios sociais, para Honneth (2003), fortalece a inserção social e favorece a cidadania, despertando no sujeito o sentimento de estima social, ampliando seu mundo privado para o reconhecimento do mundo exterior. Nesta relação saudável entre a esfera privada e a esfera pública reforça-se o sentimento de reconhecimento recíproco, mobilizando os sujeitos para novas lutas sociais e processos emancipatórios.

A participação social é vista por Honneth como um meio de fortalecer a inserção social e de fomentar a cidadania. Nessa perspectiva, a participação em diferentes contextos sociais é uma oportunidade para os sujeitos se exporem a diferentes perspectivas, valores e ideias, contribuindo para sua formação como indivíduos críticos e ativos na sociedade. No entanto, essa participação não se dá sem atravessamentos e implicações, e é nesse processo de interação com o outro que os sujeitos ampliam suas atitudes e constroem suas identidades. É por meio dessas interações que os indivíduos constroem suas visões de mundo e desconstróem valores, sejam eles positivos ou não.

A participação ativa mantém os sujeitos inseridos socialmente, rompendo com processos de alienação e exclusão e propiciando experiências de resistência e reconhecimento social. Honneth (2003) defende que a emancipação social só pode ser conquistada na participação dos sujeitos em diferentes contextos sociais, que possibilitam a construção de identidades coletivas e mobilizam os indivíduos para lutas sociais e processos emancipatórios.

3.3 Aproximações entre o Reconhecimento Social (HONNETH) e Memória e Identidade (CANDAUI)

Compreender esse entrelaçamento entre memória, identidade e reconhecimento será desafiador nesta tese, porém, ao mesmo tempo, inovador, pois permitirá discussões plurais. Observa-se que essa inter-relação contínua de memória, identidade e reconhecimento permite aos sujeitos sociais fixarem os fatos e/ou acontecimentos importantes, os quais os impulsionam no presente, assim como a memória de amnésia contribuiu para o esquecimento de algumas situações de violação de direitos, fortalecendo a construção do reconhecimento social, permitindo olhar o passado, vivendo no presente e projetando o futuro, em uma constante construção e reconstrução da identidade.

Quadro 10 - Aproximações entre Joel Candau e Axel Honneth

JOEL CANDAU	AXEL HONNETH
Escola da Antropologia Social	Escola Teoria Social Crítica
Abordagem interpretativa da cultura – Antropologia Social	Abordagem - Teoria Crítica da Sociedade
Enfatiza a importância das práticas culturais e vividas na construção da vida social.	Enfatiza a importância do reconhecimento na construção da identidade social.
Utiliza uma abordagem etnográfica, que envolve a observação participante e a análise de dados qualitativos.	Utiliza uma abordagem teórica e crítica, que busca compreender as formas de dominação e exclusão na sociedade.
Busca compreender o significado dos fenômenos culturais e a forma como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências.	Busca compreender as formas de opressão e as lutas por reconhecimento na sociedade.
Destaca a importância da memória na construção da identidade individual e coletiva.	Destaca a importância do reconhecimento na construção da identidade individual e coletiva.
"É preciso insistir sobre a natureza construída da memória coletiva e sobre sua função constitutiva nas identidades coletivas." (CANDAU, 2010)	"A identidade é um conceito relacional que se refere à capacidade de os indivíduos serem reconhecidos como membros de um grupo ou de uma sociedade." (HONNETH, 1992)
"A memória é uma produção social e histórica, sempre inscrita em um contexto cultural e social particular." (CANDAU, 2011)	"A luta pelo reconhecimento é a fonte de todas as lutas pela emancipação na sociedade." (HONNETH, 2003)

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

É importante destacar que, embora exista diferença entre as escolas teóricas de Candau e Honneth, ambos os autores têm em comum o interesse em compreender a construção da identidade individual e coletiva a partir do olhar da perspectiva crítica e reflexiva. Enquanto Candau enfatiza a importância da memória na construção da identidade, Honneth destaca a importância do reconhecimento na luta pela emancipação na sociedade. Ambos os autores estão implicados em suas pesquisas para uma compreensão mais profunda da complexidade da vida social e cultural.

Ao observar o quadro comparativo (Quadro 11), observamos que Candau e Honneth têm algumas diferenças conceituais em relação à memória, identidade e reconhecimento social. Enquanto Candau destaca a importância da memória coletiva na construção da identidade, Honneth enfatiza o papel do reconhecimento social na formação da identidade individual. Enquanto aproximação, os autores atuam na área

das ciências sociais, inseridos no tecido social através das lentes da sociologia da cultura e a antropologia social.

Quadro 11 - Principais abordagens teóricas dos autores

CATEGORIAS	Joel Candau <i>Memória e Identidade</i> (2010)	Axel Honneth <i>Luta por Reconhecimento</i> (2003)
IDENTIDADE	"A identidade é algo que se constrói, que se reconstrói permanentemente, que está em permanente mutação e em relação com os outros. " (CANDAU, 2010, p. 19)	"A identidade individual não é algo que se encontra já pré-formada na natureza, mas sim um produto das relações sociais de reconhecimento." (HONNETH, 2003, p. 26)
MEMÓRIA	"A memória é, antes de tudo, um processo de reconstrução da experiência vivida." (CANDAU, 2010, p. 39)	"A memória individual é um recurso cognitivo fundamental para uma ação prática." (HONNETH, 2003, p. 95)
MEMÓRIA SOCIAL	"A memória social é aquela que se mantém na relação entre a memória individual e as práticas culturais." (CANDAU, 2010, p. 53)	"A memória coletiva é a fonte de legitimação das práticas culturais e das representadas que as comunidades seguiram." (HONNETH, 2003, p. 95)
RECONHECIMENTO	O <u>reconhecimento social</u> é fundamental para a construção da memória coletiva e para a legitimação das práticas culturais e das representações vividas." (CANDAU, 2010, p. 44)	"O <u>reconhecimento social</u> é um aspecto central da realização de uma boa vida." (HONNETH, 2003, p. 26)
DIÁLOGO INTERGERACIONAL	"O diálogo intergeracional é fundamental para a transmissão da memória e para a construção da identidade coletiva." (CANDAU, 2010, p. 74)	"O diálogo entre as gerações é uma das principais formas pelas quais a memória coletiva é transmitida." (HONNETH, 2003, p. 96)

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Outro ponto em que poderemos construir diálogos com os autores é através das categorias *identidade*, *memória* e *reconhecimento*, pois todos os processos de construções, memória, identidade e reconhecimento, ocorrem a partir das relações sociais, ou seja, das construções coletivas e das vivências partilhadas.

Em seus estudos, os autores, respeitando as teorias e métodos de cada um, se dedicam a entender como as relações sociais ou grupos, considerando seus quadros sociais, estão estruturadas e como isso implica nas memórias coletivas e, logo, nas identidades individuais e coletivas. Outro diálogo que estamos construindo é que a

identidade coletiva e o reconhecimento social são categorias que se entrelaçam pela necessidade da relação com o outro.

Além disso, Honneth tem se interessado pela sociologia da cultura, buscando entender como as obras culturais são produzidas e como elas refletem e moldam as relações sociais, temática de interesse, também, em Candau, onde argumentam que a cultura é fundamental para a formação da identidade, para o sentimento de pertencimento e, logo, para o reconhecimento social.

4 NARRATIVAS MEMORIAIS: AS MULHERES DONAS DE SEUS NEGÓCIOS

Para alcançar os objetivos traçados por esta pesquisa foi necessária a busca de subsídios teóricos que permitissem o diálogo crítico e reflexivo com a realidade social, ou seja, com o campo empírico desta investigação. Diferentes leituras foram realizadas, as quais oportunizaram reflexões relativas a elementos pertinentes à teoria social. Dentre as leituras, destacou-se a obra de Axel Honneth (2003) sobre a Teoria do Reconhecimento Social, na qual o autor problematiza o como a sociedade contemporânea, marcada pelas desigualdades sociais e de gênero, pode gerar sentimentos de injustiça, desrespeito e exclusão.

Sentimentos estes que, em um primeiro momento da análise, podem acionar o substrato motivacional das nucleadas na busca por novas normativas de justiça, a engajarem-se em associações e/ou núcleos coletivos, assim ampliando suas estratégias de participação no mundo do trabalho e na sociedade. A Teoria Honnethiana, enquanto subsídio teórico, dialoga com os achados da pesquisa no que diz respeito ao processo de reconhecimento das mulheres nucleadas em sua trajetória profissional, expressos por meio de narrativas de memórias e com foco nas dimensões do amor, do direito e estima social.

Assim, para realizarmos uma reflexão sobre as estruturas das relações sociais de reconhecimento intersubjetivo, conforme proposto por Honneth, consideramos as trajetórias profissionais das mulheres nucleadas. Para tanto, serão utilizados os trechos das narrativas destas mulheres que exemplificam ou, expressam no campo empírico, os elementos que definem padrões de reconhecimento social.

Tais narrativas foram essenciais no processo de pesquisa e os instrumentos utilizados para coletá-las permitiram conhecer as vivências do cotidiano das mulheres, em que desvelaram sucessos e conflitos enfrentados, e assim, compreendê-las no sentido mais amplo e revelar o porventura estivesse oculto das primeiras impressões. O esforço empreendido foi para transcender as meras aparências e alcançar a essência genuína dos fenômenos. (CHIZOTTI, 1998).

Conforme Minayo (1999), o pesquisador, por meio de métodos e técnicas, desenvolve uma atividade de indagação e construção de realidades, estabelecendo uma relação entre pensamento e ação, só passando a ser um problema para a ciência social se antes for um problema na vida dos sujeitos, o que permitirá a aproximação

entre o conhecimento científico e o senso comum, ou seja, o conhecimento emancipado.

O ponto de partida para a sistematização e análise dos dados foi o conteúdo das entrevistas, e cabe salientar que, além do que foi escrito e dito, também foram consideradas as percepções e os sentimentos que permearam cada encontro, presencial e/ou virtual, pois realizar análise de narrativas é também “uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas”. (BAUER; GASKELL, 2008, p. 73). Assim, a análise de conteúdo permitiu uma elaboração teórica sobre o modo como as motivações, atitudes, valores e crenças de mulheres nucleadas influenciam e interferem nos princípios e diretrizes de uma determinada sociedade.

A fase de análise dos dados assumiu um caráter descritivo e exploratório, ao ser preciso identificar, entre os conteúdos, as palavras e as frases mais significativas e que se apresentavam com maior frequência nas entrevistas, bem como outros achados que surgiram neste processo. O tratamento dos dados objetivou torná-los válidos e significativos. As informações novas foram confrontadas com outras pré-existentes, como as normativas do núcleo e da realidade do mundo do trabalho, como as legislações e modelos conservadores, assim como as principais teorias acerca do reconhecimento social, da memória coletiva e da mulher no mundo do trabalho, estabelecendo unidades de contexto, conforme quadro 12.

Quadro 12 – Síntese das Unidades de Contexto

UNIDADE DE CONTEXTO	ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA UNIDADE DE CONTEXTO
Memória Social	Narrativas das vivências no núcleo
Reconhecimento Social	Esfera do Amor Esfera do Direito Esfera da Estima Social
Gênero no mercado de trabalho	Expectativas e Experiência empírica do negócio (Trajetória profissional)

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Para apresentarmos os achados desta pesquisa, organizamos em 4 momentos: primeiramente uma análise sobre as expectativas das mulheres nucleadas quanto à sua inserção no mercado de trabalho, assim como as situações de conflitos e

desrespeito vivenciadas nesta trajetória. Na sequência discutimos, a partir de trechos das narrativas, diferentes possibilidades de reconhecimento social a partir da estrutura das relações sociais; seguimos com considerações sobre a importância da estima social na trajetória das participantes e finalizamos esse capítulo com uma definição de núcleo enquanto um espaço de memória.

4.1 Trajetória profissional: expectativas e realidades

As mulheres, em sua trajetória profissional, enfrentaram diferentes desafios para conquistar seu espaço na esfera pública, em especial no mercado de trabalho. Neste processo, superaram obstáculos, mas sua inserção no mercado de trabalho ampliou, significativamente, os movimentos de lutas por direitos sociais e civis, a partir do fortalecimento da consciência coletiva por igualdade social e de gênero. É uma luta contínua e necessária, em busca do direito à equiparação salarial quando desempenha a mesma função de um homem, por exemplo.

A inserção feminina no mercado de trabalho é crescente, desde a década de 1970. Com o aumento de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, uma realidade se efetiva: a da dupla jornada de trabalho, pois além das atividades no trabalho fora, as mulheres acumulam o trabalho doméstico. Uma das estratégias de inserção na cadeia produtiva é empreender, ou seja, abrir e liderar o próprio negócio, e assim potencializar aptidões natas, identificar e resolver problemas com soluções criativas e inovadoras.

Ao abrir um novo negócio, motivadas por necessidade e/ou por oportunidades, é preciso compreender que se está acionando uma força que vai além de mudanças nas relações de produções, pois impactará também nas relações sociais e culturais. É preciso considerar e observar “os detalhes do processo social, no qual as estruturas industriais e comerciais emergem e desaparecem”. (SCHUMPETER, 1997, p. 408). Estes espaços para as novas forças produtivas são necessários, por desequilibrarem o mercado com a inserção de novos sujeitos criativos, os quais farão a diferença no desenvolvimento social e econômico no âmbito local e global.

Conforme Zarpellon (2010, p. 52), “as mais diversas sociedades têm demonstrado grande interesse no processo de geração de emprego e renda, através da criação de empresas e no processo de desenvolvimento econômico e social”. O autor ressalta que neste interesse, numa sociedade neoliberal, o foco está no ato

individual, o qual prima por inovação. Associado à capacidade em solucionar problemas individuais, porém com um olhar mais social, inclusivo e democrático, este movimento poderá impactar no coletivo e construir bases para novos negócios, assim garantindo um futuro de maior igualdade social e geração de renda.

Ao pensar estes movimentos de novas oportunidades, Pessoa (2005) apresenta três possibilidades de abrir e/ou reinventar o próprio negócio: o empreendedor corporativo (processo de identificação, desenvolvimento, captura e implementação de novas oportunidades de negócios, mas na empresa existente), o empreendedor *startup* (que cria negócios/empresas) e o empreendedor social (que cria empreendimento com missão social), sendo pessoas que se destacam onde quer que trabalhem.

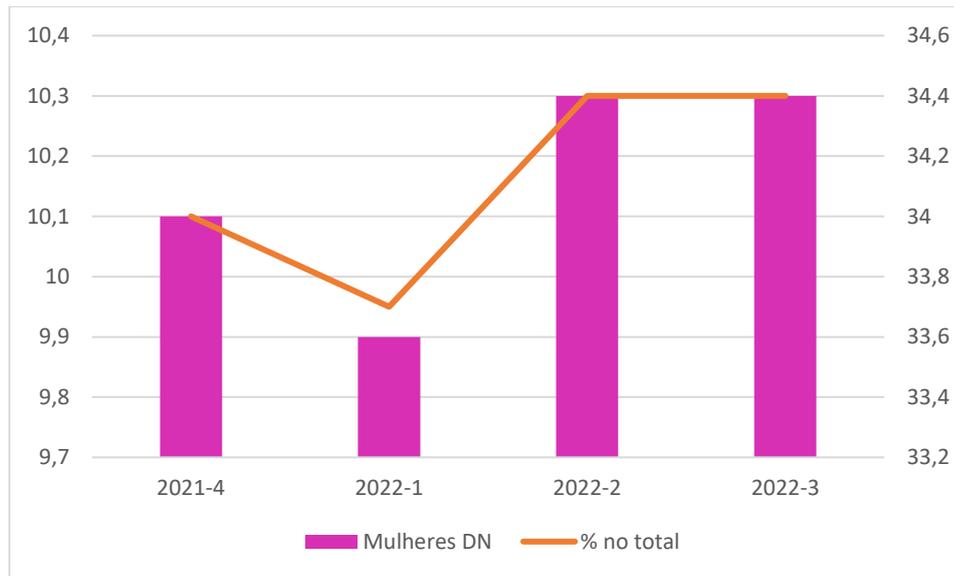
A abertura de negócio próprio está diretamente ligada à inovação e significa que a essência deste negócio parte da percepção de identificar habilidades e reconhecer e aproveitar novas oportunidades. Segundo o SEBRAE (2022), no terceiro trimestre de 2022, o Brasil estava com 10,3 milhões de mulheres donas de seus negócios.

O ato de empreender é fundamental no desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade ao longo dos tempos. Em 2022, 34,4% do universo dos negócios abertos até o segundo trimestre são liderados por mulheres (PNADC, 2022). Segundo o SEBRAE (2022), esse é um marco histórico do empreendedorismo feminino, o qual foi capaz recuperar as perdas no período da pandemia. A liderança das mulheres no mundo do trabalho está na oferta de serviços, com 53% dos negócios contra 36% liderados por homens; no comércio, com 27% dos negócios e, na indústria, com 13%.

Esta apresentação de dados e breve análise do cenário do empreendedorismo no Brasil é uma resposta em atenção às manifestações das participantes ao longo da coleta de dados, que demonstraram interesse em conhecer a realidade do empreendedorismo, em especial do empreendedorismo feminino no Brasil. E assim o faremos, com base nos dados do SEBRAE (2022), como estratégia para uma reflexão que contemple a totalidade deste cenário, incluindo recorte de gênero, conforme demonstrado no gráfico 5.

Observamos que, no terceiro semestre de 2022, as mulheres donas de seus negócios, segundo o SEBRAE (2022), atingiram um marco significativo, com 10.344.858 mulheres empreendedoras, respondendo por 34,4% dos negócios. Cabe salientar que o recorde é 34,8% no segundo semestre de 2019, período anterior à pandemia de COVID-19.

Gráfico 5 - Mulheres donas de seus negócios (em milhões e %)

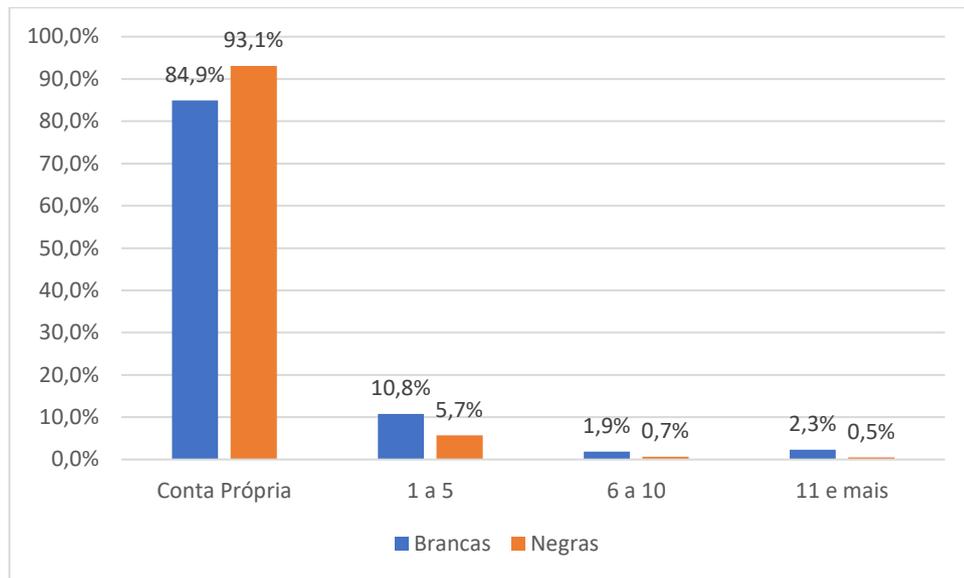


Fonte: SEBRAE, 2022.

Honneth (2003) argumenta que a autonomia dos indivíduos é fundamental para uma sociedade justa. O reconhecimento social e jurídico é essencial para garantir a igualdade de direitos e oportunidades. Nesse sentido, o aumento do número de mulheres donas de seus negócios pode ser visto como um avanço na reconstrução normativa e reconhecimento de seus recursos e competências, permitindo sua participação ativa na esfera econômica. Importante considerar que a desigualdade de gênero ainda persiste em diversas esferas da sociedade, incluindo o mundo dos negócios. Mulheres enfrentam obstáculos e discriminações que dificultam seu acesso a recursos, financiamentos e oportunidades de crescimento.

Além disso, a pandemia de COVID-19 impactou, desproporcionalmente, as mulheres empreendedoras, com muitas delas enfrentando dificuldades e restrições. Nesse sentido, é fundamental que políticas públicas e ações afirmativas sejam implementadas para promover a igualdade de gênero e garantir que mulheres empreendedoras tenham acesso a oportunidades justas. Isso envolve a criação de programas de capacitação, financiamento e apoio técnico específico para mulheres, bem como a desconstrução de estereótipos de gênero que limitam suas possibilidades de crescimento profissional. Ressaltamos que, além de incluída produtiva e economicamente no mundo do trabalho, as mulheres, donas de seus negócios, também abrem oportunidades para outras novas mulheres e ou sujeitos, conforme demonstrado no gráfico seguinte.

Gráfico 6 - Mulheres: conta própria e empregadoras, por raça/cor e quantidade de empregados



Fonte: SEBRAE, 2021.

A partir dos dados apresentados no gráfico, podemos observar uma tendência significativa de crescimento no número de mulheres donas de seus negócios. As mulheres empregadoras, ou seja, aquelas que possuem registro, segundo o SEBRAE (2022), ampliaram em 30% o número de contratações. Percebemos que, embora as mulheres estejam se destacando como empreendedoras e donas de negócios, ainda existe presente situações de desrespeito, em especial para com as mulheres que atuam por conta própria, pois como veremos em seguida, permanece a situação de irregularidade, sem registro e com altas jornadas de trabalho.

O reconhecimento social é fundamental para a construção da identidade e da autoestima das mulheres, por isto é necessário refletir sobre as condições sociais, econômicas e culturais das mulheres donas de seus negócios, identificando os desafios, como falta de acesso aos recursos financeiros, oportunidades de capacitação e redes de apoio, que podem limitar o crescimento e o reconhecimento das mulheres. Além disso, estereótipos de gênero arraigados na sociedade podem influenciar a percepção das mulheres como líderes de negócios e dificultar seu acesso a posições de poder e influência.

Portanto, é essencial, conforme as narrativas das participantes desta pesquisa, aqui citada como mulheres nucleadas, conforme já explicado, MN1(2023) e MN6 (2021), que sejam implementadas políticas e programas que promovam a igualdade

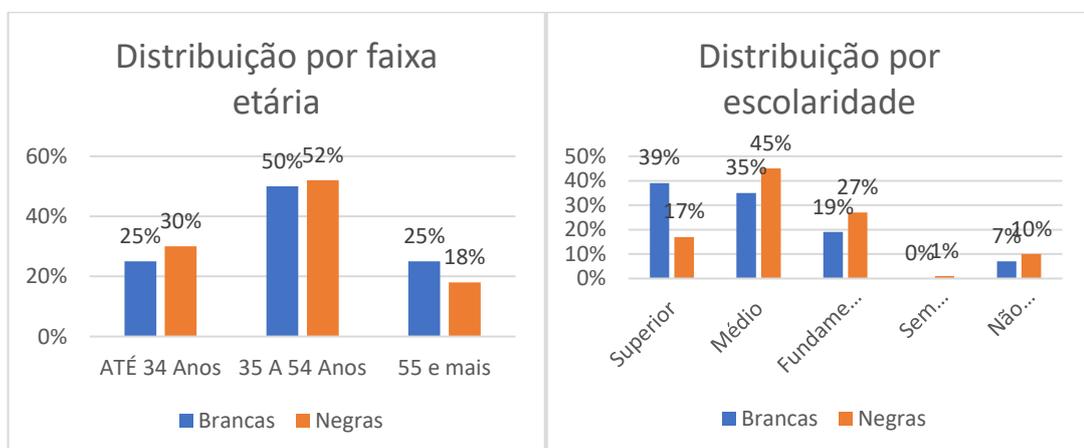
de oportunidades e o empoderamento das mulheres para abrirem seus negócios. Isso envolve a criação de um ambiente favorável, com acesso equitativo a recursos e suporte, além de incentivos para a contratação de funcionários e o crescimento do mercado liderados por mulheres.

Não vejo incentivo de políticas públicas para as mulheres empreenderem, tem coisas que são muito burocráticas, não são acessíveis. As informações sobre impostos, sobre MEI a gente não entende no detalhe, e não está acessível para o público. (MN1, 2023).

[...] se fala tanto em políticas públicas para mulheres, mas o foco são as mulheres em situação de pobreza, [...], mas esquecem do esforço da mulher empreendedora que está lá na linha de frente. (MN6, 2021).

Com investimentos públicos e privados, ampliam-se as possibilidades de inclusão no mercado de trabalho, promovendo e fortalecendo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O reconhecimento social das mulheres como líderes de negócios é fundamental para o fortalecimento de sua identidade e transformação de estruturas desiguais de poder, conforme afirmou Candau (2011).

Gráfico 7 – Mulheres: mapeamento dos negócios abertos

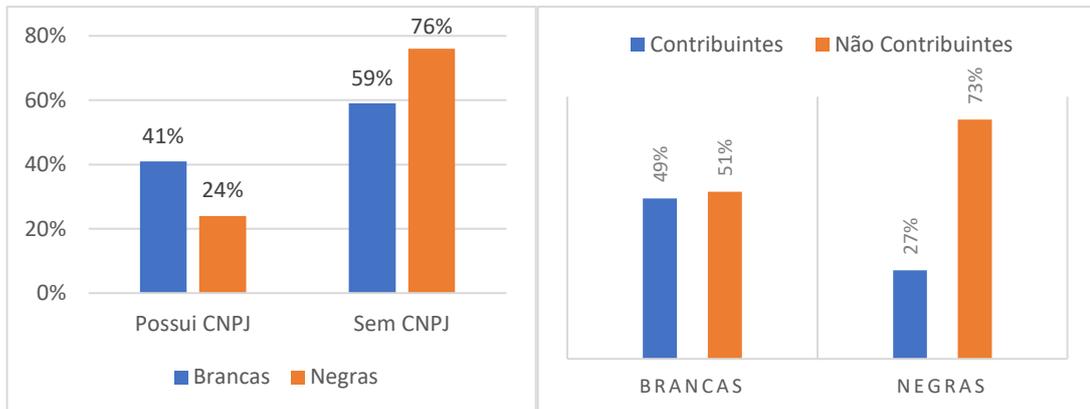


Fonte: SEBRAE, 2021.

O gráfico permite compreender que a faixa etária com maior aderência a abrir seu próprio negócio é dos 35 anos até 54 anos. Outro dado importante é que, mulheres que independem de sua raça-cor, mantêm os índices no que diz respeito à faixa etária, aproximações que não se fazem presentes quando a categoria é a escolarização. As mulheres brancas possuem maiores oportunidades em sua

formação no ensino superior. Já as mulheres negras, acabam por ter maiores acessos às formações de nível médio e fundamental.

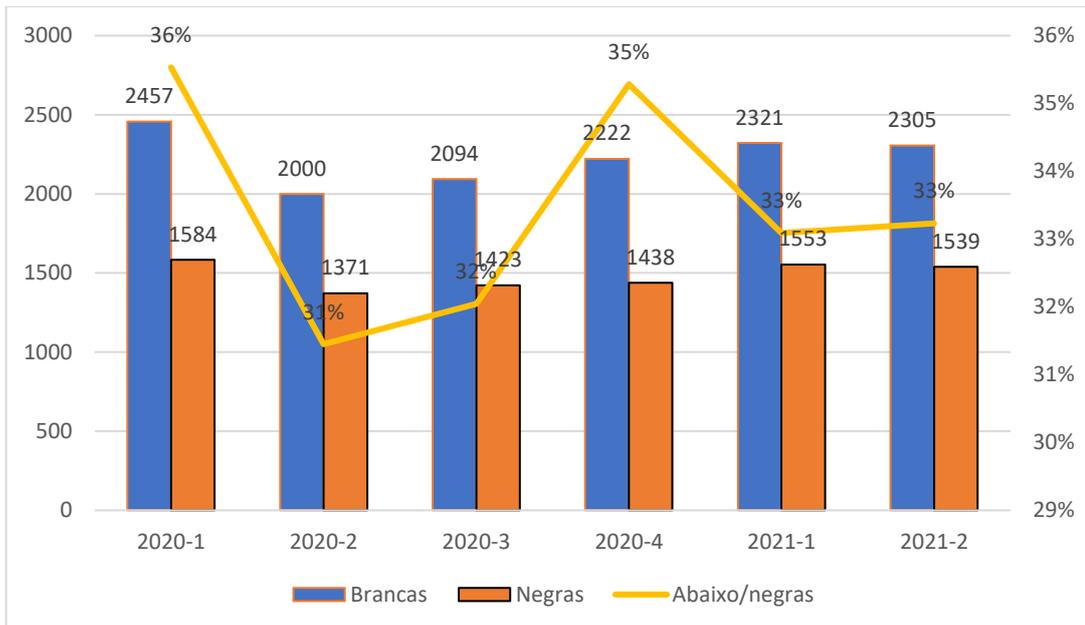
Gráfico 8 – Mulheres Donas de negócios: situação cadastral e contribuição previdenciária



Fonte: Levantamento "Empreendedorismo Feminino no Brasil 2022", do SEBRAE, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), até o 3º tri. 2022.

O gráfico 8 apresenta a proporção de mulheres donas de seus negócios por conta própria distribuídas em empreendimento registrado e não registrado no Cadastro Nacional Da Pessoa Jurídica (CNPJ). Nos dados é possível observar que o número de negócios que não possuem inscrição no CNPJ é quase dobro do que está registrado. Comparando com os dados do GEM (2018), que nos mostram a totalidade dos negócios no Brasil, percebe-se que 42% das mulheres que possuem um negócio são chefes de família, e 70% desses negócios não possuem CNPJ, ou seja, estão na informalidade. Entre as justificativas por não formalizar seus negócios, estão o custo alto; a incerteza de continuar com o negócio por muito tempo; a falta de condições para pagar os impostos; a morosidade na formalização e a existência de restrição cadastral. (GEM, 2018). Quanto ao pagamento de benefícios previdenciários, observamos que as mulheres brancas donas de seus negócios se dividem em 50% que pagam e não pagam. Entre as mulheres negras, 73% não contribuem com a previdência, agravando a situação de vulnerabilidade social e econômica das mulheres e reforça a situações de desrespeito e violação de direitos. (HONNETH, 2003).

Gráfico 9 - Rendimento médio



Fonte: SEBRAE, 2021.

A participação das mulheres nos negócios é impulsionada por necessidade e observamos um aumento significativo delas. A principal motivação é a busca por meios de sobrevivência diante das dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho tradicional, mesmo com uma média de rendimento que não ultrapassa dois salários-mínimos. Porém, a dificuldade de oportunidades e de conciliar a vida profissional acaba por reforçar esse movimento de empreender, pois o ato de liderar um negócio permite às mulheres identificarem as oportunidades de realização pessoal e financeira, fortalecendo sua autonomia e independência.

Quanto às expectativas profissionais, as participantes destacaram que, desde jovens, são incentivadas a sonhar e a buscar uma profissão que lhes proporcione realização pessoal e sucesso. No entanto, muitas vezes se deparam com a realidade de que a trajetória profissional não corresponde exatamente ao que foi idealizado, visto que, ao longo de suas vidas, desenvolveram aspirações e idealizações sobre a profissão que desejavam seguir. Esses sonhos podem ser influenciados por fatores como interesses pessoais, influência familiar, referências sociais e expectativas culturais, conforme Honneth (2003) discute na esfera da dimensão afetiva.

A dicotomia entre a profissão dos sonhos e a profissão efetivamente exercida pode gerar conflitos internos e questionamentos sobre essa trajetória profissional. É importante compreender que esses conflitos não são necessariamente negativos, mas

uma oportunidade de aprendizado e de reconexão com novas formas de se bem viver. Após este breve panorama, no quadro 13 pode-se observar as expectativas e a realidade das participantes da pesquisa em sua trajetória profissional.

Quadro 13 - Narrativa das expectativas e realidades na trajetória profissional

PARTICIPANTES	EXPECTATIVAS/DESEJOS	REALIDADE
MN1	<i>Relações Públicas, atuar em grandes empresas</i>	<i>Sou sócia da minha mãe em uma empresa.</i>
MN2	<i>Direito</i>	<i>Sempre quis ser advogada, ter meu escritório.</i>
MN3	<i>Meu foco principal é na área da qualidade do meio ambiente, desde meus 20 anos. Até 2015 atuava como gerente na área de qualidade em uma empresa de logística. Achava que iria ficar lá até o fim.</i>	<i>Empresária, mas resisti muito, acho que somos testadas.</i>
MN4	<i>Ser Nutricionista</i>	<i>[...] precisei ocupar um lugar que nunca quis. [...] queria outro caminho.</i>
MN5	<i>Design de moda</i>	<i>Direito</i>
MN6	<i>Bióloga</i>	<i>Professora, hoje sou Consultora Ambiental</i>
MN7	<i>Atuar na área de Publicidade e Propaganda</i>	<i>Hoje tenho uma franquia</i>
MN8	<i>Letras</i>	<i>Proprietária de loja</i>

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Ao observar o quadro 13, entendemos que apenas uma das participantes que idealizou uma profissão, conseguiu realizar: [...] *eu tive sorte, eu tive talento, estive no lugar certo na hora certa, com as pessoas certas e eu me esforcei, nada é de graça.* (MN2, 2021). As demais participantes, em suas trajetórias profissionais, precisaram realinhar expectativas, conforme a realidade foi se apresentando. As participantes MN3 e MN4, buscavam uma carreira no mercado formal de trabalho, sonharam ser gestoras em grandes empresas, conforme trechos das narrativas:

Resisti muito internamente para abrir minha empresa, [...] não esperava ser demitida, fiquei seis meses parada. [...] busquei me inserir novamente no mercado, mas, meu salário era alto para a realidade do mercado. (MN3, 2023).

[...] precisei ocupar um lugar que nunca quis. [...] fiz faculdade de nutrição, queria outro caminho. (2023).

As empresárias MN6 e MN7 percorreram diferentes caminhos, até conseguir abrir seu negócio, conforme suas narrativas:

[...] tinha um diploma [...] e um filho para criar, separada, sem carro, sem nada e pagando aluguel. [...] eu ali, tendo que lutar pelo meu espaço, foi tão difícil. [...] chorei muitas noites sozinha. [...] e o que fazer? preciso aumentar minhas horas de trabalho. (MN6, 2021).

[...] eu não dava atenção para meu filho, [...] a creche era praticamente o que eu ganhava. [...] fui dar aulas, tinha que fazer muitas horas para conseguir um salário digno, trabalhava 24h por dia. (MN7, 2021).

Outra trajetória profissional que destacamos é a MN8, que se inseriu no mercado de trabalho, porém foi “boicotada” (sic) pelos colegas homens. Optou por formar sua família e iniciou um pequeno negócio de malhas. Atuou na informalidade por anos, até entrar no núcleo e conquistar seu registro.

Sempre produzi e vendi o meu produto. Eu compro o fio, faço a peça [...] e quando não tinha cliente fazia o papel da sacoleira. Meu sentimento era de medo, era por não ter a minha empresa registrada, uma sensação, meu Deus, estou fazendo alguma coisa errada. (MN8, 2023).

O contexto social desempenha um papel crucial na motivação das mulheres para abertura e liderança de seus próprios negócios. Através da Teoria do Reconhecimento Social podemos compreender os fatores sociais que impulsionam as mulheres na abertura de negócios a fim de lutarem por autonomia econômica, social e cultural, e assim romper paradigmas dominantes e superar a discriminação de gênero. Portanto, promover a igualdade de oportunidades e o empoderamento feminino é um passo importante para construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. No quadro 14, apresentamos uma síntese da motivação inicial das mulheres nucleadas para abertura de seus negócios e as narrativas já sinalizam fatores sociais importantes de impacto.

Ao analisar os dados do quadro 14, é possível perceber a relevância e a relação dos achados com a pesquisa do Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) com o suporte SEBRAE, a qual revelou que, em 2018, os índices de novos negócios por oportunidades eram de 55,6% (GEM, 2019). Entre as mulheres participantes do núcleo, a motivação para abrir seu negócio foi a necessidade por

maior flexibilização de tempo, seguido pela dificuldade de recolocação no mercado formal de trabalho. Conforme o IBGE (2018), 81% dos negócios não possuem sócios, dado que legitima os da pesquisa. Os negócios estão, em sua maioria, no ramo da prestação de serviços e as empresas são de pequeno e médio porte, sendo que 50% delas possuem funcionários.

Quadro 14 - Motivação inicial das mulheres donas de seus negócios

PARTICIPANTE	MOTIVAÇÃO	RAMO FUNÇÃO	TIPO	TEMPO	SÓCIO	EMPREGADOS
MN1	Flexibilização do tempo	Indústria e Comércio/ Associada	MEI	1 ano 4 meses	Não	Não
MN2	Convite p/sócia	Serviços/ Diretora	Média	20 anos	Sim	08
MN3	Dificuldade na recolocação	Serviços/ Consultora	Pequena	6 anos	Não	01
MN4	Assumir o negócio da família	Serviços/ Gestora	Pequena	17 anos dona	Não	03
MN5	Ampliar os negócios da família	Serviços/ Assessora Jurídica	Pequena		Sim	Não
MN6	Dificuldade na recolocação flexibilização do tempo	Serviços/ Consultoria Ambiental	Pequena	12 anos	Não	Não
MN7	Dificuldade na recolocação	Comércio/ Gerente	Franquia Pequena	12 anos	Sim esposo	07
MN8	Flexibilização do tempo	Indústria e Comércio/ Gestora	MEI	12 anos CNPJ	Não	Não

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

A mulher, através de sua participação ativa com seu negócio no mercado de trabalho, está fomentando e tencionando novas estruturas de trabalho e sociabilidade, ao buscarem ir além de uma lógica mercadológica de produção e lucro, agregando e fortalecendo um discurso contra hegemônico que inclua todas as formas de trabalho, isto é, lutam por reconhecimento social.

4.2 Narrativas de desrespeito na trajetória profissional

As narrativas revelaram experiências de desrespeito na dimensão da personalidade por meio de provação de direitos, degradação e ofensas. Porém, as participantes não relacionaram esse desrespeito à condição de gênero. Em algumas narrativas observamos esse posicionamento, “*tenho que abrir um parêntese, eu não sou muito de segmentar por gênero, tá.*” (MN2, 2021). Em outra narrativa,

Hoje não temos pautas específicas sobre gênero, uma vez uma colega trouxe essa pauta, mas era uma questão dela. Fizemos uma palestra, [...] ela tinha isso né, uma advogada que trabalhava muito na causa da mulher negra, tinha um trabalho de um grupo assim, eu não lembro muito. (MN1, 2023).

Muitas mulheres enfrentam o desrespeito pela invisibilidade social, sendo subestimadas e negligenciadas em diferentes contextos, como no ambiente de trabalho ou em espaços públicos. Essa invisibilidade pode levar à negação de suas contribuições e ao cerceamento de suas oportunidades de crescimento e desenvolvimento social e profissional. No contexto atual, é necessário reconhecer e abordar as situações de desrespeito vivenciadas pelas mulheres, que muitas vezes são naturalizadas pela sociedade, ao ponto das próprias vítimas não se sentirem desrespeitadas, o que irá demandar a reconstrução das normativas de direitos, conforme Honneth (2003). No quadro 15 apresentamos trechos das narrativas em que é possível identificar percepções das situações de desrespeito vivenciadas ao longo das trajetórias profissionais.

Algumas narrativas com situações de desrespeito demonstram como a imputabilidade moral se enraíza na sociedade. O desrespeito suportado por mulheres em diferentes esferas da sociedade muitas vezes é tratado como algo "normal" ou "aceitável", sendo naturalizado ao longo do tempo. Essa naturalização impede a conscientização e a transformação dessas situações, perpetuando um ciclo de injustiça e desigualdade, que pode ser exemplificado com o trecho da narrativa:

Por muitas vezes, em diversas situações, com certeza eu fui preterida ou não ouvida. Pode ter sido pela questão de ser mulher, mas eu, senti mais a questão da idade [...] nos ambientes de trabalho que eu transitei os homens tinham mais voz e mais confiança, mas espaço, [...] as vezes tu tens uma baita capacidade, mas, você não consegue expandir, porque às vezes tu não se acha capaz. (MN1, 2023).

A desigualdade e a injustiça de gênero são frequentemente minimizadas e aceitas como parte da ordem social, perpetuando a marginalização e o desrespeito em relação às mulheres. Fenômeno este profundamente enraizado em nossas estruturas sociais, sendo muitas vezes naturalizado e aceito como parte do *status quo*. As mulheres enfrentam uma série de obstáculos e formas de desrespeito em diversas esferas da vida, desde o âmbito doméstico até o ambiente profissional. Essa naturalização acaba por perpetuar e sustentar as situações de desrespeito.

Quadro 15 - Percepções sobre as situações de desrespeito

PARTICIPANTES	NARRATIVAS
MN1	[...] Uma vez escutei de um CEO de uma empresa que trabalhei, ele falou assim: “Às vezes o trabalho que tu desenvolves não é um trabalho essencial”. [...] homens é que são essenciais aqui para o negócio.
MN3	Resisti muito internamente para abrir minha empresa. [...] não me achava capaz; Como consultora, fui dar uma sugestão/orientação para o diretor da empresa, e ele arrasou comigo . Ele disse quem eu era, quem eu pensava que era. Uma mulher que nunca tinha dirigido um caminhão querer vir com ideias . Quando fui contar de minha gravidez ao gerente, a primeira pergunta que fez foi já deu os três meses , porque tem que esperar vingar . [...] em outra situação ele “Ah, tu sabes, que depois que tu ganhares tu podes ser demitida .”
MN4	[...] teve momentos que eu me senti não reconhecida dentro da própria loja;
MN6	[...] a sociedade acredita que somos privilegiadas [...] a gente tem muito aquela questão social. [...] não há políticas públicas para nós, não há incentivos [...]
MN7	[...] já vi mulheres que têm que assumir um papel de durona para se impor e ser respeitada. [...] eu como empresária, uma das coisas que eu senti muito, foi me sentir sozinha, [...] não tinha com quem compartilhar as ideias, com quem dividir.
MN8	Quando iniciei minha empresa, meu sentimento era de medo, era por não ter a minha empresa registrada.

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Situações de desrespeito vivenciadas pelas mulheres, ficam explicitadas a partir das diversas formas de privação de direitos, um desrespeito pessoal, “infligidos a um sujeito pelo fato dele permanecer estruturalmente excluído da posse de determinados direitos no interior da sociedade” (HONNETH, 2003, p. 216). Processos de exclusão presentes em sua trajetória profissional e nas diferenças quanto ao gênero, para

Honneth, são experiências de desrespeito que acabam por ferir as mulheres em sua autoafirmação, fragilizando sua identidade, as quais são vivenciadas e apreendidas em sua intersubjetividade. (HONNETH, 2003).

Quando este sentimento de desrespeito se torna coletivo e sistemático, ou seja, agregando diferentes sujeitos por diferentes formas de violação de direitos em um determinado território ou sociedade, acaba por instituir processos de estigmatização, promovendo os cidadãos a um *status* de subcidadania, de inferioridade em suas relações nas esferas privadas e públicas.

É do entrelaçamento interno de individualização e reconhecimento, esclarecido por Hegel e Mead, que resulta aquela vulnerabilidade particular dos seres humanos, identificada com o conceito de "desrespeito": visto que a autoimagem normativa de cada ser humano, de seu "Me", como disse Mead, depende da possibilidade de um resseguro constante no outro e o perigo de uma lesão, capaz de desmoronar a identidade da pessoa inteira [...] (HONNETH, 2003, p. 216).

As experiências de "desrespeito" ou "ofensa" poderão gerar sentimentos de humilhação, de privação de direitos e ou exclusão, onde seu autorrespeito é violado mediante a omissão de seus direitos, o que poderá fragilizar seu *status* em relação aos seus iguais, conforme experiência explicitadas pelas participantes MN3 e MN1 e grifadas pela autora:

*[...] e ele **arrasou comigo**. Ele disse quem eu era, quem eu pensava que era. Uma **mulher** que nunca tinha dirigido um caminhão **querer vir com ideias**. [...] fui contar de minha gravidez ao gerente, [...] **já deu os três meses**, porque tem que **esperar vingar**. [...] tu sabes, que **depois que tu ganhares tu podes ser demitida**. (MN3, 2023).*

*Às vezes o trabalho que **tu** desenvolves **não é um trabalho essencial**". [...] **os homens, que são essenciais aqui** para o negócio. (MN1, 2023).*

*[...] a sociedade acredita que somos privilegiadas [...] a gente tem muito aquela **questão social**. [...] não há políticas públicas para nós, não há incentivos [...]. (MN5, 2021).*

As experiências de negação de direitos, sofridas pelas mulheres, são componentes ameaçadores da integridade social, os quais fragilizam o seu autorrespeito, sua identidade. A negação dos direitos, sofridos pelas nucleadas, as colocou em uma relação negativa de seu valor, ou seja, uma imputabilidade moral, por serem ofendidas dentro de seu espaço de trabalho, violando seus direitos básicos, princípios que deviam primar por equidade, justiça social e direitos igualitários.

Em síntese, considerando do olhar sobre o panorama do perfil das mulheres donas de seus negócios no Brasil e a análise sobre as narrativas das mulheres nucleadas, foi possível estabelecer uma discussão sobre as expectativas profissionais das participantes desta pesquisa, da realidade construída na trajetória profissional e as situações de desrespeito que enfrentaram na reconstrução normativa de suas vidas. E a partir de agora, a análise dos achados entra na esfera do amor, do direito e da estima social no processo de reconhecimento social e a intersubjetividade da memória.

4.3 Percepções das associadas sobre a dimensão do amor

A primeira forma de reconhecimento discutida por Honneth (2003) é a dimensão do amor, reconhecimento esse intersubjetivo, o qual ocorre na relação com o outro. Essa dimensão é essencial para o desenvolvimento da vida individual e coletiva. Está vinculada à esfera afetiva, a qual impacta diretamente na autoconfiança discutida pelo autor e na identidade abordada por Candau (2011).

A esfera do amor, nessa perspectiva, é uma dimensão fundamental do reconhecimento mútuo. O autor destaca que, no contexto das relações amorosas, os indivíduos experimentam uma confirmação e validação de seus desejos, necessidades e vulnerabilidades por meio do outro. Ele enfatiza a dependência mútua que surge nesse tipo de relação.

Honneth (2003) ainda discute que é na esfera do amor que os sujeitos são reconhecidos em sua individualidade, trazendo “o amor como uma relação de reconhecimento mútuo na qual a individualidade dos sujeitos encontra primeiramente confirmação”. (HONNETH, 2003, p. 76) Nessa esfera, ocorre uma profunda interação intersubjetiva onde os sujeitos se enxergam e se validam mutuamente. O reconhecimento, nesse contexto, vai além da mera aceitação, envolvendo uma compreensão empática das emoções, necessidades e carências do outro através do enquadramento da memória, como citou Candau,

Isso resume, perfeitamente, a dialética da memória e da identidade, que se abraçam uma à outra, se fecundam mutuamente, se fundem e se refundem para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, um relato. [...] Insistem sobre os laços consubstanciais entre a memória e a identidade e sobre o fato de que a memória, faculdade primeira, nutre a identidade. (CANDAU, 2011, p. 14).

Honneth (2003) argumenta que, por meio do amor, os sujeitos têm a oportunidade de explorar e expandir sua identidade. O reconhecimento oferecido pelo parceiro amoroso permite que eles se tornem conscientes de aspectos ocultos de sua personalidade e busquem o crescimento e a realização pessoal.

No entanto, também ressalta a importância do equilíbrio entre autonomia e dependência na esfera do amor. Ele destaca que o reconhecimento mútuo deve considerar tanto a autonomia individual quanto a interdependência emocional. O amor verdadeiro envolve o reconhecimento da autonomia do outro e, ao mesmo tempo, a aceitação da dependência recíproca. Ao analisarmos o conteúdo das narrativas, foi possível sistematizar, conforme quadro 16, um conjunto de situações e percepções nas quais as mulheres nucleadas explicitam relações de afeto e empatia.

Quadro 16 - Narrativas que expressam elementos constitutivos da esfera do amor

PARTICIPANTES	NARRATIVAS
MN1	<i>[...] as mulheres têm um potencial muito legal por meio do coleguismo, do coletivo, do se conectar com outra colega. [...] o núcleo tem muita questão de amizade [...] amizade para vida mesmo.</i>
MN2	<i>Os relacionamentos de amizades.</i>
MN4	<i>[...] a dor de uma é a mesma dor de outra [...] vamos resolver juntas [...] não sou de usar salto, [...] boto salto para ir na reunião, uma motivação são as amizades.</i>
MN5	<i>As amizades que construímos,</i>
MN6	<i>No núcleo a união para mim é um diferencial, (...) às vezes as dores de uma é a mesma dor de outra.</i>
MN7	<i>No núcleo das mulheres a gente é bem unida, há amizade, procura se auxiliar, se ajudar, trazer as dores de cada uma;</i>
MN8	<i>[...] quando cheguei no núcleo, eu olhei, nossa, você aqui [...] me senti em casa, me senti acolhida, umas ajudam as outras. Recomendam os serviços das colegas. No núcleo a gente faz amizades.</i>

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Ao observarmos o quadro que descreve as percepções das participantes sobre a esfera do amor, observamos que as narrativas trazem um sentimento em comum - "amizade". Sentimento construído e nutrido de maneira recíproca e sem individualismos, a partir do qual se atribui significado à experiência. Ao receber o

reconhecimento de suas necessidades e desejos, o sujeito consegue explorar novas facetas de sua identidade, assim como exigir novas formas de reconhecimento. Dessa forma, o processo de reconhecimento nunca está completo e se estende a diferentes esferas sociais. Uma relação afetiva saudável exige um equilíbrio entre autonomia e dependência dos envolvidos.

Amar implica, simultaneamente, o reconhecimento da autonomia do outro e de si, pressupondo também o reconhecimento da interdependência entre ambos. A esfera do amor desempenha um papel crucial no processo de reconhecimento mútuo. É nessa dimensão que os indivíduos encontram validação, compreensão e crescimento emocional. O reconhecimento na esfera do amor permite que eles sejam atendidos e aceitos em sua individualidade, necessidades e desejos.

As relações intersubjetivas de amizade desempenham um papel significativo de numa associação de mulheres donas de seus negócios. Nesse contexto, as amigas protegidas entre as mulheres empreendedoras são fundamentais para promover apoio mútuo, troca de conhecimentos e fortalecimento emocional.

*[...] Hoje as mulheres estão mais presentes nos seus negócios. [...] estão mais **empoderadas** sobre eles, estão com mais autonomia, com mais **segurança** de estar no mercado de trabalho como empresária. (MN7, 2021).*

*[...] para nós mulheres, o núcleo é uma forma de se **fortalecer**. [...] o importante é esse **relacionamento**, as trocas de experiência, o **convívio** com mulheres, que busca o seu lugar. (MN5, 2021).*

*[...] as mulheres têm um potencial muito legal por meio do **coleguismo**, do coletivo, do se **conectar** com outra colega. (MN1, 2023).*

Portanto, na associação as relações de amizade surgem a partir de interesses compartilhados, criando uma rede de suporte entre as empreendedoras. Essas relações vão além dos aspectos profissionais, permitindo que as mulheres se conectem em níveis pessoais, compartilhem experiências e se inspirem mutuamente.

4.4 Percepções das associadas sobre a dimensão do direito

A esfera do direito desempenha um papel fundamental no reconhecimento intersubjetivo e na construção da justiça social. Honneth (2003) entende o direito como uma esfera que estabelece normas e instituições que regulam as relações entre os indivíduos e garante os direitos e oportunidades. A dimensão do direito é uma forma

de reconhecimento que visa garantir a autonomia e a liberdade dos indivíduos numa sociedade. Para isso, as instituições jurídicas são responsáveis por estabelecer limites e proteger os direitos individuais, promovendo a igualdade e a justiça.

Quadro 17 - Narrativas que expressam elementos constitutivos da esfera do direito

PARTICIPANTES	NARRATIVAS
MN1	<p><i>[...] A gente viu o negócio crescer à luz de nossos olhos. [...] hoje a gente tem uma estrutura pequena, mas a gente se sente gigante.</i></p> <p><i>[...] a gente renovou alguns processos. Estrutturamos novas ferramentas Facebook, uma fanpage, e-mail institucional, ter um cartão de visitas.</i></p> <p><i>[...] Temos acesso às legislações, o que nos possibilita ampliar os negócios e nos dá maior legitimidade.</i></p>
MN2	<p><i>[...] Sou nucleada fundadora da CICS - fomos vinculadas dentro do núcleo pelas nossas empresas e não pela nossa pessoa física.</i></p> <p><i>[...] no núcleo há capacitações, visitas técnicas, buscando que cada um conheça o negócio do outro e um desenvolvimento interno e externo.</i></p>
MN3	<p><i>[...] o núcleo me dá suporte, projeção, status [...] engajamento pelo associativismo feminino.</i></p> <p><i>[...] hoje conquistei minha emancipação, sou conhecida, sou respeitada, consigo fechar negócios. E a questão financeira é ganhar proporcional ao que ganhava.</i></p>
MN4	<p><i>No núcleo temos representatividade para defender os nossos direitos, ter voz perante a comunidade e perante as autoridades.</i></p> <p><i>Possuo um planejamento e credibilidade, tenho crédito e busco aperfeiçoar minha gestão financeira e ampliar a loja.</i></p>
MN5	<p><i>[...] hoje as mulheres ocupam mais da metade dos cargos na diretoria.</i></p> <p><i>[...] vamos escrever nosso projeto na CACB que cuida de todos os processos de aceleração do Brasil, da Federação.</i></p>
MN6	<p><i>[...] tu te capacitas, network, rede, planejamento estratégico, profissionais te apoiam nas tuas tomadas de decisões e crescimento do negócio.</i></p> <p><i>[...] como empresária tive muitas indicações, [...] os empresários depositam em mim responsabilidade.</i></p>
MN7	<p><i>[...] estamos mais presentes nos negócios. [...] estamos mais empoderadas, com mais autonomia, com mais segurança de estar no mercado de trabalho como empresárias.</i></p>
MN8	<p><i>Aprendi a fazer network, não tenho receio de entrar em lugar nenhum.</i></p> <p><i>[...] minha meta é comprar máquinas mais modernas, algumas vezes recuamos, mas não desistimos. Nosso modelo é ser uma Daiane, uma Anselmi. Estamos abertos para investidores, sócios.</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

No contexto da esfera do direito, Honneth (2003) destaca a importância do reconhecimento jurídico como um fator essencial para a dignidade humana. Argumenta que o reconhecimento legal é fundamental para os indivíduos poderem exercer plenamente sua autonomia. O reconhecimento jurídico implica em tratamento igualitário perante a lei, garantindo que todas as pessoas tenham acesso à justiça, à proteção legal e aos direitos fundamentais.

Honneth ressalta que o direito deve ser pautado pela imparcialidade, transparência e pela aplicação igualitária das leis, para assegurar a justiça e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. No quadro 17 é possível evidenciar trechos de narrativas em que elementos relativos à esfera do direito se fazem presentes nas relações sociais estabelecidas pelas mulheres nucleadas.

As mulheres estão imprimindo uma nova relação com a sociedade ao serem donas de seus próprios negócios, e esta nova relação vem sendo construída com reconhecimento social (HONNETH, 2003), conforme trechos das narrativas:

***Regularizei minha empresa, MEI. [...] Agora posso concorrer de igual para igual no comércio do meu produto.** (MN8, 2023).*

*[...] como empresária tive muitas **indicações**, [...] os empresários depositam em mim responsabilidade.* (MN6, 2021).

*Participar do núcleo é um **divisor de águas nos negócios**; [...] engajamento pelo **associativismo** feminino.* (MN3, 2023).

Observa-se que as pretensões subjetivas estão fortemente vinculadas com a trajetória profissional, com suas conquistas, valores materiais e simbólicos que se complementam. Assim, “a experiência de ser reconhecido pelos membros da coletividade como uma pessoa de direito significa, para o sujeito individual, poder adotar em relação a si mesmo uma atitude positiva”. (HONNETH, 2003, p. 139).

Neste contexto, fortalece-se a ideia de inclusão como um sentimento maior, de fazer parte, estar incluído social e produtivamente. A inserção no mercado de trabalho, é ir muito além de ter uma carteira assinada, é oferecer aos sujeitos oportunidade de formar um novo *ethos* social, um novo modo de vida, fortalecendo e desenvolvendo capacidades individuais e coletivas a partir de novas formas de sociabilidade, novas formas de organização social, desconstruindo modelos cristalizados de relações de produção e construindo novas culturas, novos valores. (SEN, 2000).

Ser dona do próprio negócio fortalece a autonomia, pois implica em reconhecer os sujeitos nas esferas do direito, legitimando e ampliando conceitos de qualidade de

vida, permitindo, desta forma, novas culturas, novos modelos normativos com a livre participação da mulher nos diferentes espaços da vida pública, conforme narrativa: *“hoje não volto mais para uma empresa. Há liberdade de escolher meus horários, estar perto da minha família”*. (MN5, 2021).

Estas novas construções de vida coletiva, espaços que promovem reais ações contra hegemônicas aos modelos conservadores e que fomentam novos projetos societários, estão na contramão do processo histórico capitalista.

A atitude positiva que os sujeitos podem tomar em relação a si mesmos quando eles adquirem esse reconhecimento legal, é a de autorrespeito (sic) elementar. Eles se tornam capazes de compartilhar, na comunidade, os atributos de um ator moralmente competente. As relações legalmente fundamentadas [...], permitem a generalização de seu ambiente característico de reconhecimento, nas duas direções da extensão material e social dos direitos. (HONNETH, 2007, p. 86).

É necessário aprofundar os debates em torno destas alternativas a fim de legitimar, ou melhor, possibilitar às mulheres nucleadas adquirirem “um saber seguro sobre suas próprias capacidades e pretensões ao vê-las refletidas, assim dizendo, na atitude dos demais indivíduos de interação”. (HONNETH, 2003, p.240). Inserida nestas novas relações de trabalho, novos diálogos são estabelecidos para a reconstrução das normativas de justiça social e, a partir da socialização dos diferentes saberes e práticas, torna-se possível construir uma sociedade mais inclusiva, mais democrática. (SOUZA, 2004).

As relações desiguais vivenciadas pelas mulheres no mundo do trabalho formal estão no cerne dos conflitos sociais. Quem detém os meios de produção acaba regulando o mercado e reforçando o modelo dominante. De acordo com Honneth (2003), pensar novos modelos de uma vida melhor é ir além da geração de renda. É oferecer oportunidades de fato para formar um novo *status* através do desenvolvimento de suas capacidades, que se exemplifica pelas narrativas:

As mulheres estão com mais autonomia, com mais segurança de estar no mercado de trabalho como empresárias. (MN5, 2021).
Através da ferramenta de planejamento estratégico, deu um salto em meu negócio. (MN3, 2023).

As experiências compartilhadas permitem olhar para si e para o outro, em um processo recíproco de reconhecimento, tanto individual como no coletivo, assim

desconstruindo modelos cristalizados de relações de produção e construindo novas culturas de bem viver.

Para Honneth (2003), a emancipação social é conquistada na participação dos sujeitos em diferentes contextos sociais. E é nestas interações que se agregam valores, que os sujeitos se fortalecem, assim permanecendo inseridos socialmente e incluídos, de alguma forma, no mundo do trabalho. Discutir reconhecimento social é abordar a luta das mulheres na dimensão do direito, ou seja, “a função que desempenham para o estabelecimento de um *progresso moral* na dimensão do reconhecimento” (HONNETH, 2003, p. 270), assim reconstruindo as normativas em “uma concepção formal de vida boa, ou mais precisamente, de eticidade”. (HONNETH, 2003, p. 70), para além de compreender o processo de transformação da dimensão do direito desenvolvidas pelos sujeitos sobre si mesmos e na relação com o outro, na construção do autorrespeito. (HONNETH, 2003).

Eu já tenho uma emancipação, já tenho autonomia nos meus horários, na minha empresa. Ainda falta a autonomia financeira, vejo que estou no processo. (MN1, 2023).

Para o autor, o processo de reconhecimento está vinculado às situações de injustiças e de negação dos direitos. As mulheres, ao compartilharem suas memórias em um espaço coletivo reivindicatório, fortalecem suas lutas, para influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento. (HONNETH, 2003, p. 257). Conforme o autor,

[...] um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade, as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de “autorrespeito”. (HONNETH, 2003, p. 197).

O reconhecimento jurídico implica, portanto, em tratamento igualitário perante a lei, garantindo que todas as pessoas tenham acesso à justiça, à proteção legal e aos direitos fundamentais. Honneth (2003) ressalta que o direito deve ser pautado pela imparcialidade, transparência e pela aplicação igualitária das leis, para assegurar a justiça e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, claramente exemplificado no trecho da narrativa “[...] temos acesso às legislações, o que nos possibilita ampliar os negócios e nos dá maior legitimidade”. (MN1).

No entanto, o autor reconhece que a esfera do direito não está isenta de contradições e desafios. Em algumas situações, as normas jurídicas podem reproduzir desigualdades sociais e perpetuar a injustiça, "que podem tornar experienciáveis para os atores sociais, na qualidade de um equivalente negativo das correspondentes relações de reconhecimento, o fato do reconhecimento denegado". (HONNETH, 2003, p. 157). É essencial haver um diálogo crítico e reflexão constante sobre as estruturas jurídicas existentes, a fim de promover uma maior inclusão e justiça social. Por fim, a esfera do direito desempenha um papel crucial no reconhecimento intersubjetivo e na promoção da justiça social. O reconhecimento jurídico é fundamental para garantir a igualdade de direitos e oportunidades, assim como para proteger a autonomia das mulheres nucleadas.

4.5 Percepções das associadas sobre a dimensão da estima social

A estima social está relacionada à autoestima e ao ser reconhecido, valorizado e respeitado socialmente. O que fortalece a autoestima é a percepção positiva de si mesmo. Para Honneth (2003) a solidariedade envolve a cooperação mútua, a preocupação pelos outros e o senso de pertencimento a uma comunidade. Através da solidariedade, os indivíduos se conectam uns com os outros, superam suas diferenças e se unem em prol de objetivos comuns.

Para poderem chegar a uma autorrelação infrangível, os sujeitos humanos precisam ainda, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas. (HONNETH, 2003, p. 198).

A solidariedade desempenha um papel importante no processo de reconhecimento, pois esta esfera expressa a essência da esfera do direito, através da perspectiva da igualdade universal, da equidade e da esfera do amor - os vínculos afetivos. Envolve a cooperação e a reciprocidade entre os indivíduos, fortalecendo os laços sociais e promovendo a inclusão e a igualdade. A solidariedade é vista por Honneth (2003) como um elemento fundamental para superar a fragmentação social, criar um senso de pertencimento e construir relações de confiança e colaboração. Para exemplificar como esta dimensão se faz presente no conteúdo das narrativas

analisadas, apresentamos o quadro 18, que sistematiza trechos das narrativas em que é possível identificar elementos constitutivos da esfera da estima social.

Quadro 18 - Narrativas que expressam elementos constitutivos da esfera da estima social

PARTICIPANTES	NARRATIVAS DAS PARTICIPANTES
MN1	<i>[...] a gente ser reconhecida pelo nome da empresa sabe! Isso é uma conquista.</i>
MN2	<i>[...] estou na CICS como diretora jurídica, no Sindilojas como jurídica, e faço parte do Conselho da Universidade La Salle, como representante comunitária. [...] presidente do cube de advogados da cidade (Canoas). [...] atuo no Banco de Alimentos, no conselho fiscal com muito orgulho. Participo do Projeto Empreenda.</i>
MN3	<i>Sou coordenadora do núcleo; diretora comunitária; o núcleo é um divisor de águas nos negócios.</i>
MN4	<i>[...] tu se tornas referência dentro do núcleo, a gente teve o livro, que foi escrito em 2019, [...] conhecer a história de conquista de cada uma. [...] sou reconhecida na comunidade, [...] eu acho que hoje eles reconhecem a Adriana;</i>
MN5	<i>Na CICS fui diretora Jurídica, [...] hoje sou vice-presidente jurídica;</i>
MN6	<i>[...] através da CICS eu sou do Conselho Municipal de Meio Ambiente, eu sou representante;</i>
MN7	<i>[...] hoje as mulheres estão mais presentes nos seus negócios. (...) estão mais empoderadas sobre eles, estão com mais autonomia, com mais segurança, de estar no mercado de trabalho como empresária.</i>
MN8	<i>[...] lá a gente é muito reconhecida. [...] se tu falas hoje Malhas Silva, eles vão saber que sou eu.</i>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

No processo da pesquisa foi possível encontrar, no conteúdo das narrativas, ações de “solidariedade [...] uma espécie de relação interativa em que os sujeitos tomam interesse reciprocamente por seus modos distintos de vida, já que se estimam entre si de maneira simétrica”. (HONNETH, 2003, p. 209). Este cuidado com o outro remete à estima social, à crença na força do coletivo, evidenciado pela narrativa da MN5 (2021), “[...] há força nessa união entre mulheres, [...] interação e sensibilidade de estar entre outras mulheres, passando pelas mesmas situações”. (MN6, 2021).

Neste compartilhar de vidas, histórias e memórias, torna-se possível olhar de forma diferente as situações antes vistas apenas por um ângulo e, principalmente, os diferentes meios de enfrentá-las e superá-las.

Toda a reação emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento, contém novamente em si, a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne o motivo da resistência política. (HONNETH, 2003, p. 224).

O desejo por reconhecimento social, construído a partir das trocas e partilhas no núcleo feminino, desperta nos sujeitos o desejo de lutar por melhorias do coletivo. O sentimento de solidariedade é impulsionado pelos movimentos que ocorrem no núcleo, e estes, geram novas conquistas. (HONNETH, 2003). Possível observar nos relatos das participantes,

[...] hoje as mulheres ocupam mais da metade dos cargos na diretoria. (MN5, 2023).

[...] recebo convites para palestras [...] elas sempre me puxam, vamos convidar a Silvia, ela é um exemplo de empreendedora, ela saiu do armário [...]. (MN8, 2023).

Avançar na luta por reconhecimento social é fundamental para se pensar no fortalecimento da subjetividade individual - o “eu” e o “eu-coletivo” - para, assim, engajar em lutas por novas normativas, novos modelos, novos valores sociais.

[...] o eu busca o nós da vida comum em grupo, porque, mesmo depois de amadurecido, ele ainda depende de formas de reconhecimento social que possuam o denso caráter da motivação direta e da confirmação. Ele não pode manter nem o autorrespeito nem a autoestima sem a experiência de apoio que se faz através da prática de valores compartilhados no grupo. (HONNETH, 2003, p. 77).

Neste contexto foi possível observar que as mulheres estão inseridas em um processo constante de lutas para o enfrentamento das situações de conflitos em sua vida pessoal e profissional. Mesmo que a motivação em pertencer ao núcleo esteja relacionada ao mundo do trabalho, acabam por descobrir outras motivações, como observado nas narrativas, *“o importante é esse relacionamento [...] trocas de experiência, o convívio com mulheres, que buscam o seu lugar”*. (MN5, 2021).

A atitude positiva que um sujeito pode tomar em relação a si mesmo, quando reconhecido dessa forma, é a da autoestima: ao se achar estimado por suas qualidades específicas, o sujeito é capaz de se identificar totalmente com seus atributos e realizações específicas. [...] o relacionamento de reconhecimento, associado à solidariedade, incorpora o princípio da diferença igualitária, que, resultante da pressão que vem dos sujeitos individualizados, pode se desenvolver mais plenamente. (HONNETH, 2007, p. 87).

As relações construídas no núcleo fortalecem uma consciência coletiva sobre as situações de desrespeito e de injustiça social que as mulheres passam diariamente, independentemente de sua condição social, cultural e econômica e, a partir deste movimento, ensejam lutas coletivas por reconhecimento social. Quando os sujeitos olham para si e conseguem se reconhecer enquanto iguais, buscam seus direitos e tencionam serviços e políticas públicas para alterar o contexto social, tornando-se possível constatar movimentos de estima social. A estima social parte da valorização das habilidades e das competências na coletividade. As mulheres nucleadas sentem e relatam esse processo de empoderamento,

A gente não é só uma pequena empresa, a gente não é só artesã, a gente é empresária também. (MN1, 2023).

Foi no núcleo que me enxerguei como empresária. [...] o núcleo me motiva, não largo. Meu objetivo me fortalecer, me empoderar, aprender a me vender. (MN3, 2023).

O sujeito, quando ocupa este *status* de valorização social, enseja lutas coletivas por um bem comum, promove e fortalece a identidade de um grupo, assim reconhecendo o outro como um ser valioso.

Para pensar ações e movimentos que disparem possibilidades de mudança nos padrões e normativas já instituídas, serão necessários outros espaços que permitam aos sujeitos expressarem as situações de desrespeito e, a partir do movimento de indignação e de resistência, fortalecer as lutas por reconhecimento social. A solidariedade é essencial para a construção de relações amorosas saudáveis, onde as pessoas se apoiam mutuamente e se preocupam com o bem-estar um do outro.

Além disso, a solidariedade também é crucial na esfera do direito. Através da solidariedade, os indivíduos reconhecem a importância de apoiar e proteger os direitos de todos os membros da sociedade e lutar contra as injustiças e a desigualdade social e de gênero. Ao sistematizar as narrativas das participantes, a solidariedade esteve presente em diferentes memórias, assim como o sentimento de ser reconhecido pelo grupo, conforme relato da participante MN1:

*Existe uma parceria, cooperação muito forte. Então, as gurias têm muita clareza que eu estou aqui, que vou abrir questões do meu negócio, porque eu **respeito** vocês. [...] esse não é um grupo de se reunir aqui para tomar chazinho da tarde. A gente faz negócio. Hoje na CICS a gente consegue sentar juntos em uma mesa e discutir **de igual para igual**. Temos acesso às legislações, o que nos possibilita ampliar os negócios, o que nos dá maior legitimidade. (MN1, 2003).*

Portanto, a dimensão da solidariedade possibilita, aos indivíduos, engajamento em ações coletivas em prol das mulheres nucleadas, como as visitas técnicas, que geram diferentes consultorias nas áreas de gestão, ampliação do negócio, projetos arquitetônicos, entre outros.

4.6 As narrativas das mulheres empresárias: núcleo, um espaço de memória?

Ao discutir e refletir sobre o núcleo, definido pelas participantes da pesquisa como um espaço associativo e, nesta tese, compreendido como um possível espaço de memória a partir dos conceitos de Candau (2011), que aborda a importância da memória coletiva em uma constante construção da identidade individual e social. Conforme Candau, "a identidade é algo que se constrói, que se reconstrói permanentemente, que está em permanente mutação e em relação com os outros". (CANDAU, 2010, p. 19). Este espaço associativo desempenha um papel fundamental na preservação e construção da memória coletiva feminina, pois "a memória é, antes de tudo, um processo de reconstrução da experiência vivida". (CANDAU, 2010, p. 39).

O núcleo, como um espaço de memória, proporciona um ambiente propício para o compartilhamento de experiências, memórias e histórias de vida das mulheres, fortalecendo sua identidade:

O núcleo contribuiu no meu desenvolvimento pessoal, e a questão do relacionamento foi fundamental. [...] vem me fortalecendo para enfrentar a realidade do comércio aí fora. (MN8, 2023).

A legitimação de espaços associativos proporciona às mulheres um senso de pertencimento e identificação, permitindo-lhes expressar suas vozes e compartilhar suas perspectivas. Isso fortalece sua identidade como grupo social, que evolui e se desenvolve através dessas interações coletivas que,

[...] produzidas, se modificam no quadro das relações, reações e interações socio-situacionais - situações, contextos circunstâncias, onde emergem os sentimentos de pertencimento, de visões de mundo identitárias ou étnicas, e não apenas por serem detentores de traços culturais. (CANDAU, 2014, p. 27).

Além disso, fornecem um contexto de reconhecimento e valorização das experiências e saberes femininos, desafiando os estereótipos de gênero e esperando

a construção de uma história mais inclusiva e diversa. Um espaço de memória acaba por conduzir as nucleadas na direção de uma identidade forte, pois seus sentimentos, e experiências ocorrem por meio de uma “escuta compartilhada”. (CANDAU, 2014, p. 46). Conforme o autor, na mesma obra, traz o núcleo como um “[...] lugar de memórias comuns, favorece a formação de referências mais próximas: ao “se abrirem umas às outras”, tornando-se um espaço em que transitam conhecimentos e vivências por meio de uma reciprocidade, podendo também gerar a identidade do grupo.

O núcleo, ao se tornar em um lugar de memória, passa a exercer um papel político e transformador na sociedade. Promove a conscientização coletiva de serem sujeitos de direitos na busca contínua por igualdade social, econômica e de gênero, além de se constituírem como espaços de resistência frente às opressões e desigualdades enfrentadas pelas mulheres.

De acordo com trechos de narrativas,

Hoje, vejo que sua missão é macro, agregar os empresários, fazer juntos, se ajudar, no sentido de ir buscar políticas públicas para facilitar questões de impostos, facilidades de mercado, conexões. (MN1, 2023).

O núcleo da CICS é o grande exemplo de empreendedorismo e de engajamento de fazer em conjunto na cidade. (MN2, 2021).

Reconhecem o núcleo da CICS como um braço social, [...] atua na sociedade como um todo. [...] então, eu vejo o núcleo da CICS como um associativismo. (MN3, 2023).

Ao considerar o núcleo como um espaço de memória, o diálogo entre as memórias individuais e coletivas fortalece a capacidade de resistência e empoderamento das mulheres, impulsionando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os espaços de memória coletiva ocupam um papel crucial na preservação e transmissão das memórias femininas, além de servirem como locais de acolhimento e empoderamento para as lutas por direitos sociais, culturais e econômicos.

A partir do quadro 19, é possível identificar trechos das narrativas das mulheres nucleadas sobre o próprio núcleo e como ele se torna um espaço produtor de memória.

Quadro 19 - O Núcleo Feminino da CICS - espaço de memória coletiva

PARTICIPANTES	NARRATIVAS
MN1	<p><i>O núcleo é a personificação desse espaço feminino, é a prática dos negócios tocados por mulheres.</i></p> <p><i>[...] a gente pensa, nossa! Nós somos um núcleo de mulheres, a pauta de feminismo, assim, permeia as nossas atividades, as nossas interações, (...) é tudo muito natural.</i></p>
MN2	<p><i>[...] é tão disputado esse estar no núcleo da mulher, [...] hoje o núcleo é o mais ativo da instituição, o que gera uma perspectiva de querer estar, pertencer ao núcleo da mulher, tanto que tem fila de espera.</i></p>
MN3	<p><i>No núcleo temos representatividade para defender os nossos direitos, [...] ter voz perante à comunidade, perante às autoridades.</i></p> <p><i>[...] as mulheres precisam olhar o núcleo como uma possibilidade de lutas e não de se fragilizar, vitimizar.</i></p> <p><i>[...] em 2018 quase saí, não enxergava o núcleo mulher empresária, eram muitos encontrinhos, não era meu foco;</i></p> <p><i>[...] Foi no núcleo que me enxerguei como empresária.</i></p>
MN4	-
MN5	<p><i>[...] o núcleo trouxe um novo fôlego para CICS [...] trazendo a força da mulher</i></p>
MN6	<p><i>[...] há força nessa união entre mulheres, interação. [...] há sensibilidade de estar entre outras mulheres, passando pelas mesmas situações.</i></p> <p><i>[...] não é só retorno econômico, é legislar, apoio, isso é o diferencial, ter pessoas junto contigo.</i></p>
MN7	<p><i>[...] vejo que é um grupo de mulheres, de empresárias maduras.</i></p> <p><i>O núcleo para nós mulheres é uma forma de se fortalecer;</i></p>
MN8	<p><i>O núcleo contribuiu no meu desenvolvimento pessoal, e a questão do relacionamento foi fundamental. O núcleo me abriu portas. Ali é o lugar certo. No núcleo pensamos muito nos ideais do associativismo.</i></p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O núcleo, como espaço de memória, permite que as mulheres expressem suas experiências, compartilhem suas narrativas e construam uma identidade coletiva. Ao fazerem isso, elas reivindicam o direito ao seu próprio discurso histórico, desafiando narrativas dominantes que, muitas vezes, as excluem ou as silenciam, possibilitando a luta por reconhecimento como um aspecto central para o desenvolvimento da identidade individual e coletiva. Os núcleos, como espaços de memória na luta por reconhecimento, oferecem às mulheres a oportunidade de se conectarem, se fortalecerem mutuamente e se afirmarem como sujeitos de direitos. Ao afirmarem suas memórias e reivindicarem seu reconhecimento, as mulheres fortalecem sua identidade e impulsionam a construção de uma sociedade mais inclusiva, na qual suas vozes e experiências são valorizadas e respeitadas.

[...] no núcleo eu fui enxergando as oportunidades. [...] então, tudo isso me faz crescer a cada dia. Foi no núcleo que me enxerguei como empresária. [...] o núcleo me motiva, não largo, quero estar dentro. Ele é diferente das demais instituições, como CDL e a Confraria das TOPs que também participo. O núcleo me dá suporte, status. (MN3, 2023).

A memória coletiva é fundamental para a formação e construção da identidade de um grupo. Ao recordarmos as experiências passadas, lembranças e eventos significativos, reinterpretemos e reelaboramos o passado, dando-lhe significado e atribuindo-lhe uma narrativa coletiva. Cada vez que evocamos uma lembrança, ela pode ser reinterpretada, influenciada pelas experiências presentes, emoções e perspectivas futuras. A memória não é um registro objetivo e estático, mas sim algo maleável e sujeito a mudanças. Conforme Candau,

[...] a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (CANDAU, 2011, p. 16).

O núcleo, como um espaço de memória, permite a dialética entre as memórias compartilhadas e a construção da identidade do grupo, o que promoverá movimentos nas trajetórias de vida, pois “uma memória verdadeiramente compartilhada se constrói e reforça deliberadamente por tiragens, acréscimos e eliminações feitas sobre as heranças”. (CANDAU, 2011, p. 47).

As memórias passadas do núcleo precisam ser lembradas, para assim compreendermos as lacunas do presente e construir estratégias para o futuro, pois, “não pode haver construção de uma memória coletiva se as memórias individuais não se abrem umas às outras visando objetivos comuns, tendo um mesmo horizonte de ação”. (CANDAU, 2011, p. 49). Essa reflexão se faz necessária, pois ao pesquisar nos arquivos do núcleo de mulheres empresárias da CICS, constituído desde 2013, verificamos não haver registros, atas, documentos além das atas de fundação. Localizamos algumas fotos dos encontros a partir de 2020, o que nos remete às análises a partir de Candau (2011), pois essa lacuna de tempo fragiliza os atos de memória construídos, e por ausência de registros, não poderá materializar as lembranças e os acontecimentos. Assim, quando evocadas no presente, pelo núcleo, serão vazias, o poderá fragilizar a memória coletivo do grupo, ou seja, sua identidade.

Segundo Candau (2011), os acontecimentos podem ser transmitidos, porém os registros garantem a verdade do momento, mesmo “[...] que uma representação mental é comunicada de um indivíduo a outro [...] ela se transforma em representação pública”. (CANDAU, 2011, p. 36). Essa representação pode ser questionada, reforçando a fragilidade da identidade do grupo. Nos registros fotográficos pesquisados, a partir de 2020, observamos que os encontros ocorriam com planejamento, e as demandas eram identificadas e organizadas em um *flip chart*, e com o uso de *post-its* coloridos eram realizados os encaminhamentos, a divisão das tarefas, assim como o planejamento dos próximos encontros. Ao final do encontro, eram fotografados para gerar o registro da reunião.

Figura 1 - Registros dos encontros Núcleo Feminino CICS - 2020



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Os registros fotográficos evidenciam a dinâmica dos encontros, e é importante salientar que, no final de 2020, a ferramenta do planejamento estratégico passou a ser utilizado pelo núcleo. A memória social, constitui elementos de manutenção da vida social, logo as narrativas das mulheres podem ser formas de preservação, futuros registros, pois, antes da escrita, as ideias eram transmitidas pelos mitos e rituais que constituíam o acervo da memória de um grupo social. (TOUTAIN, 2012). Como já discutido nesta tese, ressaltamos a importância dos registros em documentos, pois o acervo pode ser a matéria-prima para pensar a construção de metodologias inovadoras, discutindo espaços de memórias coletivas como lugares de classe emancipatórios. Outro fato importante nestas análises é que os acervos documentais

servem como dados preciosos que se conservam em cada material, identificando a singularidade que os torna únicos, valiosos e insubstituíveis.

Conforme Candau (2011), os registros servem como uma justificativa, pois, “[...] o escrito é antes um álibi, [...]”, assim,

[...] orienta as memórias individuais em uma mesma direção, focaliza-as em direção a significações particulares que terão, por conseguinte, grandes possibilidades de serem compartilhadas; [...] a simples evocação da existência do documento tem efeito de persuasão sobre os ouvintes, sem que seja necessário o uso efetivo do material notarial. (CANDAU, 2011, p. 108).

Ainda, segundo Candau (2011, p. 126), “o esquecimento se apodera do seu passado, o devora, faz desaparecer toda a ação, todo o sucesso, toda distração agradável, toda a vida social, todo o prazer, sem permitir à vida constituir um todo onde o passado se entrelace com o presente. É importante destacar que, tanto o esquecimento, como a lembrança, são elementos importantes quando discutimos a identidade de um grupo. As narrativas das associadas trazem memórias de desencantamento com a dinâmica do núcleo no período anterior aos dos registros: “[...] em 2018 quase sai, não enxergava o Núcleo Mulher Empresária, eram muitos encontrinhos, não era meu foco”. (MN3, 2023). Relato que reforça a fragilidade da identidade do grupo, pois, as mulheres que entravam não compreendiam a dinâmica de sua história. Outro trecho de narrativa significativo é sobre o crescimento do núcleo após a construção sistemática do planejamento a partir dos interesses comuns do grupo,

Em 2023 realizamos uma imersão, começamos com o eu mulher, a eu mulher empresária e, o eu mulher empresária nucleada. Construímos nosso planejamento com ferramentas do planejamento estratégicas identificando as forças e fraquezas. [...] na imersão que tivemos, identificamos que existe nucleadas, visitantes e oportunistas, [...] não estão ali para participar, para integrar, para compartilhar. Para construir junto com todas. [...] eu fui enxergando as oportunidades, então tudo isso me faz crescer a cada dia. (MN3, 2023).

Os processos de capacitação, os quais estão acompanhados de registros, oportunizam o grupo em duas frentes: a primeira é legitimar a memória coletiva do grupo e, em segundo, os depoimentos, que passam agora a ter um passado, rememorado no presente, o qual permite “[...] às mulheres olhar o núcleo como uma possibilidade de lutas”. (MN3, 2023), logo construindo ideais para o futuro. O núcleo,

como um espaço de memória coletiva, o qual se reconhece com um passado, um presente e futuro que, segundo Candau, torna-se

[...] uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro. (CANDAU, 2011, p. 60).

O núcleo, como espaço de memória, pode ser definido como um lugar físico onde a memória coletiva é preservada e transmitida. O núcleo é um ponto de ancoragem da memória, onde objetos, imagens, narrativas e práticas são mantidos e vivenciados, permitindo que a memória coletiva seja materializada e transmitida de geração em geração. Através da interação, os sujeitos constroem sua identidade, conectando-se com suas raízes e pertencendo a uma comunidade.

A relação entre memória coletiva, núcleo como espaço de memória e a construção da identidade é estreita, porém se cruzam. Ao acessar e interagir com os núcleos de memória, as mulheres encontram elementos que as conectam com a história, tradições e valores do núcleo e de suas vidas, os quais são compartilhados. Esses encontros fornecem os alicerces para a construção da identidade coletiva. A partir da seleção, interpretação e incorporação dessas memórias, as mulheres constroem narrativas coletivas que dão significado à sua trajetória de vida e profissional, à sua relação com o outro e à visão de si mesmos.

Como já discutido nesta tese, memória e identidade se concentram em lugares a fim de desafiar o tempo e, assim, detê-los, logo impedindo o esquecimento. Ao impedir o esquecimento, os fatos passam a ocupar um lugar, o seu lugar. “Um lugar de memória é um lugar onde a memória trabalha. [...] é, ao mesmo tempo, baliza identitária”. (CANDAU, 2014, p. 156-157).

Enquanto Candau enfatiza a importância da memória na construção da identidade, Honneth destaca a importância do reconhecimento na luta pela emancipação na sociedade. Ambos os autores estão implicados em suas pesquisas para uma compreensão mais profunda da complexidade da vida social e cultural. Para Candau, “a identidade é algo que se constrói, que se reconstrói permanentemente, que está em permanente mutação e em relação com os outros” (CANDAU, 2010, p. 19), enquanto que, para Honneth, “identidade individual não é algo que se encontra já pré-formada na natureza, mas sim um produto das relações sociais de

reconhecimento". (HONNETH, 2003, p. 26). Por fim, ambos reconhecem a categoria relações sociais como elemento da discussão da identidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que chegamos às considerações finais desta tese de doutorado, é fato que as trajetórias do reconhecimento social de mulheres empreendedoras constituem um campo vasto e fascinante para análises e descobertas. Durante toda a pesquisa, exploramos as experiências e desafios enfrentados por essas mulheres, a fim de compreender as complexidades e as nuances que moldam suas jornadas profissionais. Ao examinar suas histórias, suas vozes e suas lutas, pudemos vislumbrar os contornos de um panorama que revela tanto avanços quanto obstáculos persistentes.

Ao longo deste estudo, nos aprofundamos nas realidades vivenciadas por mulheres donas de seus negócios, destacando suas narrativas memoriais e suas resiliências diante das adversidades. No entanto, também fomos confrontados com as barreiras e as desigualdades de gênero que continuaram a limitar o pleno reconhecimento e valorização do trabalho dessas empreendedoras. A complexidade dessas trajetórias nos levou a aprofundar nossas análises, refletir sobre os contextos sociais e institucionais que moldam essas experiências e buscamos caminhos possíveis para a promoção da equidade.

Nesta última etapa, é crucial reunir as peças do quebra-cabeça que montamos ao longo deste estudo. Refletiremos sobre as principais descobertas e direcionar para pesquisas futuras. Ao fazê-lo, esperamos contribuir para um maior entendimento do papel das mulheres donas de seus negócios na sociedade, bem como para o desenvolvimento de estratégias e políticas públicas que promovam um mercado do trabalho mais inclusivo e igualitário.

A presente tese teve como objetivo compreender as trajetórias profissionais das associadas ao Núcleo da Mulher Empresária da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas (CICS) no estado do Rio Grande do Sul. Por meio da análise das memórias narradas por mulheres empresárias, exploramos o processo de reconhecimento social e a reconstrução normativa dessas experiências no mercado de trabalho. O cerne da pesquisa consistiu em responder à seguinte questão: *Como as memórias narradas sobre o processo de reconhecimento social no mercado de trabalho reconstróem a normativa da justiça social e descrevem as trajetórias profissionais das associadas ao Núcleo da Mulher Empresária da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas (CICS) no estado do Rio Grande do Sul?*

Através dessa indagação, buscamos mergulhar nas histórias compartilhadas pelas mulheres participantes da pesquisa, reconhecendo, sobretudo, a importância de ouvi-las. Ao delinear a tese desta pesquisa, ficou claro que as mulheres, devido ao seu papel social, imposto por uma sociedade tradicional, muitas vezes são segregadas ao âmbito privado, o que acaba por limitar suas oportunidades na esfera pública, incluindo suas trajetórias profissionais. Para explorar essa realidade, o campo empírico selecionado foi o Núcleo da Mulher Empresária da CICS, em Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul. Oito mulheres empresárias participaram ativamente deste estudo, confiantes com suas perspectivas e experiências.

No âmbito metodológico, foram traçados os seguintes objetivos específicos: descrever o Núcleo da Mulher Empresária da CICS e sua relação com a promoção do reconhecimento social de suas associadas; identificar as expectativas das associadas em relação à inserção no mercado de trabalho e ao reconhecimento e reconstrução normativa em suas trajetórias profissionais por meio das memórias narradas; e analisar as estruturas das relações sociais no processo de reconhecimento social das mulheres nucleadas, considerando as esferas do amor, do direito e da estima social.

Para alcançar os objetivos propostos, foi adotada uma abordagem de pesquisa descritiva-exploratória. A entrevista semiestruturada foi o instrumento principal utilizado para coletar dados, permitindo uma compreensão aprofundada das narrativas e vivências das participantes. A análise de conteúdo, seguindo as técnicas sugeridas por Bardin, foi empregada para organizar e refletir sobre os dados coletados, oferecendo uma visão mais abrangente dos temas emergentes e padrões presentes nas narrativas das mulheres entrevistadas.

Ao adotar essa metodologia, foi possível capturar a riqueza e a complexidade das experiências das associadas do Núcleo da Mulher Empresária. Os dados coletados forneceram *insights* valiosos sobre os desafios, as expectativas e as relações sociais que moldam o processo de reconhecimento social dessas mulheres. Essas descobertas lançaram luz sobre as contradições vivenciadas pelas mulheres nucleadas.

Na fase inicial deste estudo, foi apresentada a descrição memorial da pesquisadora, bem como uma síntese do panorama das mulheres empreendedoras no Brasil. Essa discussão foi fundamental ao permitir a contextualização da temática e uma reflexão sobre as categorias, necessidades e oportunidades que envolvem as

mulheres empreendedoras, termos estes utilizados por agências como o SEBRAE, IBGE, entre outras, responsáveis por mapeamentos e pesquisas nesse campo.

Foi observado que a necessidade se destaca como o principal motivo que impulsionou as mulheres a abrirem seus próprios negócios, muitas vezes motivadas pela dificuldade de inserção/reinserção no mercado de trabalho formal. O referencial teórico que embasou esta tese evidenciou que os processos de desrespeito são vivenciados de maneira direta e indireta pelas mulheres que abrem e lideram seus negócios. Exemplos desses processos incluem o estabelecimento de critérios discriminatórios para contratação; restrição de acesso a cargos de liderança; dificuldades de obtenção de crédito; rendimentos inferiores em comparação aos homens; dentre outros fatores, com destaque à presença de sentimentos de desrespeito e injustiça normativa, bem como à falta de reconhecimento por parte da academia, da política e da sociedade em geral. As participantes deste estudo têm perfil diversificado em termos de faixa etária, escolaridade e maternidade.

A pesquisa utilizou a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth e a abordagem de Joel Candau para analisar as experiências das mulheres empresária do núcleo. A teoria do reconhecimento enfoca a importância do reconhecimento mútuo nas relações sociais e destaca a necessidade de ir além da distribuição equitativa de recursos, considerando também as dimensões afetivas, normativas e de solidariedade. A abordagem de Candau destaca a construção de narrativas coletivas e o papel das memórias compartilhadas na formação da identidade e no senso de pertencimento ao grupo.

No corpo teórico deste estudo, foi apresentada a teoria que norteou o processo de análise de dados, e na sequência disso, foram analisadas as narrativas e memórias das mulheres entrevistadas. O estudo também apresenta subseções que abordaram a trajetória profissional, as expectativas e realidades enfrentadas pelas mulheres empreendedoras, bem como as situações de desrespeito vivenciadas por elas. As experiências de desrespeito geraram sentimentos de humilhação e privação de direitos, afetando a autoestima e a confiança das mulheres. A teoria do reconhecimento de Honneth é utilizada para entender como essas experiências de desrespeito estão relacionadas a estereótipos de gênero, de injustiças, os quais ferem seu entendimento positivo de si e sua autoconfirmação construída de maneira intersubjetiva.

A pesquisa também enfatizou a importância do amor, reconhecido no apoio mútuo entre as mulheres e vistos como fonte de fortalecimento e acolhimento. As entrevistadas citam como reconhecimento na esfera do direito a regularização dos negócios e a representatividade perante a comunidade e autoridades, além da autonomia conquistada com seus negócios, vista como uma forma de reivindicar reconhecimento e construir novas formas de sociabilidade e organização social.

A Teoria do Reconhecimento foi essencial para a construção desta tese ao abordar questões sobre as relações intersubjetivas, o acesso à justiça normativa e o reconhecimento mútuo entre os membros de uma sociedade. A pesquisa atingiu seus objetivos ao trazer, nesta tese, um recorte das lutas por reconhecimento na trajetória profissional das entrevistadas, abrangendo a dimensão afetiva, as normativas jurídicas e a solidariedade. A teoria fornecida por Honneth (2003), permitiu a organização, sistematização e análise das estruturas das relações sociais de reconhecimento no núcleo, identificando experiências de desrespeito e humilhação como formas de negação do reconhecimento.

Por meio da teoria de Candau (2011), nossa abordagem centrou-se nas construções das narrativas coletivas do grupo social, destacando o caráter dinâmico e socialmente construído nesses processos. As memórias coletivas foram transmitidas, através das entrevistas, confiantes para a construção de uma identidade compartilhada, um senso de pertencimento ao núcleo, como um espaço de memória, estabelecendo conexões entre as experiências do passado, os conflitos e possibilidades do presente e as projeções para o futuro.

Enquanto apresentamos as memórias das nucleadas através de suas narrativas, nos deparamos com as trajetórias profissionais, expectativas e realidades. Destacamos a necessidade de compreender o impacto social, econômico e cultural da liderança feminina nos negócios, com o significativo número de mulheres donas de negócios no Brasil, evidenciando o marco histórico desta liderança em 2022. Ao longo deste estudo, dados relativos ao número de mulheres donas de seus próprios negócios foram apresentados, sinalizando quem ao mesmo tempo que crescem os índices da liderança feminina, também aumentam as situações de desrespeito, como atuações na ilegalidade, as altas jornadas de trabalho e restrições no acesso aos recursos financeiros, situações estas agravadas pelos estereótipos de gênero, raça e etnia arraigados na sociedade. O que se faz urgente, conforme as narrativas das

participantes desta pesquisa, é que sejam implementadas políticas e programas que promovam a igualdade de oportunidades e o empoderamento das mulheres.

Conforme Honneth (2003) e Candau (2011), o reconhecimento social é fundamental para a construção da identidade e da autorrealização das mulheres, sendo necessário refletir sobre as condições sociais, culturais e econômicas, marcadas por identidades marginalizadas, resgatando narrativas subalternas e contrapondo-se às narrativas dominantes.

Quanto às expectativas profissionais, as participantes destacaram sentimentos de injustiça, necessitando repensar suas trajetórias profissionais a fim de construir novas expectativas. Como principais motivações para abrir um negócio, destacamos o desejo de maior flexibilização de tempo, dificuldade de recolocação no mercado formal de trabalho e seguir nos negócios de família. Ao abordar as situações de desrespeito na trajetória profissional, observamos que o desrespeito suportado por mulheres em diferentes esferas da sociedade, muitas vezes, é tratado como algo "normal" ou "aceitável", sendo naturalizado ao longo do tempo. As experiências de "desrespeito" ou "ofensa" vivenciadas pelas entrevistadas, geram sentimentos de humilhação, de privação de direitos, onde seu autorrespeito é violado mediante a omissão de seus direitos, fragilizando seu *status* em relação aos seus iguais. Ao acessar o núcleo e refletir sobre as memórias passadas, é possível encontrar novos significados e perspectivas sobre as experiências de desrespeito.

As estruturas das relações sociais de Honneth (2003) nos permitiram entender como as situações de desrespeito enfrentadas pelas mulheres, bem como a sub-representação em áreas de prestígio, as quais afetam a autoestima e a confiança das mulheres, limitam suas oportunidades de crescimento e reconhecimento. Honneth (2003) ressalta a importância de uma estrutura social que valoriza e reconheça as contribuições das mulheres, desconstruindo modelos cristalizados, promovendo a igualdade de oportunidades.

Sobre a percepção da dimensão afetiva, observamos que as narrativas trazem um sentimento em comum - "amizade". Sentimento construído e nutrido de maneira recíproca e sem individualismos, a partir da qual se atribui significado à experiência. Dessa forma, o processo de reconhecimento nunca está completo e se estende a diferentes esferas sociais. Amar implica, simultaneamente, o reconhecimento da autonomia do outro e de si mesmo, pressupondo também o reconhecimento da interdependência entre ambos. É nessa dimensão que os indivíduos encontram

validação, compreensão e crescimento emocional. O reconhecimento na esfera do amor permite que elas sejam acolhidas e aceitas em sua individualidade, entendendo-se “o amor como uma relação de reconhecimento mútuo na qual a individualidade dos sujeitos encontra-se confirmada”. (HONNETH, 2003, p. 76). As relações intersubjetivas de amizade alcançaram um papel significativo na autoconfiança das mulheres nucleadas.

As pretensões subjetivas, presentes na esfera do direito, estão fortemente vinculadas à trajetória profissional por meio de conquistas, valores materiais e simbólicos que se complementam. Assim, “a experiência de ser reconhecida pelos membros da coletividade como uma pessoa de direito significa, para o sujeito individual, poder adotar em relação a si mesmo uma atitude positiva”. (HONNETH, 2003, p. 139). A inserção no mercado de trabalho vai além de uma simples ocupação profissional ao representar a oportunidade de criar uma forma de se bem viver, “capaz de adquirir um saber seguro sobre suas próprias capacidades e pretensões ao vê-las refletidas, assim dizendo, na atitude dos demais indivíduos de interação”. (HONNETH, 2003, p. 240). Isso implica na necessidade de desenvolver novas formas de sociabilidade e de organização social, superando modelos pré-estabelecidos de relações de produção. Ao serem donas de seus próprios negócios, as mulheres fortalecem sua autonomia e reivindicam seu reconhecimento nas esferas do direito, ampliando conceitos de qualidade de vida. Isso permite a construção de novas culturas e modelos normativos, com a participação ativa das mulheres em diferentes espaços da vida pública.

Assim, se tornam capazes de compartilhar, na comunidade, os atributos de um ator moralmente competente. E é, nestes contextos que se agregam valores e reconhecimento na dimensão do direito, ou seja, “a função que cumpriu para estabelecer um progresso moral na dimensão do reconhecimento”. (HONNETH, 2003, p. 270). Reconstruir as normativas em “uma concepção formal de vida boa, ou mais precisamente, de eticidade”. (HONNETH, 2003, p. 70).

Sobre a dimensão da estima social, destacamos o sentimento de reconhecimento e de pertencimento das mulheres ao núcleo que, conforme Honneth, “a atitude positiva que um sujeito pode tomar em relação a si mesmo, quando reconhecido, [...] é a da autoestima: ao se achar estimado por suas qualidades, [...]” (HONNETH, 2007, p. 87). As mulheres nucleadas, através de suas narrativas memoriais, expressam este sentimento de autoestima. Ao refletir sobre os achados

de pesquisa, identificamos que as nucleadas construíram um conceito de núcleo, mesmo que subjetivo. Compreendem o núcleo como um espaço de associativismo e, nesta tese, como um possível espaço de memória. Esta descoberta foi inesperada, mas significativa para compreender o processo de reconhecimento das mulheres em sua trajetória profissional.

O núcleo, como um espaço de memória, exerce um papel fundamental na preservação e construção da memória coletiva feminina, pois, “a memória é, antes de tudo, um processo de reconstrução da experiência vivida”. (CANDAU, 2010, p. 39). O núcleo torna-se um ambiente propício para o compartilhamento de experiências, memórias e das trajetórias de vida profissional. Em Candau (2011), reforçamos a importância de um lugar seguro, permitindo-lhes expressar suas vozes e compartilhar seus medos e projetos de vida. Isso fortalece sua identidade como grupo social, que evolui e se desenvolve como um espaço de lutas coletivas. Segundo o autor, a “escuta compartilhada” (2014, p. 46), garantida às mulheres no núcleo, reforça esse espaço como um lugar de memória. Ao afirmarem suas memórias e reivindicarem seu reconhecimento, as mulheres fortaleceram sua identidade e impulsionaram a construção de uma sociedade mais inclusiva, na qual suas vozes e experiências são valorizadas e respeitadas.

Outro dado importante a ser reforçado, refere-se aos registros do núcleo, visto que observamos nas pesquisas que, apenas em 2019, alguns registros passaram a ser arquivados por fotografia. Segundo Candau (2011), os acontecimentos podem ser transmitidos, porém os registros garantem a verdade do momento, mesmo “[...] que uma representação mental é comunicada de um indivíduo a outro [...] ela se transforma em representação pública”. (CANDAU, 2011, p. 36). Porém, essa representação pode ser questionada, reforçando a autoridade da identidade do grupo. Essa observação foi possível a partir de uma correlação de forças, entre poder instituído para manutenção do modelo vigente e o tencionamento por mudanças.

E, a partir de 2019, o núcleo passa a ser um lugar de crescimento, não só pessoal, representado pelo modelo tradicional, mas um lugar de futuro, de empoderamento para as mulheres no mercado de trabalho. Com essa virada, motivada pelas reivindicações, o núcleo passa a construir registros e institui ferramentas de planejamento, ressignificando este espaço. A ressignificação desse espaço como um lugar de memória, tem o propósito de desafiar o tempo e, assim, detê-lo, logo impedindo o esquecimento. Ao impedir o esquecimento, os fatos passam

a ocupar um lugar, o seu lugar. "Um lugar de memória é um lugar onde a memória trabalha. [...] é, ao mesmo tempo, baliza identitária". (CANDAU, 2014, p. 156-157).

Ao finalizar essa tese, retomamos a reflexão pertinente que, no decorrer desta pesquisa, buscamos responder através das narrativas de memória, que a mulher, por ocupar um papel social imposto pela sociedade tradicional, em a segregação no âmbito privado, acaba por limitar suas oportunidades na vida pública, aqui considerada sua trajetória profissional. Os capítulos analíticos trouxeram elementos que permitiram validar esta tese, a partir das narrativas das mulheres nucleadas, permeadas de discussões teóricas a partir das reflexões de Candau (2011), que enfatiza a importância da memória na construção da identidade e de Honneth (2003), que destaca a importância do reconhecimento na luta pela emancipação na sociedade.

Dessa forma, essas descobertas reforçam a importância de continuar lutando pela equidade de gênero no ambiente empresarial. As mulheres enfrentam diferentes situações de desrespeito, mas também demonstram resiliência, criatividade e habilidades empreendedoras notáveis para superá-las. A pesquisa realizada nesta tese de doutorado contribuiu para o entendimento mais aprofundado dessa realidade, fornecendo *insights* valiosos que podem ser utilizados para a formulação de políticas e programas de capacitação dentro e fora do núcleo.

No entanto, é importante ressaltar que ainda há muito a ser feito. A desigualdade de gênero persiste e é essencial que os esforços contínuos sejam empregados para promover a igualdade de oportunidades no mundo dos negócios. Iniciativas de capacitação, acesso a financiamento, estímulo à liderança feminina e conscientização sobre os benefícios da diversidade de gênero são alguns caminhos a serem explorados.

Em suma, esta pesquisa contribuiu para a compreensão da trajetória de reconhecimento social das mulheres empreendedoras da CICS, de Canoas. Ao destacar os desafios e as necessidades específicas desse grupo, esperamos que este estudo sirva como um ponto de partida para o futuro e as ações voltadas para a promoção de um mundo do trabalho mais inclusivo e igualitário para todas as mulheres.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Grazielle Alves. Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. **Itinerarius Reflectionis**. Revista eletrônica do curso de pedagogia do campus Jataí, Universidade Federal de Goiás - UFG, Jataí, vol. 8, nº 2, p. 1-20, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/rir>>. Acesso em: maio 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: jun. 2021.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul (RS): Ed. EDUNISC, 2000.

BRUSCHINI, Cristina; PRUPPIN, Andrea Brandão. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol. 34, nº 121, p. 105-138, jan/abr, 2004. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/index>>. Acesso em: maio 2021.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol.37, nº. 132, p. 537-572, set/dez, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf>>. Acesso em: maio 2021.

CAETANO, Bruna. Mulheres estavam na linha de frente da primeira greve geral da história do Brasil. **Lutas Populares. Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/01/mulheres-estavam-na-linha-de-frente-da-primeira-greve-geral-da-historia-do-brasil>>. Acesso em: maio 2021.

CALEIRO, João Pedro. Igualdade feminina somaria novos EUA e China ao PIB global. Publicado em 1 de outubro de 2015. **Revista Exame**. Disponível em: <<https://exame.com/economia/igualdade-feminina-somaria-nova-eua-e-china-ao-pib-global/>>. Acesso em: abr. 2021.

CÂMARA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CANOAS (CICS-Canoas). **Site Institucional**. Disponível em: <<http://cicscanoas.com.br/portal/sobre-a-cics>>. Acesso em: jun. 2021.

CANDAU, Joel. Bases Antropológicas e expressões mundanas na busca patrimonial: memória, tradição e identidade. In: **Revista Memória em Rede**, Pelotas v.1, n.1., 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/index>>. Acesso em: maio 2021.

_____. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CAUX, Luiz Philipe de. A Reconstrução Normativa como Método em Honneth. **Peri**, v. 07, n. 02, 2015, p. 83 - 98. Disponível em: <<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/peri/article/view/1034>>. Acesso em: abr. 2021.

CESCO, Marcelo Lucas. **Reconhecimento em Axel Honneth**. Dissertação - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação e Filosofia, UCS: 2015.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

COSTA, A. S. M. **Convergências, divergências e silêncios**: o discurso contemporâneo sobre o empreendedorismo nas empresas juniores e na mídia de negócios. 2009. Tese (Doutorado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2009.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani São Paulo: Bomtempo. Editorial, 2016.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relmé Dumará, 2001.

FARIA, Nalu; NOBRE, Moreno Renata. (Org.). Gênero e desigualdade. **Cadernos Sempre Viva**: Texto para ação feminista, São Paulo, SOF, p. 11-14, 1997. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/category/publicacoes/cadernos-sempreviva/>>. Acesso em: abr. 2021.

FILION, Louis Jacques. O Planejamento do seu Sistema de Aprendizagem Empresarial: identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações. **RAE**. Vol. 31, No. 3: 63-71, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/JvKjZkMGxqfvjxQLXfbpPXJ/?format=html>>. Acesso em: abr. 2021.

FRASER, N. 2001. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: J. SOUZA (org.), **Democracia Hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 245-282.

_____. 2002. A Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63:7-20.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, n. 14/15, p. 231-239. São Paulo, 2006.

FRASER, N.; HONNETH, A. (2003). **Redistribution or recognition?** A political-philosophical exchange. New York; London: Verso.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). **Empreendedorismo no Brasil: 2011** \ Coord. Simara Maria de Souza Silveira Greco; Autores: Tales Andreassi [et al]. Curitiba: IBQP, 2011. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Livro%20GEM%20Brasil%202011.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. **Empreendedorismo no Brasil: 2018** \ Coord. Simara Maria de Souza Silveira Greco [et al]. Curitiba: IBQP, 2019. Disponível em: <https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Livro%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%20%20web%20compactado.pdf> >. Acesso em: 22 abr. 2021.

GONDAR, Jo. Quatro proposições sobre a memória social. In. **O que é memória social?** GONDAR, Jo; DODEBEI, Vera (ORGs). Rio de Janeiro: Contracapa Livraria. PPG em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: < http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_24.pdf >. Acesso em: maio 2021.

GRAEBIN. C.M.G. **CICS Canoas: história, ideais & inovação/organização** de Cleusa Maria Gomes Graebin [et al.], Canoas: Quatro Estações, 2019.

GUAZZELLI, Cesar Augusto; PINTO, Celi Regina. **Ciências Humanas: Pesquisa e Método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo. Edições Vértice, 1990.

_____. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. Redistribución como reconocimiento. Respuesta a Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico**. Madrid: Morata, 2006. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ln/a/TM8BjtTkn3GWfkCC56BHPcC/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: jun. 2021.

_____. **Reconhecimento ou distribuição?** A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. *In*: SOUZA, Jessé, MATOS, Patrícia (Org.) Teoria crítica no século XXI. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **A ideia de socialismo.** Trad. Marian Toldy e Teresa Toldy. Lisboa: Edições 70, 2017 [2015].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral - PNADC/T.** (2018). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabela>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

INSTITUTO ETHOS. (2004). **O Instituto.** Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/conteudo/o-instituto/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

KIELING, Matheus Michels. **A Evolução do Conceito de Reconhecimento em Axel Honneth.** Matheus Michels Kieling; orientador, Luiz Gustavo da Cunha de Souza. Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Sociologia. 104 p. Florianópolis, 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília. (Org.) et al. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Relatório Global sobre Discriminação no Trabalho e Desigualdades e Discriminação no Mercado de Trabalho Brasileiro.** 2008. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=133>>. Acesso em: maio 2021.

OST, Stelamaris. **Mulher e mercado de trabalho.** 2009. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/tag/autor-stelamaris-ost/>>. Acesso em: jun. 2021.

PESSOA, E. (2005). **Tipos de empreendedorismo: semelhanças e diferenças.** Disponível em: < <https://administradores.com.br/artigos/tipos-de-empreendedorismo-semelhancas-e-diferencas> >. Acesso em: 06 dez. 2010.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Empregabilidade da mulher no mercado atual de trabalho. **2º Congresso Internacional Sobre a Mulher, Gênero e Relações de Trabalho,** Goiânia, 20 a 22 de agosto de 2007.

QUERINO, Luciane Cristina Santos; DOMINGUES, Mariana Dias dos Santos; LUZ, Rosangela Cardoso da. A evolução da mulher no mercado de trabalho. E-FACEQ: **Revista dos Discentes da Faculdade Eça de Queirós,** Jandira/SP, vol. 2, nº. 2, p.

1-32, ago, 2013. Disponível em: <<http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20171030115621.pdf>>. Acesso em: abr. 2021.

RIBEIRO, Andreia. **Mulheres no mercado de trabalho**. 7 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/mulheres-nomercado-de-trabalho/31709/>>. Acesso em: abr. 2021.

ROCHA-COUTINHO, R. (2011). Mulheres Brasileiras em posições de liderança: novas perspectivas para antigos desafios. **Revista Economia Global e Gestão**, 16(1), 61-80.

SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHLICKMANN, Eugênia; PIZARRO, Daniella. A evolução da mulher no trabalho: uma abordagem sob a ótica da liderança. **Revista Borges**. Faculdade Borges de Mendonça, Florianópolis/ SC, vol. 3, nº. 1, p. 70-89, jul, 2003. Disponível em: <<https://www.sumarios.org/artigo/evolu%C3%A7%C3%A3o-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-uma-abordagem-sob-%C3%B3tica-da-lideran%C3%A7a>>. Acesso em: abr. 2021.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1997. Disponível em: < https://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2009/06/s_Schumpeter_-_Teoria_do_Developimento_Econ%C3%B4mico_-_Uma_Investiga%C3%A7%C3%A3o_sobre_Lucros_Capital_Cr%C3%A9dito_Juro_e_Ciclo_Econ%C3%B4mico.pdf >. Acesso em: abr. 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Relatório Especial – Empreendedorismo Feminino no Brasil**. 2019a. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Empreendedorismo%20Feminino%20no%20Brasil%202019_v5.pdf> Acesso em: abr. 2021.

_____. **Perfil das Cidades Gaúchas**: Canoas. 2019b. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Canoas.pdf >. Acesso em: abr. 2021.

SOUZA, Jessé. A Gramática Social da Desigualdade Brasileira. **RBCS**, vol.19, nº54, 2004.

SOUZA; MATTOS, Patrícia (orgs.). **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

TONELLI, José; BETIOL, Maria Irene Stocco. A Mulher Executiva e Suas Relações de Trabalho. **Revista de Administração de Empresas**. Vol. 31, No. 4: 17-33, 2009. Disponível em: <<https://rae.fgv.br/rae/vol31-num4-1991/mulher-executiva-suas-relacoes-trabalho>>. Acesso em: abr. 2021.

TOUTAIN, LMB. Registro da memória social e institucional no lançamento da Pedra Fundamental do ICI-UFBA. In: SILVA, RRG. (Org). **Preservação documental**: uma mensagem para o futuro [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 15-21. ISBN 978-85-232-1221-6.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZARPELLON, S. C. (2010). O empreendedorismo e a teoria econômica institucional. **Revista Iberoamericana de Ciências Empresariais y Economía**. Disponível em: <[https://www.scirp.org/\(S\(351jmbntvnsjt1aadkposzje\)\)/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=2760753](https://www.scirp.org/(S(351jmbntvnsjt1aadkposzje))/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=2760753)>. Acesso em: abr. 2021.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista



Programas de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais
Universidade La Salle - Canoas

1 PERFIL DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome Completo:
Sexo:
Faixa Etária:
Grau de Instrução:
Tempo de Trabalho:
Cargo Atual:
Cargos que ocupou ou ocupa:

2 ROTEIRO

a) Memória social e empresarial

- Criação da CICS e do núcleo iniciativas/projetos.
- Fatos e argumentos para a criação
- O negócio e missão da CICS
- A unidade de mulheres

b) Reconhecimento social

- Lembranças; motivações e oportunidades; trajetórias e memórias da instituição
- Pertencimento
- Situação de valorização e desrespeito na esfera do direito
- Formas de Reconhecimento
- Práticas organizacionais

c) Gênero no mercado de trabalho

- Vivências e experiências particulares de emancipação profissional
- Experiência de valorização e desrespeito na esfera da estima social, experiência de vida, experiência empírica do negócio